

Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Arqueologia e Ambiente

Área de especialização | Avaliação de Impacte Ambiental

Dissertação

Volume I

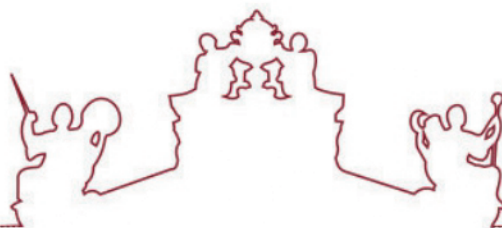
Loca sacra: Para uma topografia dos lugares simbólicos no actual Alentejo em época romana.

António Manuel Lacerda Diniz

Orientador(es) | André Miguel Carneiro
Cláudia Teixeira

Évora 2024





Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Arqueologia e Ambiente

Área de especialização | Avaliação de Impacte Ambiental

Dissertação

Volume I

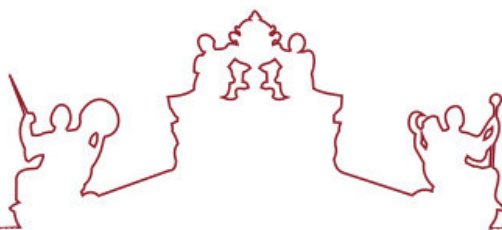
Loca sacra: Para uma topografia dos lugares simbólicos no actual Alentejo em época romana.

António Manuel Lacerda Diniz

Orientador(es) | André Miguel Carneiro

Cláudia Teixeira

Évora 2024



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | N. J. Almeida (Universidade de Évora)

Vogais | Armando José Mariano Redentor (Universidade de Coimbra) (Arguente)
Cláudia Teixeira (Universidade de Évora) (Orientador)

Évora 2024

Resumo

O tema da religiosidade, trabalhado do ponto de vista da arqueologia, tem sido um tópico em ascensão em Portugal, desde início do século XX, período em que se registou uma grande produção sobre este tema.

Pretendemos orientar a investigação para a temática suprarreferida através de um levantamento da epigrafia e estatuária de sítios associados às práticas e ritos do século I a.C. até ao século III d.C.

A fim de obter uma melhor perceção do material no espaço ao longo do tempo, recorreu-se ao uso dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Pretendemos com a utilização deste tipo de ferramentas revisitarmos o tema da religiosidade romana, estabelecendo paralelos no quadro do culto a certas divindades um pouco por todo o território do Império, bem como relacionar o modo de ocupação com os aspetos físicos do território, a fim de compreender possíveis tendências de implantação e escolha dos locais de culto.

Através da recolha de dados e composição cartográfica, foi possível observar que os locais de culto se implantam maioritariamente em altura, em sítios visíveis e com boa visibilidade na área envolvente, nas imediações de linhas de água. Em contraste, certos espaços como São Miguel da Mota ou os núcleos urbanos consideramos tratar-se de áreas culturais, agregando em si diferentes culturas, povos e modos de vida.

Neste contributo, expomos as problemáticas enfrentadas, apresentamos a cartografia composta – aspeto fundamental e basilar da presente dissertação – e os resultados alcançados acerca da religiosidade no nosso território e nas materialidades da época.

Palavras-chaves: Arqueologia da Paisagem, Cartografia Digital, Epigrafia, Estatuária, Religiosidade.

Title: Loca sacra: Towards a topography of symbolic places in the present-day Alentejo in Roman times.

Abstract

The theme of religiosity, worked from the point of view of archaeology, has been a growing topic in Portugal since the beginning of the XX century when there was a great deal of production on this subject.

We intend to focus our research on the aforementioned theme by mapping the epigraphy and statuary of sites associated with practices and rites from the 1st century BC to the 3rd century AD.

In order to obtain a better perception of the material in space over time, we used Geographic Information Systems (GIS). By using this type of tool, we intend to revisit the theme of Roman religiosity, establishing parallels within the framework of the cult of certain deities throughout the territory of the Empire, as well as relating the method of occupation to the physical aspects of the territory, in order to understand possible trends in the implantation and choice of places of worship.

Through data collection and cartographic composition, it was possible to observe that the places of worship are mostly located at a height, in visible places with good visibility in the surrounding area, in the vicinity of water lines. In contrast, certain areas such as São Miguel da Mota or the urban centers we consider to be cultural areas, bring together different cultures, peoples and ways of life.

In this contribution, we set out the problems we faced, present the composite cartography - a fundamental and cornerstone aspect of this dissertation - and the results we achieved about religiosity in our territory and in the materialities of the time.

Keywords: Digital Cartography, Epigraphy, Landscape Archaeology, Religiosity, Statuary.

Agradecimentos

Quando iniciamos uma jornada no mundo da investigação, seja ela uma dissertação de mestrado, uma tese de doutoramento, ou investigação num outro contexto, ouvimos sempre dizer que se trata de um processo solitário. O facto é que este, como tantos outros, foi de facto um processo longo, com muitos momentos que só em mim dependiam. Um processo com muitos momentos escuros e perdas, mas também com muitos momentos altos e alegrias. Mas foi uma fase em que tive auxílio e companhia para passar por todos eles.

Esta secção, mais que um agradecimento, é também uma dedicatória a todos aqueles que interagiram diretamente no desenrolar de uma dissertação de mestrado que fica a todos na memória.

Terei de começar por agradecer aos Professores que me orientaram durante todo este processo que admito, não foi fácil. Ao Professor Doutor André Carneiro, que desde o início viu oportunidade e interesse num tema que nasceu vago, e foi maturando. Que me foi dando oportunidades para me desenvolver enquanto investigador, sempre incentivando a mais, a ir, a fazer e a assistir tudo quanto podia. Por isso, tudo isso lhe fico bastante grato. E à Professor Doutora Cláudia Teixeira, que aceitou embarcar num projeto que, apesar de mais ligado à paisagem e ao território, sempre disponibilizou a ajudar, a aconselhar e a contribuir com as ferramentas necessárias para levar o presente estudo a bom porto. Por tudo isso e muito mais, um grande obrigado.

No entanto, neste processo também tivemos o contributo dos restantes docentes, os Professores e Professoras Leonor Rocha, Susana Gómez Martínez, Jorge Oliveira, Nelson Almeida, José Mirão, Patrícia Moita e Nuno Neves que sempre motivaram e incentivaram, e que, sempre que a oportunidade surgia, não deixavam de prestar umas palavras simpáticas e de apoio sempre que viam necessário. Pela vossa dedicação no ensino, um muito obrigado.

Aos meus pais. Aqueles que sempre tiveram lá, que sempre me apoiaram e acreditaram em mim, ao longo dos anos, mesmo quando muitos não o faziam. Que sempre me proporcionaram a mim e aos meus irmãos aquilo que apenas nos nossos sonhos habitava. Que nos deram asas para poder voar sem esquecer onde fica o conforto de casa. Que viram um miúdo que gostava de dinossauros a seguir sempre o que almejava ser. A vocês, Mãe e Pai, um muito obrigado. Esta dissertação também é vossa.

Aos meus irmãos, que a distância não afasta, mas no coração corrói. Que na ausência dá saudade, mas alimenta o coração para momentos vindouros saber que estão aí sempre. Em especial para ti Xico, que sempre me deste outras perspetivas sobre as coisas, o meu irmão que também é meu melhor amigo, aquele que quero ter do meu lado por muitos anos e aquele que sempre me mostrou e deu vivências para alimentar o meu saber. Para ti mano, um até já!

À Inês, a minha companheira que as palavras ficam aquém daquilo que posso descrever. Aquela que me acompanhou em todas as batalhas, que me continua a acompanhar, e que espero que acompanhe por muitos anos. Os meus pés na terra, o meu porto de abrigo, a que sempre me motivou a ser a melhor versão de mim que podia dar ao mundo. A minha companhia durante os momentos mais difíceis deste percurso. E aquela cuja ausência se nota, pois a sua presença enche sala. Obrigado por permaneceres do meu lado depois de tantos anos, desde setembro de 2016.

À minha avó, que tanta atenção dava às notícias de arqueologia, só para me falar delas mais tarde, e que tanta memória tinha e foi transmitindo aos netos. Demorei demais e não chegaste a ver o fim, mas espero que te orgulhes do que fiz.

Aos meus tios e primos, em especial ao Tio Zé, cuja força, perseverança, alegria e motivação me inspiram todos os dias a fazer melhor.

Àqueles que sempre me acompanharam ao longo dos anos. A ti Rui, que te conheço há uma vida... acho que 21 anos já se pode considerar uma vida. O meu amigo mais antigo, o meu melhor amigo, que sempre esteve presente nos melhores momentos, e também em alguns menos bons. Aquele com quem partilho muitas histórias. Aquele amigo no qual eu sempre vi um mundo de oportunidades, à mão de serem apanhadas, e que felizmente me ouviu.

E já que falo de grandes amigos, não posso deixar de falar em ti, Fábio. Tu sim, que tiveste nos últimos momentos bons e maus, e eu nos teus, e que servimos de apoio um ao outro sempre que surge um obstáculo ou desafio. Mesmo que o tempo não tenha sido tanto, considero-te um dos meus melhores amigos. E à Teresa, última aquisição do grupo, mas que nos traz sempre muito alegria e galhofa, e um abraço amigo quando mais se necessita.

Ao Quim, à Helga, ao Rui, à Luísa e Tânia, que me apoiaram, aconselharam e partilharam comigo este percurso, esta etapa do meu caminho.

À Filomena e ao Joel, grandes amigos que também a Universidade me trouxe, e que me acompanharam neste processo. A forma de ser carinhosa da Filomena em junção

com a alegria contagiante do Joel animaram dias onde a referida solidão estava mais presente.

A todos aqueles que a Universidade de Évora trouxe até mim, que me apoiaram de forma incondicional, como ao Carlos, à Mel, ao Rúben, à Filipa e à Eva. Mas principalmente a Guinot, que foi paciente comigo nos momentos em que mais precisava de falar, e que me deu a mão quando precisava de algum apoio técnico.

A todos aqueles que me esqueci de mencionar, e a todos aqueles que perdi pelo caminho, um grande obrigado.

Muito grato por tudo e por todos.

Índice

1. Introdução	3
2. Estado da Arte	8
3. Metodologia(s)	12
3.1. Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG)	16
4. Os Conceitos	20
5. O território em estudo	25
5.1. Contexto Geográfico e Geomorfológico.....	25
5.2. Os recursos e os dados arqueológicos	29
5.2.1. Os recursos hídricos.....	29
6. O Culto e o Espaço	35
6.1 As divindades.....	38
6.1.1. Divindades Indígenas.....	39
6.1.2. Divindades gregas e romanas	42
6.1.3. Culto ao Imperador	47
6.1.4. Divindades Mistéricas.....	47
6.1.5. Outras.....	49
7. Povoamento e Rede Viária	50
7.1 Secção A:	54
7.2 Secção B:	57
7.3 Secção C:	59
7.4 Secção D:	61
7.5 Secção E:.....	63
7.6 Secção F:.....	65
7.7 Secção G:	68
7.8 Secção H:	71
7.9 Secção I:.....	73
8. Locais de Culto e a sua Visibilidade	75
8.1 Secção A:	79
8.2 Secção B:	81
8.3 Secção C:	82
8.4 Secção D:	84
8.5 Secção E:.....	86
8.6 Secção F:.....	88
8.7 Secção G:	90

8.8	Secção H:	92
8.9	Secção I:.....	94
9.	Dispersão de Material Epigráfico.....	97
10.	Dispersão de Estatuária	109
11.	Outros sítios	112
12.	Considerações finais.....	115
13.	Bibliografia.....	120

1. Introdução

O trabalho que nos comprometemos a realizar recai sobre o interesse do autor em compreender um dos quadros mais importantes do mundo romano: a religiosidade, que agora se pretende estudar com recurso à multiplicidade de funções e usos dos Sistemas de Informação Geográfica.

A principal questão a abordar é a de se os sítios identificados como de culto, através dos materiais recolhidos ao longo de vários séculos, se regiam por algum tipo de tendência ou sistema preferencial de implantação.

Assim, o principal objetivo do presente estudo é o de inovar o modo de leitura sobre os locais de culto conhecidos no atual território alentejano. Recorrendo aos *corpora* epigráficos e estatuários, optámos por uma leitura do território e de como os sítios se manifestavam no espaço, ao invés de fazer uma análise sociológica e cultural dos cultos. Foi através dos Sistemas de Informação Geográfica que podemos construir várias leituras, analisando do ponto de vista da relação entre os locais identificados, e os aspetos biofísicos do terreno, a antropização do território e a quantidade e tipo de material que nos comprometemos a observar.

Um sítio, só por si, pode revelar muita informação sobre o seu desenvolvimento, sobre a sua ocupação – ou sucessivas ocupações –, sobre a forma como se vivia naquele espaço; contudo, não funciona só por si. Um espaço, um lugar, uma povoação, todos são condicionados pela paisagem em que estão inseridos e pelo território que os compõem. Vários fatores, como a geologia, a geomorfologia, os recursos aquíferos e a sua expressão na paisagem, a qualidade dos solos, os ecossistemas e ambientes biofísicos que os rodeiam, entre muitos outros fatores, entre os quais, alguns de carácter simbólico e metafísico, condicionaram e continuarão a condicionar a fixação das populações humanas por todo o globo. Há que ter em conta que não são apenas os aspetos físico e o pragmático que atraem o ser humano para o espaço, mas que também os seus valores simbólicos e estético têm importância aquando da escolha de um certo tipo de sítios.

Para o atual estudo, uma divisão meramente focada na geomorfologia ou no valor dos solos não bastaria, pois a paisagem ultrapassa as meras materialidades que envolvem um local. Contudo, não podemos excluir estas características aquando da implantação humana, muito menos em período romano, incluindo a escolha dos locais de culto. São, portanto, elementos a ter em conta, pois os acidentes do terreno não eram impedimentos absolutos para a “capacidade modeladora” romana, nem obstáculo para

as comunidades indígenas que aproveitavam e recorriam a estes elementos numa base diária. Definir os nossos limites de estudo, a nossa moldura de trabalho, apenas com componentes físicos não se prefigurou a melhor opção.

Delimitar o estudo apenas tendo em conta a administração antiga seria ideal. Ideal, pois estaríamos a trabalhar com o espaço como teria sido concebido administrativamente pela mente romana, destinado a abarcar em si um conjunto de elementos físicos capitais, bem como o mosaico de comunidades que se desenvolvia pelo espaço, entre outros elementos corpóreos, etnográficos, geopolíticos e administrativos, e claro, transcendentais. Poderíamos recorrer a toda a província da Lusitânia? Tal seria possível, contudo, teríamos de ter em conta que a divisão deste território antigo, atualmente por dois países distintos, dificulta a revisão e revisitação dos sítios já registados. Além disso tratar-se-ia de uma área vasta, com muitas diferenças entre si, bem como os seus próprios leques de influências internas e externas. Vários são os povos que viveram sob o domínio romano, cada um diferenciado nos modos de vida, nas suas tradições, e que contribuíram com a sua própria cultura para a religiosidade deste período. Tratamos de uma área da qual também se desconhecem limites territoriais concretos das comunidades que já habitavam o território.

Desta forma, seriam pouco adequadas as delimitações mencionadas anteriormente, mas todos contêm elementos dignos de serem tidos em conta aquando da escolha concreta do local de estudo. A geomorfologia será tida em consideração não na moldura de trabalho, mas sim na análise, onde se tentará compreender se esta tem algum tipo de influência na implantação do tipo de sítios em estudo. Escolheu-se, assim, a área central do *Conventus Pacensis*, abarcando os atuais Distritos de Évora e Beja (Alentejo Central e Baixo Alentejo) e incorporando a zona não urbana do Distrito de Setúbal (sendo parte do Alentejo Litoral).

Excluiu-se toda a região algarvia por incorporar uma realidade distinta, com mais influências marítimas e trocas com o Mediterrâneo, com portos com entrada e saída de gentes de vários locais, quer do Norte de África, como de toda a costa Mediterrânea da Europa e do Médio Oriente.

Retirou-se também do estudo o Alto Alentejo, pois, de acordo com a divisão administrativa antiga, o distrito de Portalegre estaria dividido entre três *Conventus* diferentes – uma parte a Este pertencente ao *Conventus Emeritensis*; uma a Norte, englobada no *Conventus Scallabitanus*; e por fim uma área mais vasta pertencente ao *Conventus Pacensis*, isto é, três zonas diferentes.

Rejeitou-se, por fim, integrar a região do distrito de Setúbal pertencente à Área Metropolitana de Lisboa. Primeiramente e à semelhança da região do Algarve, por se tratar de uma região com fortes influências marítimas e circulação de gentes. Contudo, o motivo principal ficou a dever-se ao facto de a informação contextual das peças ser escassa e muitas vezes descontextualizada.

Focar-nos-emos então nas regiões do Alentejo Litoral, Alentejo Central e Baixo Alentejo – distritos de Setúbal, Évora e Beja –, excluindo do *Conventus Pacencis*, pelos motivos já apresentados, o Alto Alentejo – distrito de Portalegre – e o Algarve.

Em relação ao tempo em estudo, tentou-se estabelecer como ponto inicial o começo da ocupação romana, ou seja, a partir do século I a.C.. É aqui que começamos a assistir à dedicação de votos às divindades, em língua latina, através da epigrafia. Como limite temporal, escolheu-se o século III d.C., por ser um século no qual ainda se mantêm práticas religiosas às divindades bem assentes e ativas no território. A partir do século III começamos a ter gradualmente um aumento das práticas paleocristãs, com a construção de basílicas e batistérios, e a disseminação do cristianismo por todo o território do império (Palma & *alii*, 2012; Carneiro, 2017, pp.61-62; Lopes, 2018).

Refletiremos, posteriormente, sobre a materialidade em estudo e quais os critérios de classificação que delimitam o conceito de local de culto, pois trata-se de uma tarefa árdua, uma vez que muitos são assim “rotulados” ou categorizados com base em ténues argumentos, com escasso espólio ou vestígios arqueológicos/arquitetónicos. Tendo em conta que, para a investigação arqueológica, a materialidade é um elemento fundamental e decisivo, qual a materialidade selecionada para o presente estudo? Apoiamo-nos em dois tipos de materiais, um deles que nos liga diretamente ao mundo ritual, cultural e votivo – o suporte epigráfico -, e outro, mais difuso, uma vez que os seus significados não são claros e unívocos – a estatuária.

Recorremos à epigrafia porque as epígrafes transmitem referências ao culto dos deuses, por meio dos votos feitos pelos seus crentes, nos “espaços” dedicados a essas divindades – mesmo que estes espaços e estas gentes sejam, por vezes, difíceis de identificar ou pouco conhecidos. Como poderemos verificar ao longo do estudo, os contextos são variáveis e não obrigam nem aparecem exclusivamente associados a um espaço no sentido arquitetónico, mas sim a locais, como é o caso dos santuários rupestres (Richert, 2012).

Para a epigrafia, os *corpora* usados como base do estudo foram aqueles disponibilizados online, nomeadamente: *Hispania Epigraphica*, *Epigraphik-Datenbank*

Clauss e o Ficheiro Epigráfico da Universidade de Coimbra. Também se recorreu a bibliografia como forma de complemento e reforço, caso certas peças não constassem nas bases de dados. As principais obras consultadas compuseram o *corpus* que serviu de linha orientadora do presente estudo (Vasconcellos, 1897-1913; Encarnação, 1975; Encarnação 1984; Teixeira, 2014).

Para integrar este tipo de material há que compreender o conceito estético a desenvolver e o que separa uma representação do divino com importância simbólica de uma estátua cujo propósito é somente decorativo. Aqui recorreu-se principalmente a Gonçalves (2004).

Lembrar que os nossos objetos em estudo não permitem uma análise com a maior exatidão possível. Estamos a lidar com várias realidades distintas: material proveniente de anos de investigação ou escavação em sítios arqueológicos bem identificados e classificados; ou então notícias de cariz antigo, de peças recolhidas entre o século XVI e XX. Algumas das peças conhecemos o seu contexto original, outras apenas temos alguns traços gerais da sua proveniência, e algumas desconhece-se a sua origem de todo. Estamos, desta forma, a assumir a sua localização com base na informação que chega até nós, através da recolha bibliográfica, quando esta nos permite estabelecer os pontos que observamos nos mapas. Tentou-se manter a maior exatidão possível aquando do processamento dos dados, conferindo a informação em dissertações, teses e bases de dados que tivessem feito anteriormente levantamentos semelhantes, para que pudessemos depois transpor o texto, as tabelas, para uma imagem (Vasconcellos, 1897-1913; Encarnação, 1975; Rivara, 1983; Encarnação, 1984; Carneiro, 2019).

Dado o intensivo estudo levado a cabo no Santuário Romano a Endovélico (Schatnner, Fabião & Guerra, 2013 pp. 65-98), foi possível de se registar a intensa ocupação e a grande importância deste sítio no espectro religioso romano. Da mesma forma que, em núcleos urbanos, a presença de uma maior diversidade e quantidade (mesmo que, em certos casos, seja reduzida) do tipo de material em estudo seja mais acentuada que no restante território, pois há uma maior concentração de gentes, práticas culturais, tendências e influências.

A presente dissertação foi dividida entre a apresentação dos conceitos chave essenciais para a compreensão da temática a abordar. Em seguida procedemos a uma análise territorial. Aqui dividiu-se a análise em vários capítulos diferentes. Abordámos primeiramente os elementos físicos do terreno, para compreender em seguida como estes se relacionavam com os sítios que identificámos como locais de culto. Houve

ainda a necessidade de comparar os casos identificados no nosso território com aqueles identificados por outras partes do império romano. Casos cuja materialidades nos indica um culto semelhante. Com este conhecimento comparativo entre o material, o local e o panorama geral, procedemos ainda à relação entre o território ocupado com os locais de culto e a visibilidades. Para entender os cultos do ponto de vista quantitativo, decidimos ainda refletir um pouco sobre a dispersão do material estatuário e epigráfico. Para finalizar, e considerando que várias são as tipologias de sítios que não foram abordadas no presente estudo, procedemos à exposição de vários locais de culto pré-romanos e romanos no nosso território.

2. Estado da Arte

O estudo que em seguida se desenvolve procedeu à recolha do maior volume de informação possível sobre a temática abordada – indicadores de cultos pré-romanos e romanos entre o Alentejo Central e o Baixo Alentejo –, tendo-se reunido bibliografia antiga e recente, entre artigos, livros, bases de dados *online* e iconografia/fotografia relativa às peças.

André de Resende foi o pioneiro na abordagem a sítios de contexto romano, nas suas mais diversas tipologias, tratando-os como “locais” antigos” e referindo alguns locais de interesse para esta dissertação em obras como “*de Antiquitatibus Lusitaniae*” – obra na qual o autor elabora uma tabela com os nomes de *civitas* e *villae* romanas, com os seus supostos correspondentes coevos –, onde afirma, por exemplo, a existência de um local de culto ainda hoje existente numa localidade alentejana, Santana do Campo. A frase *Cingitur deinde Eborajugo montis, quem Murum vocant, proeterea Calanticensi saltu, quem Arraiolensem vulgus nominat, etc*¹ – refere a localização da localidade já em tempo romano através do espólio epigráfico ainda preservado na altura, bem como a sua área de influência. André de Resende afirmava que “Calântica” poderia equivaler a toda a área de Arraiolos, mas, segundo ele, Santana do Campo seria o principal foco.

No período do Humanismo europeu registou-se um grande interesse relativamente ao mundo clássico. Foi um tempo de criação de várias hipóteses e teorias, refutadas mutuamente entre os pensadores da época, com o fim de, através do debate, criar resultados e chegar a conclusões. Estamos perante os primeiros pensadores que, em pleno século XVI, se debruçam sobre o tema da Antiguidade, com vista a enaltecer o mundo antigo e os vestígios deixados. Importa referir que estes escolásticos, intelectuais e humanistas detinham redes de contacto entre si, por toda a Europa, comunicando os achados e métodos, apesar que ainda muito rudimentares. Mas se estes autores estão inseridos num contexto histórico que lhes permite transpor e aplicar ideias que circulam pela Europa, os seus métodos careciam ainda de precisão e rigor (Carneiro, 2019, pp. 18-24).

Ainda neste seguimento, o Iluminismo, nos séculos XVII e XVIII, foi outro movimento no seio do qual vários eclesiásticos e académicos dedicaram o seu trabalho ao entendimento do mundo antigo. Autores como António Carvalho da Costa, com a “*Corographia Portugueza*”, publicada entre 1706 e 1712; ou o padre Francisco da

¹ Traduzindo-se: “É cercado pela montanha do jugo de Eboraj, cujo muro protegia Calanticensi, que as pessoas vulgarmente chamam de Arraiolensem, etc”.

Fonseca, com a obra “Évora Gloriosa”, de 1728; ou o padre João Baptista de Castro, que publica “Mapa de Portugal”, de 1762/63, discutem, entre outros assuntos, a genealogia dos locais, estimulando o debate sobre as fundações das principais cidades ou localidades como forma de enaltecer o contexto onde se inseriam.

Ainda no século XIX esta tendência de dar a conhecer os espaços permanece inscrita no trabalho dos autores, como é o caso de Cunha Rivara, que dedica a sua obra ao território de Arraiolos, criando hipóteses sobre o surgimento da já mencionada comunidade ou região de *Calantica*. Enquanto isso, assistimos ao surgimento de uma rede de contactos por todo o país entre vários intelectuais da época, proporcionados pela criação do Museu Etnográfico Português – que mais tarde se tornaria Museu Nacional de Arqueologia – e as publicações da revista *Arqueólogo Português*, que davam a conhecer várias notícias sobre achados e património arqueológicos do território nacional (Vasconcellos, 1897-1913; *apud* Rivara, 1983; Cerico, 2007, pp. 70-97).

Estes são os autores que, ainda no século XIX, dão a conhecer muitos dos sítios trabalhados na presente dissertação. Tratam da temática em estudo, escrevendo ou reescrevendo certos casos, em grande parte pela sua monumentalidade (como é o caso de Santana do Campo), ou pelo seu espólio, como é o caso do material epigráfico recolhido entre o período de André de Resende (século XVI), e o século XX.

É com o surgimento desta rede de contactos que autores como Gabriel Pereira ou Túlio Espanca dão o seu contributo, com o registo de várias epígrafes e possíveis locais de culto no território em estudo. Gabriel Pereira também focou parte do seu estudo na região de Évora, dando ao prelo, em 1891, os “*Estudos Eborenses. Antiguidades romanas em Évora e seus Arredores*”, bem como Túlio Espanca, que se dedicou à composição do seu “*Inventário Artístico de Portugal, Concelho de Évora*”, em que abrangia não só o contexto da cidade, como também sítios arqueológicos espalhados pelo concelho (Pereira, 1947; Espanca, 1966).

É aqui, na viragem do século XX, que temos um dos grandes pioneiros no estudo da religiosidade no nosso território, José Leite de Vasconcellos. Tal importância é concedida ao autor por vários motivos: primeiramente, trata-se do primeiro diretor do Museu Nacional de Arqueologia, tendo-lhe conferido um melhor enquadramento institucional e destaque a nível político e cultural; e em segundo, pela importância que teve na mudança de paradigmas a nível da historiografia, por ação do positivismo. Leite Vasconcellos realiza o primeiro grande compêndio de deidades do nosso território, incorporando a etimologia e toponímia para compreender a origem das divindades,

relacionando-as com casos exógenos ao nosso território e comparando teorias com autores que igualmente conhecem as realidades em estudo. A sua obra, “Religiões da Lusitania” (1987-1913), dividida em três volumes cada um afeto a cronologias e materiais diferentes, foi uma das grandes bases para a realização do presente estudo. Realiza, além disso, um grande processo de investigação e escavação do Santuário de Endovélico em São Miguel da Mota, recolhendo uma grande quantidade de material estatuário e epigráfico (Vasconcellos, 1905; Marques, 2016; Mantas, 2018, pp. 198-231; Ezquerria & alii, 2022; Moreno Benito, 2023, pp. 371-400).

Dedicou grande parte da sua vida ao estudo da epigrafia em Portugal, sendo o grande impulsionador dos estudos sobre a temática da religiosidade, divindades e cultos no nosso território (Coito, Cardoso & Martins, 2008).

Contemporâneo a Vasconcellos, e um dos principais autores, Emil Hübner realizou também uma coletânea da epigrafia do território Hispano e da Britânia. Ambos os autores estabeleceram correspondência, facilitando a circulação de informação pelo território, bem como a formulação de novas leituras sobre os temas.

Scarlat Lambrino dá continuidade às interpretações sobre os deuses e deusas indígenas do nosso território e ao trabalho de Leite de Vasconcellos, tendo publicado “*Les divinités orientales en Lusitanie et le sanctuaire de Panoias*” (Hübner, 1876; Vasconcellos, 1897-1913; Lambrino, 1954; Marques, 2016; Mantas, 2018, pp. 198-231; Ezquerria & alii, 2022; Moreno Benito, 2023, pp. 371-400).

Estes autores trabalharam em uma época em que a historiografia e a produção científica em arqueologia – e mais propriamente na epigrafia em contexto arqueológico – teve grande expansão. Durante o período ditatorial, pouco ou nulo é o progresso dentro da temática em estudo.

É com o final do Estado Novo que surge uma nova fase de investigação em torno do tema da epigrafia romana votiva. Esse renascimento deve-se a José D’Encarnação. Obras como *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal e Inscrições Romanas do Conventus Pacensis* vieram não só inovar a perceção sobre as divindades como as leituras do material epigráfico e a renovação dos *corpora* epigráficos previamente construídos.

Importa sublinhar que é a partir de José D’Encarnação que começam a surgir mais investigadores a trabalhar o tema em análise. Esta nova corrente de investigadores, que começa a surgir a partir dos anos 90 do século passado, vai operar em bases conceptuais distintas e transformar a aplicação de metodologias.

Ainda nos anos 90, José Manuel Garcia dedica-se ao estudo da epigrafia, com especial foco na região Norte. Inova do ponto de vista da aplicação de cartografia em relação com os locais de recolha do material epigráfico, dividindo-o por cronologia e tipo de culto e permitindo a perceção da relação entre os espaços e o território ao longo do tempo.

É na transição para o século XXI, com um mundo cada vez mais conectado e com um crescente acesso à informação e aos recursos, que investigadores do virar do século começam também a expressar as suas leituras e teorias em torno da temática.

Carlos Fabião, Amílcar Guerra e Thomas G. Shattner revisitam o sítio identificado e intervencionado por José Leite de Vasconcellos (2013), dando novas perspetivas sobre a implantação do sítio. Através de trabalhos de prospeção e escavação arqueológicas estabeleceram plantas do sítio e leituras do seu enquadramento da paisagem – embora algumas meramente hipotéticas.

Em contraste, André Carneiro, nos seus sucessivos trabalhos, que afloram sobre o tema da romanidade no território do Alto Alentejo, permite ter uma melhor perceção não só de certos locais de culto, como também da ocupação em período romano. Aborda a ocupação romana nas suas diferentes vertentes, uma delas sendo claramente a religiosidade, através de material previamente identificado noutros séculos, e como parte de uma realidade em comum (Carneiro, 2002, 2009, pp. 237-272, 2012,2017).

Uma nova geração de investigadores aplica, assim, metodologias inovadoras e aplica conceitos que, até ao momento, ainda não tinham sido aplicados ao estudo dos locais de culto no nosso território. Multidisciplinares e diversas são as possibilidades e aplicações possíveis do ponto de vista metodológico. Exemplo desta nova vertente, são as dissertações de Elizabeth Richert e Sílvia Teixeira, desenvolvidas em perspetivas diferentes: enquanto Sílvia Teixeira aplica conceitos da sociologia ao estudo das sociedades antigas, Elizabeth Richert tenta compreender tipologias de locais de culto a partir da sua materialidade, aspetos arquitetónicos e localização (Richert, 2012; Teixeira, 2015).

No que toca à produção científica em torno do estudo da religiosidade na Antiguidade, o tema ganha gradualmente outra estrutura no mundo da investigação, mediante a aplicação de novas tecnologias e metodologias de trabalho, que se disseminam por todo o território Europeu.

3. Metodologia(s)

Procedemos ao enquadramento espacial dos locais de culto de período romano, através da epigrafia e estatuária, e à análise das suas relações e interações com os seus quadros fisiográfico, socioeconómico e cultural.

Para tal, um dos primeiros pilares estabelecidos para a construção desta dissertação foi a utilização de *softwares* como o ArcGIS e o QuantumGIS. Uma recolha de todos os locais de culto foi realizada.

Determinou-se que o objetivo do estudo implicaria a criação de cartografia digital e inovadora, de modo a criar uma imagem perceptível dos modos de implantação dos locais de culto, das possíveis tendências de implantação e de modo compreender onde encontramos locais de culto de período romano.

Antes da definição do tipo de materiais alvo de interpretação, estabeleceu-se a “baliza” cronológica. Definiu-se esta “baliza” cronológica com o início do Período Romano Republicano – em que encontramos um território peninsular a sofrer influências romanas, mas ao mesmo tempo que ainda existia uma acentuada influência indígena nesse mesmo no mundo romano – e o Período Imperial, período no qual o estudo se situa entre o séc. I d.C. e o III d.C.. Importa lembrar que não estamos perante comunidade estáticas: tratamos de um conjunto heterogéneo de comunidades indígenas, cada uma com o seu espectro sociocultural, e que passaram por várias adaptações e fluxos culturais.

Há que refletir sobre as influências dos povos do Mediterrâneo, nos próprios tipos de culto, em tradições religiosas, entre outras manifestações de religiosidade no mundo antigo. Entre as várias registadas no nosso território em estudo, podemos salientar a região de Ourique e Castro Verde, nomeadamente o complexo de Neves-Corvo (Arruda, 2008, pp. 13-23; Gomes, 2012, pp. 134-137; Sousa, 2016, pp.17-28; Arruda & *alii*, 2016, pp. 189-225). Aqui foram registadas várias estruturas e materiais que apontam para um uso religioso dos espaços durante a Idade do Ferro, como altares e estruturas associadas a funções rituais (Gomes, 2018, pp. 101-110).

Em termos territoriais, comprovamos que o território de Beja tem vários acessos e vias que levam à *urbs*. Também em relação à densidade populacional e rede de povoamento, esta região tem vários núcleos populacionais de carácter rural, como as *villae*, apresentando uma forte presença do modo de vida romano. Podemos dar como exemplo toda a região de Serpa, com uma intensa ocupação, na época romana, de

contextos rurais, como o comprovam o elevado número de casais rústicos e *villae*, como a *Villa Romana de Pisões* (CNS-3), a *Villa Romana de São Cucufate* (CNS-8) ou a *Villa Romana do Monte da Chaminé* (CNS-647).

Já nas restantes regiões a rede de povoamento aparenta – de modo geral por todo o território em estudo – ser mais reduzida. Esta reduzida quantidade pode dever-se, contudo, à menor intensidade de investigação que se reflete nestas regiões. Encontramos alguns núcleos populacionais de caráter rural, como a *Villa Romana da Tourega* (CNS-5592) na área de *Ebora*, no Castelo de Sines (CNS-4173), complexo industrial nas imediações de Miróbriga, ou perto de *Salacia* a *Villa Romana de Santa Catarina de Sítimos* (CNS-122) ou Tróia (CNS-2).

Contudo, encontramos sítios cuja toponímia e ocupação apontam para uma ocupação mais intensamente indígena, como é o caso, respetivamente, de Miróbriga (nome de matriz celta mas cuja localização exata permanece em debate) e Salacia, com as estruturas preservadas no interior do Castelo de Alcácer do Sal (CNS-159), e o entreposto comercial fenício de Abul (CNS-2924).

Há que referir ainda que esta perspetiva não é completamente exata, dependendo da informação recolhida em campo ao longo de largas décadas, e refletindo o foco e a intensidade da investigação nas diferentes regiões alentejanas. Comprovamos que, em certos casos, essa recolha é escassa e motivada pela arqueologia da salvaguarda. Noutros, a investigação está desatualizada ou valoriza outros contextos ou períodos cronológicos.

De um modo geral, tratamos de duas grandes *urbs* dentro do território em estudo. Duas cidades que agrupam em si e em seu redor uma grande intensidade ocupacional (Carneiro, 2020, pp. 453-469). No entanto, enquanto *Pax Iulia* passa pelo processo de modificação de *oppidum* a *colonia*, vários autores debatem a fundação de *Ebora*. A primeira referência à cidade, segundo Espanca (1987, p.11), surge com Plínio-o-Velho. Contudo, Marques de Faria (2001) trata da temática da fundação e evolução da cidade de *Ebora Liberalitas Iulia*, apresentando várias hipóteses, relacionando a cunhagem de numismas com os relatos de Plínio, de que a cidade terá recebido um estatuto inicial “*oppidum Latii antiqui/ueteris Latii* entre 31 e 12 a.C”, como afirma o autor, e que a sua promoção a município terá sido antecedente ao período flaviano (Faria, 2001, pp. 71-82).

Optou-se por esta área pois são poucos os estudos que desenvolvem o tipo de análise e tema que pretendemos abordar. Vários estudos dedicam-se ao tema da religiosidade e

análise epigráfica nas últimas duas décadas, bem como aspetos socioculturais, de que são exemplo os estudos de Sílvia Teixeira, Cardim Ribeiro ou José de Encarnação. Outros autores também se dedicaram a cartografar locais ditos de culto em todo o território português, como José Manuel Garcia ou Elizabeth Richert. A presente investigação pretende, portanto, uma combinação de métodos e temáticas, quer a aplicação dos Sistemas de Informação Geográfica, quer a própria religiosidade em período romano no nosso território. Primeiramente, com vista a compreender como os locais de culto se manifestam e poderiam ser percecionados na Antiguidade; e por outro lado, compreender o material em estudo: principalmente, quem eram os dedicantes e quais eram as divindades mais cultuadas no nosso território.

Para a realização deste estudo tivemos necessidade de criar uma base de dados, em Excel, para o registo das peças e posterior elaboração de tabelas e gráficos e, também, podermos tratar a informação em termos cartográficos, através da utilização de tecnologias SIG.

Assim, após a recolha inicial de bibliografia e do material a estudar, registado em diversas bases de dados e suportes bibliográficos, passou-se à construção de tabelas com as informações-chave a reter sobre cada epígrafe e estatuária. As tabelas das epígrafes têm seis campos, com as seguintes informações: Descrição, Inscrição, Local, Coordenadas, Cronologia, Dedicante, Divindade e o Tipo de Material. Já para a estatuária criaram-se cinco campos, Descrição, Coordenadas, Local, Referência e Cronologia. Optou-se por estes critérios, no caso da epigrafia, para podermos compreender quem cultuava, quem era cultuado e onde se cultuava no nosso território. O dedicante e o tipo de suporte das peças permitem-nos entender o carácter e o estatuto de quem dedicava as peças, e a quem eram dedicadas, através do nome inscrito das divindades. A cronologia permite-nos entender possíveis tendências de culto, flutuações nas práticas religiosas. E a localização permite, como já referido, analisar o tipo de implantação geográfica.

A estatuária apresenta uma entrada para Referência pois seguiu o inventário realizado por Luís Gonçalves (2004). Estas bases de dados permitiram não só sistematizar a informação, mas também criar gráficos, possibilitando várias leituras diferentes, como a quantidade de espólio em cada região, as oferendas e votos dedicados, cronologia dos votos, tipologia dos dedicantes.

Em relação às coordenadas e localização dos sítios, utilizou-se sempre que existia, as fornecidas pelos autores e pelas bases de dados, descrevendo-se também o contexto em

que foram encontradas as epígrafes e estátuas. Contudo, nem todas as localizações são efetivamente referidas uma vez que as peças foram recolhidas ao longo de um vasto período e, por vezes, não constam das bases de dados consultadas. Nos casos em que não foi possível obter a sua localização exata, optou-se pela localização do topónimo de referência. De acrescentar ainda que a cartografia realizada teve como principal objetivo compreender as tendências gerais de implantação dos locais de culto, preferências na implantação e tipos de culto, relacionando os sítios identificados e recolhidos com os aspetos físicos do meio envolvente.

3.1. Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG)

Parte fundamental da metodologia deste estudo é, como referimos, a produção de cartografia através dos Sistemas de Informação Geográfica, pois estes são atualmente uma das principais ferramentas para a análise da paisagem atual.

Em termos metodológicos, certas *Shapefiles* (denominação das diferentes camadas e ficheiros criados através dos Sistemas de Informação Geográfica) fundamentais para o estudo tiveram de ser criadas de origem, por não estarem disponíveis, como as relativas à administração na Antiguidade, nomeadamente da Província da *Lusitania* e do *Conventus Pacensis*, que foram criadas através da ferramenta *Editing Tool*.

Assim, a cartografia apresentada teve como base várias *Shapefiles (layouts)* e recursos disponibilizados *online*, muitos em órgãos administrativos de Portugal². Como base para os mapas, usou-se um enquadramento de Portugal. Esta *shapefile* contém toda a extensão de Portugal continental, com parte de Espanha (toda a região que faz fronteira com Portugal) e parte do Atlântico. Como reforço, utilizou-se um ficheiro *raster* referente ao relevo da região Sudoeste da Península Ibérica.

Como referido anteriormente, para a elaboração dos mapas temáticos procedeu-se à composição de tabelas *Excel* do material epigráfico e estatuário existente na nossa área de estudo, com vista a criar uma base passível de ser exportada para a aplicação ArcGIS. As referidas tabelas incorporaram, para além da localização conhecida, as coordenadas das mesmas.

Realizou-se ainda uma pesquisa em busca de material de base cartográfica, como *shapefiles* ou ficheiros *raster* referentes a aspetos físicos, como o relevo, uso dos solos, linhas de água, nascentes de água mineral, tipos de paisagem, bacias hidrográficas, coberto florestal, litologia. Aqui, o objetivo principal recaiu em tentar compreender como os sítios se comportam em relação a certos aspetos do território envolvente: se estavam nas imediações de linhas de água, qual poderia ser a sua paisagem natural, se seria o relevo propício à implantação do tipo de sítios em análise e se esta topografia tornava os locais visíveis e com boa visibilidade sobre o território.

Para uma melhor compreensão do tema em análise, nomeadamente as formas de ocupação do território em período romano pensamos que é necessário averiguar se os sítios inventariados seriam visíveis a partir de locais habitacionais, se seriam marcos na

² SNIG: Sistema Nacional de Informação Geográfica. [Em linha] Disponível em: <https://snig.dgterritorio.gov.pt>; ForestGIS. [Em linha] Disponível em: <https://forest-gis.com/2012/01/portugal-shapefiles-gerais-do-pais.html/> ; LNEG. [Em linha] Disponível em: <https://www.lneg.pt> .

paisagem, possíveis de observar a partir da rede viária, para quem viajava, ou se seria a visibilidade a partir destes pontos realmente propícia à observação do território envolvente. Para tal, procedeu-se ao levantamento dos sítios com ocupação romana, dentro da baliza cronológica em estudo. Este levantamento foi feito a partir do Portal do Arqueólogo, optando por se registar e manter apenas os sítios que apresentam traços de ocupação “precisa”, sejam eles de necrópole ou de povoamento. Com “precisa” referimo-nos a materiais e estruturas que nos possibilitem indicar um tipo concreto de sítio ou ocupação, como é o caso das *villae*, casais rústicos, necrópoles e sepulturas romanas, termas, entre outros. Desta forma, como critérios de seleção, excluíram-se todos os sítios arqueológicos identificados no Portal do Arqueólogo como Vestígios Diversos, Vestígios de Superfície, Manchas de Ocupação, Achados Isolados e Indeterminados. Mantemos, como referido, espaços de carácter habitacional, nomeadamente *Habitats*, *Villae*, Casais Rústicos e Povoados. No entanto, notamos que há sítios mencionados e incorporados no estudo que, apesar das suas denominações e tipologias, não contêm muitas vezes vestígios suficientes para a atribuição da sua tipologia. Nestes casos, revisámos a informação disponibilizada pelo Portal e excluímos aqueles pouco precisos ou com informação reduzida.

Para esta análise foi criada uma tabela *excel* com todos os sítios referentes à área do Alentejo (parte do Alto Alentejo, Alentejo Central, Alentejo Litoral e Baixo Alentejo). Aqui aplicou-se, como filtro de leitura, a ferramenta *Clip* da *ArcToolbox*. Para além desta tabela com a rede de povoamento, utilizou-se também uma criada e disponibilizada *online* por Pedro Soutinho³. Trata-se de uma camada linear, ou seja, composta por linhas, que agrupa um conjunto de vestígios arqueológicos referentes a vias romanas. Recorreu-se a esta *shapefile* para termos uma noção, mesmo que geral, do sistema viário romano. Importa lembrar que outros tipos de análise foram ponderados para a presente dissertação, mas que, dada a pouca exatidão dos recursos utilizados (nomeadamente dos sítios arqueológicos tirados do Portal do Arqueólogo e da camada das vias romanas), não foram utilizadas.

Em relação ao *ArcToolbox*, trata-se de uma funcionalidade incorporada na aplicação *ArcMap*. Agrupa um conjunto de ferramentas possíveis de aplicar na composição cartográfica, possibilitando vários tipos de leitura diferente do território. Exemplo das diferentes funcionalidades da *ArcToolbox* são apresentados no presente estudo. Contudo, muitas outras são as aplicações disponibilizadas pelo *ArcMap*.

³ Vias Romanas em Portugal, [Em linha] Disponível em: <https://www.viasromanas.pt/index.html> .

Em primeiro lugar foi aplicada a ferramenta de *Clip*, para excluir a informação excedente da área de estudo. Procedeu-se ao uso desta ferramenta quer para a *shapefile* criada com os sítios arqueológicos, quer para as nascentes termais, para entender possíveis relações entre fontes termais e aspetos curativos das águas, relação que poderia interessar para a caracterização e compreensão de alguns locais de culto. Contudo, poucas se identificaram em correlação com os sítios em análise, e muitas fontes termais também não se encontram registadas na camada utilizada. Com este passo foi-nos possível averiguar que o conhecimento atual de fontes termais é reduzido em relação a fontes mais antigas, que, apesar de surgirem em relatos e estudos, não aparecem registadas na *shapefile* utilizada.

Para além da funcionalidade *Clip*, utilizaram-se mais três ferramentas disponibilizadas pela aplicação: a *HeatMap*, a *Viewshed* e *Multiple Ring Buffer*, fundamentais para o objetivo do presente estudo, uma vez que nos permitem compreender a topografia dos locais identificados como de culto.

A *HeatMap* foi usada com o objetivo de compreender a magnitude do material em estudo e a sua concentração na paisagem. Trata-se de uma ferramenta cujo resultado representa a intensidade de um conjunto de objetos através da variação de cores. No nosso caso de estudo, optámos pela cor vermelha para o material epigráfico (em que o vermelho representa uma maior intensidade, e o cor-de-rosa menor intensidade) e o roxo para a estatuária (da mesma forma, o roxo para os locais com maior intensidade do material, e o lilás para a menor). Através da aplicação de *QuantumGIS* importámos a tabela criada no Excel com o material epigráfico e estatuário, para posteriormente a usarmos com a ferramenta *Reproject Layer*. Com a reprodução da *shapefile* realizada, recorreu-se a um filtro de *Heat Map (Kernel Density Estimulation)*, para criar uma camada possível de utilizar noutras aplicações, como aquela onde procedemos à composição da base dos nossos mapas, o *ArcGIS*.

Neste programa (*ArcGIS*), realizámos a camada referente à visibilidade dos locais de culto. Como a ferramenta *Visibility* tem a limitação de apenas poder processar 16 sítios de cada vez, houve necessidade de criar uma camada *raster* que nos facultasse a visibilidade sobre toda a paisagem, quer a partir dos locais de culto, quer a partir dos restantes sítios arqueológicos. Recorremos, portanto, à ferramenta *Viewshed*, aplicada à tabela referente aos sítios arqueológicos do Portal do Arqueólogo, bem como à do material epigráfico. Excluímos propositadamente a tabela da estatuária, pois tratam-se,

na sua maioria, de contextos habitacionais, privados, ou de contextos urbanos associados a estruturas religiosas.

Por fim, decidimos aplicar a ferramenta *Multiple Ring Buffer* para criar três anéis com várias distâncias, referentes aos limites de visibilidade ao olhar humano. Definimos o limite máximo como 5km, médio a 3km e o mais facilmente observável a 1km de distância. A definição destas distâncias partiu do estudo de vários investigadores, como Jane Koretz e George Handelman (1988, pp. 92-99), Wördenweber & *alii* (2007, pp. 72-73), ou Kevin Krisciunas e Don Carona (2015), que estabelecem o limite da visão humana como 5km. Esta limitação depende de vários fatores como a altura do indivíduo, condições climáticas, as características do que é observado e fatores de sistema visual, como a luminosidade. Deste modo, preferimos dividir o campo da visibilidade em diferentes anéis, como supramencionado, considerando a modelação do terreno e os campos de visibilidade a partir dos pontos reconhecidos como os locais de culto.

O conjunto de mapas realizados encontram-se ao longo deste trabalho, em função das temáticas em análise, bem como no Volume de Anexos.

4. Os Conceitos

Para melhor entendermos o tema em desenvolvimento, há que apresentar alguns conceitos chave, quer da parte mais prática e técnica do estudo (como é o caso dos Sistemas de Informação Geográfica), quer da parte mais abstrata e teórica, como são os casos da definição de *Loca Sacra* e a aplicabilidade do termo no presente estudo, de Semiótica, de Religião e Religiosidade, de *Votum*, de Ritual e de Culto.

Começando pelo termo de *Loca Sacra*, tratam-se de espaços que foram consagrados publicamente ao culto de certas divindades. Esta noção de *Loca Sacra* surge a partir da percepção do sagrado, que se divide em três categorias: o que pertence ou é de natureza divina; o que é propriedade, parte ou atividade dos deuses; e o que foi consagrado a uma divindade. Enquadram-se na última categoria as *res sacrae* (“coisas sagradas”), isto é, as coisas consagradas publicamente aos deuses, por meio de um decreto de lei, do senado ou de um ato do imperador, tornando um espaço profano num espaço sagrado (Pascual, 2000, pp. 84-87).

A partir desta definição de *Loca Sacra*, temos uma divisão em vários tipos diferentes de sítio dependendo da sua funcionalidade, arquitetura e tipologia. Os espaços sagrados são os seguintes: *aedes*, *aediculum*, *delubrum*, *fanum*, *lucus*, *templum*, *sacellum* e *sacrarium* (*Idem, Ibidem*, pp. 87-96). No entanto, a existência de *loci sacra* não implica uma materialização ou construção propriamente dita:

“É também necessário ter em consideração que em vários destes casos elencados a expressão do culto far-se-ia de modo muito mais difuso, sem necessidade de envolvente construída, pois o que se adorava era o próprio ponto de comunicação, contacto ou manifestação da divindade: o caso da fonte que brota do solo, ou do ponto alto, de destaque na paisagem, que quase permite ao devoto tocar o céu. (...) Por estes (e outros) motivos não podemos imaginar uma paisagem polvilhada de templos construídos; poderíamos sim ter uma paisagem pontuada de *loci sacra* (ou pelo menos com uma dimensão simbólica muito mais intensa que a actual) sem que tal dimensão etérea implicasse a materialidade das estruturas que, de resto, será o cristianismo que virá a introduzir, tantas vezes de modo agressivo nesta área regional.” (Carneiro, 2009-2010, p. 269).

Nesta dissertação, usamos esta expressão de forma generalizada para tratar dos locais de culto, lugares sagrados (mesmo que não consagrados), de espaços dedicados aos deuses e cuja devoção é possível atestar a partir do material epigráfico e estatutário.

De igual forma, no que respeita a *votum*, há que salientar que o termo traduz o sentido de “desejo”. Trata-se de um pedido feito, neste caso às divindades, para que um certo desejo seja realizado. Os votos são mandados fazer no sentido de materializar esse tal desejo, como forma de compromisso perante os deuses e, em última estância, perante a comunidade. Quando o voto é “realizado”, procede-se à construção do ex-voto. Segundo José D’Encarnação, “(...) ex-voto é, etimologicamente, desejo que deixou de ser; “deixou de ser”, porque se concretizou.” (Encarnação, 2010, pp. 131-133). É a forma do dedicante agradecer à divindade e cumprir a promessa com a qual se comprometeu através de uma prece ou voto. A fórmula *votum solvit*, “dissolver o voto”, por sua vez, traduz a dissolução do compromisso estabelecido previamente entre o dedicante e a divindade (Encarnação, 2010, p.132).

A presente dissertação foca, como foi possível constatar até ao momento, a religião/religiosidade em período romano. Há então que compreender a distinção entre as mesmas antes de procedermos ao desenvolvimento do estudo ao qual nos comprometemos.

O conceito de Religião é bastante discutido ao longo da história por vários investigadores. Se nos focarmos na definição disponibilizada pelo *Oxford Dictionary*, Religião é “a crença em e o culto/veneração a um ou vários poderes sobre-humanos, especialmente a Deus ou deuses”⁴. Uma definição curta que, de forma geral, define linhas orientadoras para uma perceção mais aprofundada do que é a Religião. A partir de *Britannica*⁵, a religião é a relação entre o ser humano com aquilo que acredita ser sagrado, absoluto, espiritual, divino, ou merecedor de reverência especial; está associado à relação entre a vida e a morte, pode manifestar-se através de deuses e tem associados um conjunto de códigos morais, rituais e práticas, e crenças.

No entanto, a palavra provém do latim *religio*, cuja interpretação é vasta e varia entre vários autores. Todavia, que a noção de religião vai-se moldando à perceção que as sociedades, comunidades e as gentes tinham a partir das suas crenças, bem como uma subsequente construção de conceitos e termos ao longo de várias gerações: “*Many of the constructs and terms that we employ in the study of religion are taken from cultural traditions where meanings are not only multiplied and accreted over time, but where their impacted complexities and subtleties are preserved for us by texts and by diligente*

⁴ EOD, [Em linha] Disponível em: https://www.oed.com/dictionary/religion_n?tab=factsheet&tl=true#25989748;

⁵ Britannica, [Em linha] Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/religion>;

labors of generations of humanista scholars” (*Idem, Ibidem*, pp. 398; Kobori, 2002, pp. 15-18).

Compreendemos que a definição e noção de religiosidade é também muito sinuosa e díspar, divergindo de autor para autor ao longo do tempo. Desta forma, alguns investigadores afirmam que a religiosidade é uma forma de quantificação e qualificação das crenças de cada indivíduo, e o seu compromisso para com as referidas crenças, princípios e atividades (Ellis & *alii*, 2019, pp. 105-162). Por outro lado, a Religiosidade pode ser percecionada como as características da própria religião e a sua essência, e o sentimento religioso (Heelas, 2001, pp. 13112-13115; Kobori, 2002, pp. 15-16).

Há muitas ações religiosas que dependem da intencionalidade, do simbolismo (como já referido), do contexto e do tipo de materiais (Santos, 2017, pp.16-18; Richert, 2012). Contudo, entender os contextos de carácter simbólico ou religioso torna-se um processo complicado, que envolve alguns problemas:

1. Em primeiro lugar, o registo destas estruturas ditas “religiosas”. Muitas já foram despojadas de materialidades – retiradas e reutilizadas noutras locais ao longo da história – como será posteriormente evidenciado em relação às epígrafes (que são reutilizadas em estruturas) e às estátuas (que sofrem muitas reutilizações e modificações ao longo do tempo);
2. Em segundo, a própria definição destas realidades, pois, apesar de existir alguma bibliografia antiga, nem sempre estes se conseguem verificar no terreno;
3. De igual forma, a distinguir entre algo estético, de algo portador de um valor/carga simbólica pode ser igualmente difícil.

Estes problemas terão de ser abordados. Desta forma, e como referido, há que compreender como designar e definir corretamente um sítio arqueológico como local de culto ou sítio religioso ou, pelo menos, como um espaço ou material com valor simbólico para as comunidades, de forma a perceber de que tipo, que cronologia e comunidade estão representadas pelo sítio, definir tipologias – ou, caso existam, recorrer a possíveis tipologias já estabelecidas.

Com base nos autores supramencionados, em certos casos podemos definir contextos rituais/simbólicos/religiosos através de um certo tipo de materialidade, que se repete de forma intencional. Contudo, esta perspetiva é aplicável nos casos em que não temos menção ou representação direta a uma divindade, como é o caso das lucernas em Santa Bárbara dos Padrões em Castro Verde (caso exposto mais à frente no estudo), ou no estudo realizado por Guilherme Santos no santuário de Isthmia, Grécia (Calado, 2012;

Batista, 2018; Lyonnet, 2018; Santos, 2019). No entanto, o material epigráfico, tendo uma referência direta a uma divindade, tem só por si um valor simbólico acrescido.

Por fim, há que compreender que algo sujeito a um valor simbólico como já foi mencionado anteriormente, pode estar relacionado com a religião das gentes, das comunidades, as suas crenças, ligadas intrinsecamente à sua história e cultura. Importa referir que algo portador de valor simbólico não é obrigatoriamente religioso, mas que algo religioso é sempre portador de um grande valor simbólico.

Assim sendo, quando falamos de religião tratamos de um sistema de crenças para lá do plano sensorial, do mundo físico, que se pode focar no indivíduo ou num grupo. Pode ser reconhecida pela transmissão de uma narrativa – através de lendas, mitos e tradições orais – e em reflexões sobre a realidade.

O conceito de Culto pode então manifestar-se de várias formas: 1) em forma de negociação (oferto isto para que receba algo em troca, como saúde ou prosperidade); 2) em agradecimento por algo, como presente nos ex-votos, em que o dedicante agradece por algo que pediu anteriormente ao deus, algo que pode ser feito até em tom de maldição (onde o dedicante pede que se puna algo ou alguém) (Encarnação, 1984; Guerra, 2003; Dias, & *alii*, 2019; Sousa, Arruda & Pereira, 2020).

O culto é a ação de comunicar com o divino. É a interação entre “os mundos” – o físico ou sensorial e o mundo extrassensorial – pelo qual o ser humano tenta comunicar com as divindades, para pedir, agradecer, prometer e trocar algo (Santos, 2019).

Por fim, a prática do culto está associada ao conceito de Ritual, que, mais uma vez, pode ou não ter a intenção de ser religioso. Ou seja, ritual é uma ação que praticamos recorrentemente, que está embebida com valor simbólico. É o valor simbólico que um grupo, sociedade ou comunidade lhe confere que o torna religioso. Os contextos sociais e as realidades culturais de cada povo formulam o valor simbólico de certos objetos ou sítios, que se tornam instrumentos das práticas dos ditos ritos (Santos, 2019).

Tendo em conta que uma das principais ferramentas deste estudo são os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), não deve ser esquecido que este tipo de aplicações não foi criado para emprego na área da Arqueologia – pelo menos, não diretamente –, pois muitas provêm da Geografia, do Ordenamento do Território, da Gestão, entre outras áreas, mas que, graças ao seu carácter tão eclético, a sua utilização migrou para outras áreas científicas, nomeadamente a da Arqueologia (Wheatley & Gillings, pp.7-8).

Relativamente às diversas definições de SIG, existem investigadores que afirmam que estas aplicações são um “poderoso conjunto de ferramentas para capturar, recolher

sem limites, transformar e apresentar informação espacial do mundo real”, ou seja, de grande potencial para análise do espaço, da paisagem e do território, possibilitando a aplicação de critérios de análise de acordo com os “propósitos particulares” de cada um (Burrough, 1986, p.11). Por outro lado, há investigadores que concordam, mas que se dividem nas opiniões: uns, que apoiam a ideia de que se trata de bases de dados com grande potencial de trabalho; e outros, que vêem os SIG apenas como um conjunto de operações para analisar e trabalhar dados obtidos através de outras técnicas e métodos (Star & Estes, 1990). Por fim, há os negacionistas, os que não encontram grande utilidade neste tipo de tecnologias, teorizando sobre o seu carácter quase “quimérico”, de utilidade meramente académica (Wheatley & Gillings, 2002, p.7).

De qualquer das formas, os Sistemas de Informação Geográfica são de grande diversidade, variando desde aplicações mais desenvolvidas, abertas a manipulação por parte dos utilizadores – como o *ArcGIS* ou o *QuantumGIS* –, até aplicativos mais “simples” e sem grande manipulação, como o GPS que temos nos telemóveis.

Na Arqueologia, o seu cariz funcional é bastante visível. No entanto, a sua utilização ainda está numa fase muito embrionária no nosso território, carecendo de um maior desenvolvimento e investigação. Não obstante, os SIG permitem compreender as formas, os tipos e as tendências de ocupação do território e da paisagem. Permitem contextualizar os sítios no espaço, relacionando-os com os recursos existentes (antrópicos ou naturais), compreender como o Homem alterou e ocupou o espaço, relacionar sítios arqueológicos conhecidos entre si, bem como com tipologias diferentes, registar sítios arqueológicos cujas prospeções proporcionaram coordenadas, entre outros tipos de utilização, que variam de acordo com o propósito de investigação.

Para além deste carácter de registo e inventariação dos sítios, permitem também aplicar um conjunto de análises, filtros e ferramentas para uma melhor compreensão dos sítios arqueológicos. Análises de padrões, de custo e mobilidade (Trapero Fernández, 2022, pp. 731-743; Trapero Fernández, Carneiro & Moreira, 2023), de visibilidade, modelos de relação espacial, áreas de influência, *heatmaps*, são apenas algumas das funcionalidades possíveis de utilizar aquando da aplicação dos Sistemas de Informação Geográfica, e algumas delas utilizadas no presente estudo.

5. O território em estudo

5.1. Contexto Geográfico e Geomorfológico

Tendo em conta os limites estabelecidos para a área em estudo, já analisado na Introdução, consideramos que para compreender a geomorfologia de um território, há que entender a sua composição geoquímica e litológica.

A área em estudo divide-se em três grandes regiões ou zonas geológicas: a Zona da Ossa-Morena, a Zona Sul-Portuguesa e a parte da Orla Ocidental, cada zona com as suas características próprias, que moldam a paisagem.⁶

A Orla Ocidental, mais propriamente a área mais a Sul da Bacia do Tejo-Sado, que ocupa o menor espaço na nossa análise espacial, trata-se de uma zona composta maioritariamente por rochas sedimentares mesocenozóicas – sobretudo calcários, arenitos e argilas. As rochas sedimentares são compostas por sedimentos, criados através de processos de erosão e meteorização das rochas ao longo do tempo, que levam a uma deposição contínua desses mesmos sedimentos. Essa deposição dá-se ao longo da costa e das bacias dos rios – no nosso caso em particular, do Tejo e do Sado. Nestas bacias houve uma deposição de uma camada sedimentar que se sobrepõe às rochas do Maciço e da Orla (Rebelo, 1992, p.29).

Em seguida, a Zona de Ossa-Morena, incorporada na Zona Centro-Ibérica, onde se destacam formações rochosas de grande importância económica, que levou a uma elevada procura, não só na atualidade, como ao longo da História, e em particular na Proto-História e período Romano. Podemos então verificar que a formação do Maciço de Évora-Moura se encontra dividida em diversas zonas, cada uma caracterizada por uma matriz geológica diferente, desde os xistos luzentes, os vulcanitos e os gnaisses entre Montemor-o-Novo e Portel, às rochas sílico-aluminosas de Valverde, Azaruja – entre outras zonas –, e aos afloramentos graníticos e quartzodioríticos que se distribui por toda a região, desde Évora e Montemor-o-Novo, às Alcáçovas, até Moura. Por último, a Zona Sul-Portuguesa encontra-se dividida em quatro subgrupos, sendo eles o Domínio do Pulo do Lobo, a Faixa Piritosa, o Grupo de Flysch Baixo Alentejano e o Grupo Sudoeste Português (Oliveira, 2013, p.677).

A Zona Sul-Portuguesa também se caracteriza por ter uma orientação própria, de Noroeste para Sudeste, aferível através de falhas e dobras, representadas através das

⁶ Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, [Em linha] Disponível em: [Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, Coimbra, 1945 - Biblioteca Nacional Digital \(purl.pt\)](http://purl.pt) .

figuras 1A, 1B e 1C. É uma região caracterizada maioritariamente por rochas sedimentares, com formações minerais de extrema importância, integrados na Faixa Piritosa Ibérica, e que, ao longo da História, foi pontuando a paisagem com centros de exploração mineira. É de acentuar a importância de Neves-Corvo, principalmente em período proto-histórico e romano, aquando da exploração de minerais como cobre, estanho e bronze (Arruda, 2001, pp. 208-213; Cardoso, Guerra & Fabião, 2011, pp.169-188; Oliveira, 2013, pp. 681-692).

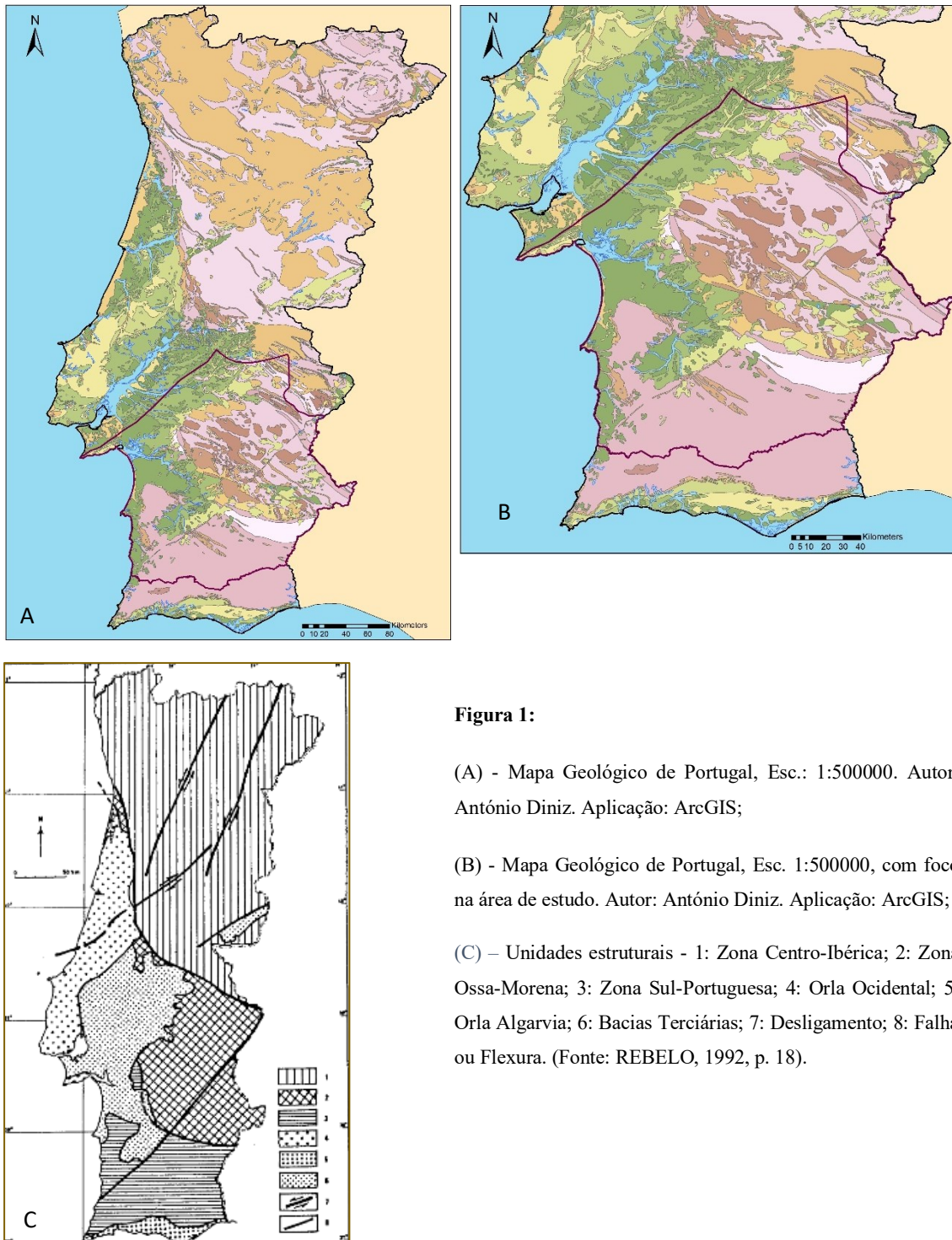


Figura 1:

(A) - Mapa Geológico de Portugal, Esc.: 1:500000. Autor: António Diniz. Aplicação: ArcGIS;

(B) - Mapa Geológico de Portugal, Esc. 1:500000, com foco na área de estudo. Autor: António Diniz. Aplicação: ArcGIS;

(C) – Unidades estruturais - 1: Zona Centro-Ibérica; 2: Zona Ossa-Morena; 3: Zona Sul-Portuguesa; 4: Orla Ocidental; 5: Orla Algarvia; 6: Bacias Terciárias; 7: Desligamento; 8: Falha ou Flexura. (Fonte: REBELO, 1992, p. 18).

Em relação ao relevo, a nossa área de estudo apresenta relevante heterogeneidade. Varia entre a peneplanície evidente no Alentejo Central e no Baixo Alentejo, mas também zonas de falésia costeira e formações montanhosas. Desta forma, há que referir as principais elevações. Na nossa área predominam as elevações da Serra d'Ossa, Serra de Monfurado e Serra do Mendro – ou Serra de Portel, de extrema importância para o tema em desenvolvimento, como é possível observar nas Figuras 2A e 2B. Além destas, há que mencionar ainda a Serra de Grândola, do Cercal, da Vigia e a da Adiça e, por o limite Sul da nossa área de estudo, a Serra do Caldeirão e a Serra de Monchique, que é ainda uma das causas naturais para a divisão administrativa atual.

De frisar que na área em estudo se destacam as influências de três principais aquíferos, o Tejo (com menos intensidade na área em questão), o Sado e o Guadiana, bem como os seus afluentes, que se dispersam pelo Alentejo e servem como ponto de circulação e entrada de gentes, bens e culturas.

Notamos que o relevo e as linhas de água, criam acidentes naturais na paisagem. Estes dificultam a acessibilidade em certas regiões, como é o caso na região mais a Norte do Guadiana com a formação do Pulo do Lobo, ou com as serras de Grândola e Cercal. Contudo, de um modo geral, quase toda a faixa central do território sobre observação é dominado, como já referido, pela peneplanície ondulada, possível de observar na região envolvente a Beja, Ourique, Castro Verde e Serpa, onde temos identificados vários possíveis locais de culto, com epígrafes dedicadas a *Liber Pater*.

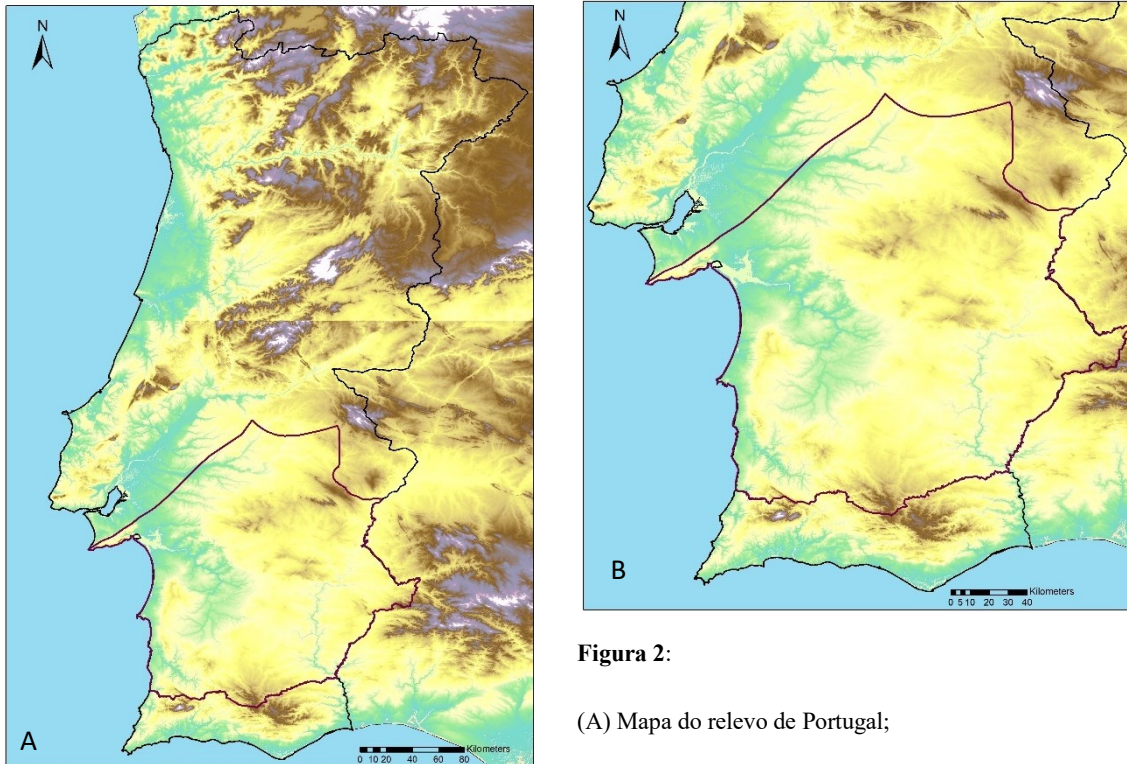


Figura 2:

(A) Mapa do relevo de Portugal;

(B) Mapa do relevo em Portugal, com área de estudo.

Como foi possível evidenciar, tratamos uma área bastante heterogénea, quer do ponto de vista geomorfológico, como também do ponto de vista geológico. Do ponto de vista geológico, sublinhamos a importância de certas zonas e regiões. Estas destacam-se, ao longo da história, como principais fontes de matéria-prima, como metais, na sua maioria proveniente da Faixa Piritosa, fulcrais para as indústrias metalúrgicas entre a Idade do Bronze e o Período Romano, como a Mina de São Domingos em Mértola, ou as Minas de Aljustrel. Ou como as rochas usadas na arquitetura e religiosidade destes períodos, como o caso do mármore extraído no domínio de Estremoz-Barrancos, ou os granitos, embora “locais”, do domínio de Évora-Beja, como o hipotético exemplo do Alto de São Bento em Évora (Batata, 2017, pp. 121-147).

Relativamente aos recursos existentes, predominam nesta área os solos de classe C+D, D e E, evidenciando-se – mais pontualmente – a existência de solos entre o B/B+D e o C/A+F. A ocorrência de solos “puramente” férteis (tratando-se dos A e B+C) é muito rara no nosso território em estudo, existindo principalmente em torno das principais linhas de água (Ver Figura 17 e 19, no Anexo III).

5.2. Os recursos e os dados arqueológicos

5.2.1. Os recursos hídricos

Assinalamos manifestações de culto um pouco pelas três grandes Bacias Hidrográficas existentes no *Conventus Pacensis* (Tejo, Guadiana e Sado), com uma lacuna na região envolvente ao Rio Mira. No caso de *Mirobriga*, esta região está na confluência de duas pequenas bacias, dos rios Sado e Mira.

Apesar das constantes alterações – antrópicas e/ou naturais – que a paisagem foi sofrendo ao longo dos séculos e dos milénios, podemos constatar que a maioria dos espaços em que se regista a presença de epígrafes se encontra nas imediações de linhas de água. Nestes contextos, e excluindo os que podemos considerar urbanos e/ou periurbanos – pois nestes temos a escolha preferencial de locais com fácil acesso a linhas de água, para abastecer a *urbs* e os campos envolventes – há um conjunto de casos de maior interesse para o atual estudo.

Contudo, o uso simbólico da água e o uso desta pelas suas qualidades curativas ou propriedades salutíferas, inerente ao culto de muitas divindades registadas no nosso território, como Fontano e Fontana ou até mesmo Endovélico, conferem aos espaços uma importância acrescida (Ribeiro, 2002, pp. 83-84).

No quadro do que nos parecem evidências mais diretas desta associação, temos os casos das epígrafes dedicadas a Endovélico (espaço vizinho à Ribeira de Lucefécit, a cerca de 1km de distância). Como referem Leite Vasconcellos e Cardim Ribeiro, a implantação do Santuário de São Miguel da Mota poderia ser mais complexa na Antiguidade do que agora aparenta. O espaço teria associado uma nascente de água mineral, “(...) porventura no fundo de um poço ou brotando de um antro rochoso (...)”, com possíveis fontes de águas “milagreiras” na área envolvente, num raio de 5km (como as fontes da Ermida da Fonte Santa e Fonte Santa de Nossa Senhora da Conceição) (*Idem, Ibidem*, p. 83).

Desta forma encaramos a água não tanto como um recurso natural, mas como um elemento simbólico, medicinal e purificador, associado a várias práticas religiosas para limpeza e depuração de maleitas, ao longo do tempo e em várias religiões.

Ao observarmos o relevo e como o tipo de expressões em estudo se manifestam no espaço, podemos também verificar algumas dinâmicas: na maior parte dos casos, e a uma escala relativamente baixa, os espaços em questão encontram-se sobretudo em regiões de vale ou peneplanície. Contudo, há sítios que se implantam em topos, alguns

em elevações mais pequenas, mais difíceis de registar à escala do mapa apresentado. Sítios como o Santuário a *Endovellicus* em São Miguel da Mota, o voto dedicado a Fontano e Fontana, as epígrafes dedicadas a *Quangeio Turicaeco* e a Júpiter, o monumento dedicado a *Mater Deum*, todos na região da Serra D'Ossa; ou as inscrições dedicadas a Carneio, em Santana do Campo.

Podemos encarar este tipo de implantação sob dois pontos de vista:

- i) Primeiramente, o fator simbólico. Espaços elevados estão normalmente associados a locais de culto. A proximidade aos limites do que o ser humano consegue alcançar sempre foi alvo de curiosidade. A implantação deste tipo de sítios em locais de altura é um fator que se replica em várias religiões ao longo do globo, seja em plataformas naturais, seja através da construção de grandes estruturas elevadas;
- ii) Por outro lado, a implantação em locais de topo para uso estratégico. São locais com boa observação sobre a área envolvente, estejam rodeados de pequenos planaltos ou colinas, estejam em esporões no meio de planícies. São, portanto, locais, para além de religiosos, de carácter estratégico, que permitem especular sobre se são marcos da paisagem e delimitadores territoriais.

5.2.2. Povoamento Florestal

Tentar perceber as paisagens antigas à luz de leituras atuais não só é uma difícil tarefa, mas, também, é um exercício hipotético por falta de estudos mais específicos do coberto vegetal em período romano.

Pese embora estas restrições, algumas análises podem ser equacionadas. Se relacionarmos os dados recolhidos neste estudo com o povoamento florestal, temos de, logo em primeira mão, estabelecer certas linhas orientadoras e considerações para não cair em leituras erróneas:

- i) A primeira é que estamos a tratar de espécies vegetais e que a sua relação com o mundo antigo pode ser questionável, uma vez que nem todas as espécies de árvores da atualidade se podem transpor para o passado, havendo várias que são invasivas e exógenas ao nosso território, ou foram introduzidas posteriormente, nomeadamente pelos árabes;
- ii) Em segundo, considerar que há a reprodução ou expansão intencional de certas espécies, de causa antrópica, para exploração de certos recursos;
- iii) Por último, que certas áreas sofreram alteração no povoamento florestal ao longo dos tempos, cortando-se umas e plantando-se outras com vista à exploração de espécies mais valorosas economicamente, como é o caso do eucalipto. Excluímos, portanto, árvores que se consideram exógenas (e invasoras) às do nosso território: “Há contudo que ter em atenção que muitas das árvores com que nos cruzamos podem *não ser autóctones do Continente: é o caso das nogueiras, dos plátanos, das tílias, dos eucaliptos, das acácias, das olaias, do cipreste-do-buçaco e de muitas outras (.../...)*” (Pinho, Santos & Sampaio, 2020, p.2). Tendo em atenção estes fatores, podemos refletir um pouco sobre a relação entre o povoamento florestal e as divindades que encontramos na nossa área de estudo.

Sabemos, através de testemunhos escritos como Estrabão e Plínio-o-Velho, ou pelos estudos palinológicos efetuados em certos sítios arqueológicos, que certas espécies arbóreas que encontramos na atualidade no nosso território eram possíveis de observar e trabalhar em período romano. O território seria maioritariamente ocupado por matagais, compostos por espécies de *Quercis* (sobreiros e azinheiras) e, segundo Estrabão, a população recorria maioritariamente à pastorícia de caprinos, com caça e agricultura semipermanente e diversificada, com a plantação de centeio, cevada, trigo espelta e milho miúdo e milho-painço, entre outras espécies (Aguiar & Pinto, 2007, pp. 37-41;

Figueiral & Bettencourt, 2007, pp. 177-187; Seabra, 2015, pp. 67-73). Com o período romano, o processo de desflorestação pensa-se ter aumentado, com a drenagem e saneamento de pântanos e sapais, construção de barragens e, desta forma, o acesso de terrenos mais férteis e a construção de casais rústicos e *villae* para a exploração desses mesmos solos, como é o caso da *Villa Romana de São Cucufate (CNS-8)* (Aguiar & Pinto, 2007, pp. 15-53; Lopes, 2017, pp. 103-110).

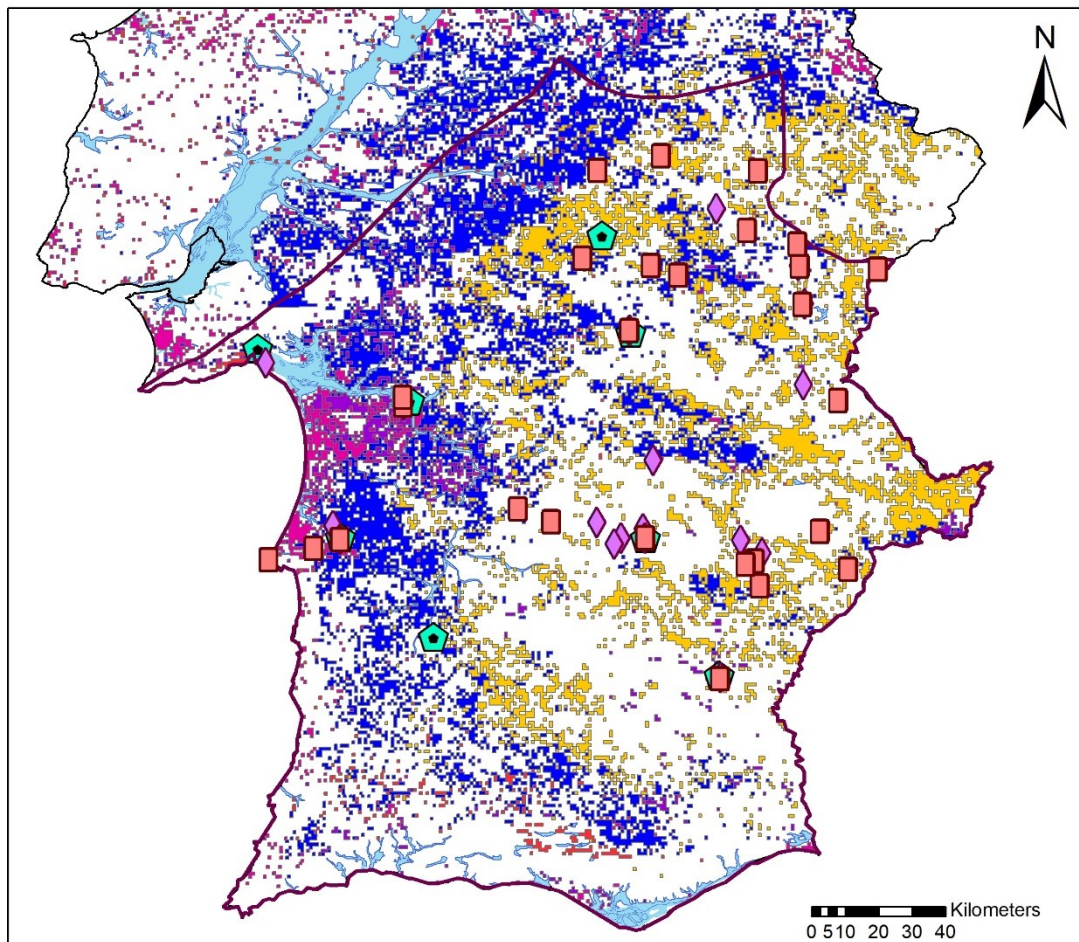
Os dados obtidos pela recolha de pólenes apontam também para a existência de castanheiro, contrariando a ideia de que não existiria plantaçaõ desta espécie fora da península Itálica (Aguiar & Tereso, 2020, pp. 46-47). Também o ulmo sofreu uma mutação, combinando o nativo e pré-existente com aquele trazido pelas comunidades romanas e usado na plantaçaõ de vinha (*Idem, Ibidem*, pp. 243).

Estas análises indicam também que, após um período húmido durante a Idade do Ferro, seguiu-se uma época de seca e quente em período Romano, como o afirma Marques (2017), “Numa abordagem paleobotânica das regiões do nordeste do Mediterrâneo, Beaulieu & *alii* (2005, pp. 114 -126) consideram ter eventualmente havido um período húmido no prelúdio da Idade do Ferro (ca 2900 – 2300 BP) e um aumento de seca no Período Romano” (Marques, 2017, pp. 1360).

Sabemos também que o povoamento florestal e qualidade dos solos são elementos mutáveis ao longo do tempo, e influenciados diretamente pela mão humana. No caso do povoamento florestal temos espécies atualmente no nosso território que não são nativas, como é o caso do eucalipto. Sabemos também que a qualidade dos solos é estabelecida pela capacidade que os mesmo têm em germinar cereais como o trigo, algo bastante influenciado por políticas económicas e agrárias do século XX. No entanto, decidimos aplicar estas camadas na cartografia como forma de relacionar as faculdades das divindades com o meio em que se localizam. Em certos casos foi possível, como é possível de observar na Figura 3, constatar que em áreas cuja qualidade dos solos se apresenta mais elevada – e, por sua vez, áreas com elevados trabalhos agrícolas – temos a presença de divindades afetas à agricultura e fertilidade. Estas representações não só se espelham no material epigráfico, como também na estatuária. Damos como exemplo as representações recolhidas em Serpa, dedicadas a Líber, ou como o busto de Baco recolhido nas imediações de Beja.

Assinalam-se deidades como, mais uma vez, *Carneo*, *Liber Pater* e *Proserpina*, possivelmente *Silvanus*, *Ceres* e *Cybele*, que têm valências no âmbito dos bosques e florestas, da natureza e do “selvagem”. Assim sendo, observamos que na área

envolvente às materialidades destas existem (e nos casos em que temos espécies autóctones “preservadas”) densos corpos de vegetação. Podemos depois dividir em dois tipos de bosque: um deles composto maioritariamente por montado (com espécies de *quercus* como a Azinheira e o Sobreiro, típicas no montado do nosso território); e outro com espécies de pinheiro (Pinheiro-Manso e Pinheiro-Bravo). Ambos os casos são compostos por outras espécies resinosas, folhosas e de *quercus*.



Legenda:

- Tabela do Material Epigráfico
- ◆ Tabela do Material Estatuário
- ⬠ Civitas - Pontos
- Conventus Pacensis
- Lusitânia

Carta do Povoamento Florestal

Espécies

- | | |
|--|--|
| ■ Azinheira (Az) | ■ Outros quercus (Qc) |
| ■ Castanheiro (Ct) | ■ Pinheiro bravo (Pb) |
| ■ Outras folhosas (Fd) | ■ Pinheiro manso (Pm) |
| ■ Outras resinosas (Rd) | ■ Sobreiro (Sb) |

Figura 3: Mapa do Povoamento Florestal com a dispersão do material em estudo.

5.2.3. Questões Performativas da Paisagem

Como conseguimos averiguar, o território é composto por vários elementos que compõem a paisagem e criam uma cenografia própria para cada sítio. Exemplo da importância do “cenário” está implícita no mundo romano, quer na escolha da implantação dos espaços habitacionais e citadinos, como também na escolha dos espaços culturais e religiosos (Haddad & *alii*, 2003, pp. 243-256; Redentor, 2021, pp. 230-249)

Há então uma correlação entre os espaços e a paisagem, composta por elementos físicos como a hidrografia e o relevo, que criam um cenário em redor dos locais e constroem uma narrativa em torno de uma história, lenda, ou, como no nosso caso de estudo, culto. No mundo clássico, certos autores afirmam haver uma relação entre a prática religiosa e o espaço, relacionando com cidade e como esta se torna um centro de congregação de gentes que partilham tradições sociais, religiosas e políticas.

Portanto, também a escolha dos espaços religiosos poderá estar relacionada com as paisagens em que os mesmos se inserem. Recorremos como exemplos o caso de São Miguel da Mota, implantado num pequeno topo, afeto a Endovélico, uma divindade tónica cujas características se focavam na medicina, no submundo, e na vida após a morte, na montanha e na terra (Vasconcellos, 1905, pp. 111-146). Ou o caso de Santana do Campo, um sítio implantado numa área com relevo sinuoso, afeto a uma divindade pastoril (Schattner, 1995/97, pp. 508-512; Carneiro, 2017, pp. 93-95).

6. O Culto e o Espaço

Como já exposto anteriormente, as práticas religiosas não precisam propriamente de um espaço para se manifestarem. Podem limitar-se a palavras, preces, vozes. Contudo, a presente dissertação foca-se no registo arqueológico, material, deixado pelas comunidades, isto é, nos vestígios materiais que expressam a religiosidade dos povos que ocupavam o nosso território em período romano.

Refletindo sobre os dados apresentados e a paisagem que se constrói com eles, podemos fazer várias leituras.

De modo geral, os sítios implantam-se em altura, seja em pequenos cerros, morros ou elevações, como é o caso de Mourão, Santana do Campo ou São Miguel da Mota. O caso de Santana do Campo difere um pouco, pois trata-se de um pequeno topo, numa paisagem relativamente plana, mas que está envolto por outras elevações que partilham altitudes semelhantes e dificultam a visibilidade do sítio.

Tabela 1: Locais de culto e a sua altitude

LOCAIS DE CULTO	ALTITUDE
Mourão	207 metros
Santana do Campo	255 metros
São Miguel da Mota	289 metros
Juromenha	208 metros
Estremoz	430 metros
São Bento do Mato/Azaruja	280 metros
Vila Verde de Ficalho	230 metros
Serpa	275 metros
Santa Iria	150 metros
Borba	407 metros
Herdade de Belmeque	320 metros

Através da tabela 1 averiguamos que, apesar de se encontrarem, preferencialmente, em elevações, não ocupam os picos mais altos do território em estudo, como é o caso da relação entre São Miguel da Mota e a Serra D'Ossa. Contudo, através da cartografia realizada, podemos afirmar que há uma preferência por relevos com uma boa visibilidade sobre a paisagem. Mesmo que não dominem grandes espaços em altura, estão intrinsecamente conectados com sítios altos. Especulando, poderia tratar-se de

uma forma de se tornarem mais visíveis, locais onde a peregrinação seria mais fácil dada a sua fácil visibilidade. A sua topografia também poderia estar relacionada com a proximidade ao divino, ou, como alguns autores sugerem, com as divisórias das próprias unidades administrativas. (Villanueva, 2012, pp. 69-85; Pérez, 2016, pp. 79-87; Carneiro, 2017, pp. 85-100)

No caso de Mourão, temos uma pequena elevação que se manifesta numa paisagem relativamente plana em seu redor, o que confere visibilidade ao sítio. Estas características levam a que, em períodos posteriores, se faça erguer uma fortificação. O tipo de ocupação, em período romano, leva-nos a crer ser semelhante ao caso mencionado anteriormente no que diz respeito à topografia e à reocupação, pois nela verifica-se sobreposição de uma igreja (Abranches, Encarnação & Santos, 2018).

As vias relacionam-se diretamente com a ocupação da paisagem. São o meio pela qual um indivíduo pode circular livremente pelo espaço, que liga as pessoas aos sítios. Através delas, as gentes poderiam atravessar todo o território sob o domínio romano de forma livre, pois conectavam cidades, espaços habitacionais e industriais, portos, núcleos fortificados, e, neste caso, também os santuários, fontes sagradas e templos. Apesar de existir ainda um grande desconhecimento das vias romanas no nosso território, é possível, com os dados que atualmente temos, retirar algumas informações úteis. Para além de conectarem os núcleos urbanos, verificamos que vários pontos no nosso mapa, que, dada a localização de material epigráfico, marcariam locais de culto, se encontram associados a vias. Estremoz (com um monumento dedicado possivelmente a *Ataegina*), Borba (com uma epígrafe a Quangeio e outra a Júpiter), Bencatel (com o voto a Fontano e Fontana), ou Moura (com um ex-voto a Mercúrio).⁷

Notamos que, de modo geral, os espaços que identificamos como locais de culto não apresentam estruturas conhecidas até ao momento que nos permitam falar sobre o tipo de sítio que se trataria a nível tipológico. Trata-se, na sua grande maioria, de material epigráfico que carece de contexto arqueológico. No entanto, aqueles que preservam algum tipo de estruturas aparentam enquadrar-se entre *templum* (como aqueles identificados em meio urbano como Évora e Beja) e o possível *fanum* de Endovélico, como referido por vários autores (Ribeiro, 2005, p. 742; Brilhante, 2015, p. 7). Aqui

⁷ Acrescentar ainda que, para além das vias já registadas e cuja camada do mapa foi descarregada do site “Vias Romanas em Portugal” (Soutinho, 2004-2022), aproveitou-se também informação do artigo de Schattner, Fabião e Guerra (2013), que acrescentaram uma via complementar.

surge a questão se existiria uma relação entre a visibilidade e possíveis práticas de peregrinação. Neste sentido, podemos recorrer ao Santuário de Endovélico como exemplo, sendo aquele que conhecemos de forma mais completa, em meio rural, pela sua tipologia. A sua implantação estratégica e de claro domínio sobre a paisagem pode indicar um delimitador da paisagem, que serviria para ser observado a partir da área envolvente, como delimitador territorial, e destacando estes locais da demais ocupação envolvente (Carneiro, 2009-2010, pp. 264-269).

Há uma variação em termos cronológicos entre os vários sítios, em que temos peças que remontam ao século I d.C., como as peças nº19 e nº20 provenientes de Borba, ou a peça nº 128, proveniente de Serpa; até ao século III d.C., como a peça nº25 recolhida na Azaruja, ou a peça nº125 de Vila Verde de Ficalho.

6.1 As divindades

Como já referido anteriormente, registamos uma grande variedade de cultos e divindades ao longo da baliza cronológica relativamente larga em que nos focamos. Entre os séculos I a.C. e o III d.C. várias são as mudanças sociais e culturais implementadas no território que foram impostas ou adotadas pelas comunidades indígenas que habitavam na Lusitânia.

Tabela 2: Divindades, quantidade e o meio onde se encontram

Divindade ⁸	Quantidade	Meio	
		Rural	Urbano
Endovélico	77	77	
<i>Carneo</i>	3	3	
<i>Bandi</i>	2	1	1
<i>Quangeio</i>	1	1	
Deusas Santas/Deusas Mãe			
<i>Ataecina</i>	6	4	2
Júpiter ⁹	8	4	2
Prosérpina	4	4	
Mercúrio	1	1	
Asclépio	1		1
Apolo ¹⁰	1	1	
Marte	1	1	
Fontano e Fontana	1	1	
<i>Salus - Saúde</i>	2	1	1
Líber	2	1	1
Sol Invicto	1		1
Imperador	2		2
Cíbele	1		1
Serápio	1		1
Ísis	2		2
Mitra	1		1
Outros	14	8	6

⁸ Cada cor representa a origem de cada grupo de divindades.

⁹ A localização de uma das peças é desconhecida. É por esta razão que apresentamos 8 peças no total, mas a sua dispersão pelo *Meio* apenas indicar 6

¹⁰ Epígrafe cuja proveniência se torna um pouco dúbia, aparecendo em certas bases de dados como sendo proveniente de Beja. Contudo, a origem correta da peça será a Herdade da Misericórdia em Beringel, Beja.

6.1.1. Divindades Indígenas

Apesar de um elevado número de peças, constatamos que existem poucas divindades representadas, referenciadas ou até cultuadas na zona mais a Sul da Província da Lusitânia, de acordo com o material recolhido. Das divindades indígenas que registamos na nossa área de estudo, a sua maioria aponta para uma possível matriz celta, como explicado em vários estudos, desde Leite de Vasconcellos.

Inserimos *Ataegina* no grupo das Deusas Santas e Deusas Mãe, pois integram um grupo próprio de figuras divinas femininas que abrange divindades indígenas, orientalizantes e greco-romanas.

As manifestações ou materializações referentes à divindade masculina e tutelar indígena Endovélico, divindade claramente de matriz céltica, ocorrem na nossa área de estudo, focadas num só núcleo, o Santuário (Romano) de São Miguel da Mota. Como aludido anteriormente, não muito longe da localização do santuário romano encontramos o que alguns investigadores denominam de santuário rupestre da Idade do Ferro, possivelmente dedicado a este deus, no sítio da Rocha da Mina, embora hajam investigadores que entrem em discórdia com esta hipótese (Calado, 1995, pp. 97-108; Richert, 2012, pp. 219; Mataloto & Roque, 2013, pp. 125.141; Santos, 2013, pp. 143-148).

Contudo, como Cardim Ribeiro afirma, há várias incongruências e elementos que dificultam a leitura do espaço, quer em termos de implantação, quer em termos cronológicos. Apesar de existência de materiais enquadráveis entre o período imperial e o século VI d.C., a falta de estruturas coerentes levanta questões sobre a localização exata do que seria o templo/santuário (Ribeiro, 2002, pp. 79-90; Ribeiro, 2005, pp.721-765). Torna-se então difícil, se não praticamente impossível, determinar qual a proposta correta.

Podemos, contudo, constatar um processo de sincretismo através da presença de material epigráfico dedicado a Júpiter, no próprio santuário de Endovélico. Importa lembrar ainda que, para além destas duas divindades, registamos também Prosérpina, divindade latina que será posteriormente tratada, mas que partilha alguns atributos e funções com as do deus indígena.

No que a *Carneo* e *Quangeio* diz respeito, ambos fazem referência às suas “comunidades”, *Carneo de Calantica* e *Quangeio de Turiceco*. As epígrafes referentes à

primeira divindade, atualmente perdidas, foram no passado registadas nas paredes da Igreja Matriz de Santana do Campo.

Quangeio aparenta manifestar-se (como as restantes divindades autóctones) um pouco por todo o território peninsular, predominantemente na região da Beira Interior (Teixeira, 2014, pp. 85-86).

Já a presença de *Carneo* ecoa por toda a Europa, com uma clara matriz celta associada a *Cernunnos* (Rivara, 1983; Teixeira, 2014, pp. 214-215; Carneiro, 2017, pp. 85-100). No entanto, T. Schattner (1995-1997) coloca a hipótese, com base na tipologia arquitetónica do templo e nas características da divindade, de se tratar de um templo de origem púnica. Schattner compara o sítio com alguns templos no Norte de África, como o Templo da Paz ou o Templo das Cereres em Thuburbo Maius (Schattner, 1995/97, pp. 508-512). Dadas estas semelhanças, o mais correto será abordar a divindade pelo seu fundo arcaico e raiz indo-europeia, inscrito na semântica do próprio nome: *Car-neus* (Carneiro, 2017, p. 93).

Em contraste, *Carneo* manifesta-se um pouco por todo o território europeu equiparada quer pelo teónimo quer pela simbólica, a *Cernunnos* nas antigas Britânia e Gália. *Cernunnos*, regista-se a sua presença maioritariamente na Europa Central, com vestígios, por exemplo, na ornamentação no caldeirão de *Gundestrup*, em Jutlândia na Dinamarca; na decoração em baixo-relevo em bases líticas, como são os casos de Paris e Reims em França, ou da Eslovénia em *Bela Krajina*. Contudo, há também evidências da divindade nas Ilhas Britânicas (Inglaterra, Escócia e Irlanda) e na Alemanha. Em ambas as versões da divindade, esta aparece representada com cornos, o que permite associá-la às epígrafes encontradas no nosso território, que lhe dão um carácter agrícola, ligado às colheitas e à pastorícia (Bober, 1951, pp. 18-51; Malkin, 1994, pp.139-153; Šašel Kos, 2010, pp. 175-186; Papadopoulos, 2014, pp. 395-423; Carneiro, 2017).

Tratando-se de manifestações do culto a *Ataegina*, trabalhamos com uma divindade indígena cujas expressões se restringem – do que se conhece até ao momento – ao território peninsular. Existem no total cerca de 36 inscrições que claramente identificam a divindade. Portanto, é das divindades com maior incidência na Península Ibérica. O melhor exemplo a apresentar, sendo o caso com mais material epigráfico dedicado à deusa, encontra-se em Alcuéscar. Tratar-se-ia de um possível templo/santuário, com 15 altares dedicados à divindade *Ataecina Turibrigensis*. Estaria localizado num local estratégico, associado a uma via que ligava duas localidades diferentes (*Metellinum* e *Norba*) e cerca de cinco “grupos étnicos” diferentes – Celtiberos, Célticos, Vetões,

Lusitanos e *Turdulos* (Guerra, 2002; Lopes, 2014; Teixeira, 2014, pp. 47-50; Gutierréz, 2016; Lopes, 2017; Gasparini, 2020).

A deusa mencionada teria um santuário em Turóbriga, apesar desta localidade ainda não ter sido identificada até ao momento. Desta forma, as restantes epígrafes referidas que também mencionam *Deae Sanctae* poderão apontar para a mesma divindade. Contudo, certos investigadores (Vasconcellos, 1905; Encarnação, 1975; Delplace, 2000; Abascal, 2002; Teixeira, 2014) levantam a questão sobre se podemos estabelecer, com a informação preservada, esta associação ou não.

Enquadramos as representações a Ataegina dentro daquelas dedicadas às Deusas Santas e Deusas Mãe. Neste quadro generalizado, encontramos material epigráfico que as identifica com as seguintes representações: Deusa Santa Turubrigense, Deusa Santa, Deusa Boa, Deusa e Senhora Santa e Sagrada Deusa Mãe.

Contudo, Macróbio, escritor e filósofo romano que viveu no final do Império (século V d.C.), agrupava na sua obra todas as deusas ligadas ao culto da terra, da fertilidade, da prosperidade, do nascimento e do renascimento num só grupo, divindades com diferentes teónimos, mas naturezas e funções semelhantes (Macróbio, *Sat.*, 1.16.21-29).

Nesse grupo encontram-se divindades com denominações como Deusa Mãe, Deusa Santa, Boa Deusa, Deusa e Senhora Santa, entre outras. Entre estas possíveis de inserir nessa classificação podemos referir Terra, Fauna e Deméter, apesar de haver outras divindades possíveis de enquadrar neste grupo (Hallvig, 2016, p. 9; Taylor, 2023, p. 304).

Além da relação entre esta e as demais deusas Santas, Ataegina é uma divindade indígena, das mais cultuadas no território peninsular e com grande relação com Endovélico, uma vez que ambas as divindades têm características sub mundanas, ou ditas “infernais” (Vasconcellos, 1897-1913).

Todas estas divindades têm presença no mundo rural. Contudo, *Bandi* aparece não só em meio rural, como também em meio urbano. Esta manifestação revela a popularidade no culto a esta divindade, que se propaga por toda a extensão da Lusitânia (Teixeira, 2014, pp.76-79).

Desta forma, podemos assumir que estas divindades:

- 1.- ocupam maioritariamente locais em altura, de modo geral associados a núcleos populacionais, linhas de água ou vias, como apresentado nos exemplos acima referidos;
- 2.- que estamos perante divindades autóctones, maioritariamente de natureza celta, mas que têm bastantes influências orientalizantes.

6.1.2. Divindades gregas e romanas

Em termos de variedade de peças, os cultos greco-romanos são os que mostram uma maior diversidade de divindades, mesmo que em quantidade não seja assim. Salientamos uma maior presença de votos em espaços rurais do que urbanos.

Assistimos à adoção do culto a Júpiter, quer isoladamente quer em sincretismos que representam a fusão de culturas. No nosso caso de estudo, a presença de material epigráfico dedicado a deidades latinas num santuário dedicado a um deus indígena, demonstra esta relação de adaptabilidade, aculturação e hibridismo que predomina neste período. Epígrafes presentes no santuário do deus indígena, Endovélico, dedicadas a Prosérpina ou a Júpiter Ótimo e Máximo, feitas por libertos, escravos, indígenas ou romanos, demonstram exatamente essa simbiose cultural. Podemos ainda constatar que Júpiter se manifesta quer em meio rural, quer em meio urbano.

As divindades encontradas em meio rural, diferem bastante no carácter e nas suas valências: nestes espaços encontramos divindades de transição entre vida e morte e entre as estações, divindades protetoras dos comerciantes e viajantes, da guerra, da saúde e da vitalidade (respetivamente Prosérpina, Mercúrio, Marte, Fontano/Fontana, Líber e Salus).

Primeiramente, é necessário compreender a natureza de cada um destes deuses. Prosérpina caracteriza-se como a deusa do submundo e do passar das estações. No nosso caso de estudo esta descrição enquadra-se no local onde é cultuada, pois a grande maioria das epígrafes estudadas foram encontradas no santuário a Endovélico. Verificamos que, como acontece em território espanhol, *Tanit* e *Ataegina* aparecem associadas a Prosérpina, como no caso dos bustos encontrado em Es Cueiram em Ibiza, ou em Mérida no sítio de Santa Lucía del Trampal (Marlasca, 2004, pp. 119-132; Lopes, 2017, pp. 1185-1191).

Mercúrio, o deus dos mensageiros, dos comerciantes e dos viajantes, como quase todas as divindades latinas, teve uma grande propagação pelo território. Um bom exemplo desta difusão é a presença do culto nos limites do Império, na Alemanha, em Ratisbona. Tratar-se-ia de um local nas imediações de um *castra*, que gradualmente levou à construção de espaços culturais e/ou de lazer, como é o caso de um anfiteatro, e de vários locais de culto. Contudo, importa sublinhar que se poderá tratar de um culto rural, pelo facto de se encontrar a cerca de 3 km do dito acampamento romano, numa pequena elevação sobranceira à via (Szabó, 2022).

Marte surge em período republicano conectado ao mundo da guerra e da agricultura, relação que se estabelece através do calendário, dado que os soldados partiam para a guerra no mesmo período em que findavam as plantações e regressavam aquando das colheitas (período compreendido entre março e outubro). Trata-se de uma divindade à qual, em certos contextos registados em Itália, se dedicam festivais e sacrifícios para boas colheitas. Encontramos locais de culto a esta divindade, mais uma vez, por todo o território “romanizado”, com três núcleos principais: o núcleo itálico, o núcleo da Gália (*Gallia Narbonensis*) e o núcleo da Germânia (*Germania Superior*). No total, conhecem-se cerca de 475 locais de culto a Marte, com mais de 900 epígrafes por todo o território europeu e mediterrânico. Alguns casos que vale a pena evidenciar são, por exemplo, o caso do templo a Marte Mullo, em Allones, Sarthe, a cerca de 4/5km do núcleo populacional e de outros vestígios de período romano, no topo de uma colina. Sublinhe-se ainda que o epíteto apresentado na nossa epígrafe – *Augustus* – pode indicar, juntamente com o restante texto da inscrição, que podemos estar perante um dedicante de natureza itálica (Brouquier-Reddé & Gruel, 2004, pp. 291-396; Bérard & alii, 2008, pp. 261-268; Martins, 2013, pp. 93-128; Franconi, 2014, pp.145-410).

Fontano é um deus associado à água, ou, como Sílvia Teixeira cita, «Como referem J. Santos Júnior e M. Cardozo (1953: 55-56), tanto *Fons* como *Fontanus* representariam o *numen aquae*, o “espírito divino que residia nas nascentes de água potável.” (Teixeira, 2014, p. 59). Apesar de existir uma grande tradição de culto a fontes, os nomes Fontano e Fontana são secundários, derivando da divindade *Fons*. Desta forma, podemos admitir que estamos perante um diretivo regional de uma divindade que tem um alcance territorial maior. Esta manifesta-se em particular e maioritariamente nas províncias da Bética e da Lusitânia, e mesmo aí registam-se apenas – em ambas as províncias – onze epígrafes até ao momento, oito delas na Lusitânia, e as três restantes na Bética. Dos casos registados, podemos afirmar que esta divindade seria predominantemente de culto rural (*Idem, Ibidem*, p. 60).

O culto a *Fons*, manifesta-se um pouco por todo o império, em relação quer com fontes “santas” propriamente ditas, quer com fontes de água sem carácter sacro ou com zonas ligadas a linhas aquíferas. Sublinhamos a presença intensa na região de Roma, com várias fontes dentro do núcleo urbano e em toda a área de influência do rio Tibre, que rodeia a capital do Império. Podemos pensar no culto a *Fons* como um culto rural e urbano, dependendo da presença de aquíferos (Rogers, 2015, pp. 31-33).

Apolo é uma divindade cuja implantação pode variar entre espaços urbanos e espaços rurais, um pouco por todo o Império. Apolo, como já afirmado anteriormente no presente estudo, era um deus de múltiplos atributos: da cura, da proteção de doenças, males e pragas, dos oráculos e profecias, da música e da lírica, da juventude, entre outras facetas que tenham sido atribuídas à divindade ao longo dos séculos e de possíveis sincretismos. O culto a Apolo tem focos ao longo do território mediterrânico e europeu, com grande intensidade na região da Germânia (Inferior e Superior), na Dácia e na Mésia (também Inferior e Superior), para além da região que podemos classificar como o centro principal do culto, a Grécia (Kadletz, 1978; Guerra, 2010, pp. 107-120; Petropoulos, 2010; Rogers, 2015; Bassani & Fusco, 2016, pp. 3-7; Vals & alii, 2020; Szabó, 2022).

Recorremos ao exemplo do santuário dedicado a várias divindades, entre elas Apolo, localizado na localidade de Montana, na Bulgária. Este santuário estaria associado à “fortificação” (*castra*) ali implantada, mas cuja ocupação era muito anterior ao período romano. Outro exemplo que podemos apresentar é o caso do *fanum* de Apolo, perto da localidade de Iaz, na Roménia. Situado entre as vias que ligam o território e dois núcleos populacionais (um deles um assentamento militar auxiliar tipo *vicus*, e o outro um *pagus* ou igualmente um *vicus*), este sítio tipo santuário assemelha-se um pouco ao caso que evidenciamos no nosso território (Glomb, 2021; Szabó, 2022).

Tendo em consideração a localização das peças, assumimos que Líber se manifesta quer em ambiente urbano, quer em meio rural. Tal como Apolo, é uma divindade que se pode manifestar em ambos os meios. Assumimos tal relação, considerando que Serpa seria uma *mansio*, mas que, simultaneamente, é uma região com grande intensidade de sítios romanos de carácter rural, para aproveitamento e exploração agrícola. Este aspeto adequa-se particularmente à divindade, considerando que as suas aptidões incidiam na fertilidade relacionada com a agricultura (Dias & alii, 2019; Gaspar & Gimeno, 2020, pp. 147-177).

De relembrar que tratamos de uma divindade que se difunde um pouco por todo o Império. Exemplo dessa difusão é o facto de que na Mésia Inferior o culto se manifesta pouco, com foco nos principais núcleos populacionais e campos militares, como é o caso do Forte Militar de *Novae*. Aqui, o Santuário a Líber encontra-se a cerca de 2km da fortificação, no que posteriormente foi local de fundação de um mosteiro. As epígrafes encontradas em outro forte romano, em *Iastrus/Krivina*, a poucos quilómetros de distância, e já de cronologia posterior (possivelmente Antiguidade Tardia), teriam como

deposição primária o Santuário de *Novae*. Da mesma forma, em território português, encontramos material epigráfico referente ao deus. Aqui apresentamos o caso da peça encontrada em Conímbriga, no que poderia ser um larário. O contexto, primeiramente urbano, e em segundo lugar doméstico, evidencia também a faceta urbana e familiar do deus e do culto (Encarnação, 2004/2005, pp. 95-102; Tomas, 2015, 257-276; Tomas, 2018, pp. 67-76).

O culto a *Salus* encontra-se associado ao bem-estar humano, como o comprovam os pedidos de saúde evidenciados nas epígrafes, de que é exemplo a inscrição em que o dedicante faz um voto por Gaio Atílio Cordo. Pensa-se ser uma divindade mais antiga, cultuada na região de *Semonia*, e também associada à deusa grega da saúde, *Hygieia*, e a *Valetudo*, divindade da saúde pessoal, embora com algumas nuances diferenciadoras. No entanto, a sua implantação é pouco conhecida, destacando-se o templo no topo do monte Quirinal, numa das sete colinas que rodeia Roma (Platner, 1929, pp. 436-462; Encarnação, 2002, pp. 87-98; Teixeira, 2014, pp. 36-69).

Em comparação, no meio urbano constatamos a presença de divindades como Asclépio, respetivamente dedicadas à saúde e medicina e ao submundo. Estas manifestam-se maioritariamente em meio urbano, como já referido.

Começando com Asclépio, podemos verificar que tem alguns focos principais de culto. Desta forma, Asclépio manifesta-se com grande intensidade na Dácia, onde se regista a presença de um grande santuário associado a uma nascente de água mineral e um complexo balnear, dedicado não só à divindade supramencionada, mas também a *Hygieia*, ambas ligadas a rituais de cura e saúde. Um pouco diferente do nosso caso de estudo, é o local de culto que se encontra nas imediações de um núcleo populacional, localizado no atual território da Roménia, perto da localidade de Săcelu. Um exemplo mais similar ao que apresentamos no nosso caso de estudo seria também o local situado no território da Hispânia, na região de Sevilha. Tratar-se-ia de um santuário urbano junto ao fórum da *civitas* de Munigua (Gómez, 1987, p. 101-122). Também aqui se registou a presença de um templo dedicado a Ísis e Serápis, que atesta a presença dessas divindades orientais em território peninsular – tópico desenvolvido posteriormente –, como a mobilidade dos cultos por toda a região do Império (ou, pelo menos, do que viria a ser) (Renberg, 2006/2007, p. 87-172; Encarnação, 2017, p. 86-123; Tena, 2017, p.1-43; Avial-Chicharro, 2018, p.400-422; Glomb, 2021; Szabó, 2022).

O culto ao Deus Sol, ou ao *Deus Sol Invicto* como se faz inscrever na epígrafe encontrada no nosso território, passa por várias fases, ao longo do período Imperial

romano. Em contraste, o culto a Mitra tem uma matriz com traços bem identificados. Com isto, afirmamos que, apesar de ter existido uma fase em que ambos os cultos se influenciam e se relacionam, são divindades distintas.

Desta forma, distinguindo ambos, o culto *deus Sol Invicto* começou a ter maior importância na parte ocidental do império a partir dos Severos. Contudo, só se torna oficial no Império a partir do Imperador Aurélio, sendo aqui, nesta fase, que ganha características semelhantes a Mitra (Samagaio, 2014). Na Turquia, em Pessino, foi encontrado um disco que representa a divindade, e que enquadra o culto dentro do século III d.C., durante o período das administrações dos Imperadores mencionados anteriormente¹¹. Durante o principado de Constantino ainda se cunhavam moedas com a representação de deus Sol Invicto.¹²

¹¹ The British Museum, [Em linha] Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/G_1899-1201-2;

¹² The British Museum, [Em linha] Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_1924-0103-24;

6.1.3. Culto ao Imperador

Decidimos inserir neste estudo o culto ao Imperador apenas como complemento do estudo, considerando a existência de templos no nosso território, dedicados ao culto imperial.

Há que sublinhar a diferença entre espaços de financiamento privado como seria o da maioria deste tipo de sítios, e aqueles mandados erigir pelas administrações provinciais ou até mesmo imperiais. Mais uma vez, é um culto associado à cidade visto que pretende louvar o Imperador pelos seus feitos (González-García & Quintela, 2014, pp. 83-91; Porto, 2018, pp. 138-154).

Temos exemplos dessa realidade bem preservada em várias cidades ao longo de todo o Império, nomeadamente o Templo de Évora, com as estruturas ainda hoje visíveis. Também Beja teria um templo erigido para essa função, identificado através de intervenções arqueológicas. Seriam um culto presente em todos os núcleos urbanos do Império.

6.1.4. Divindades Mistéricas

Pretendemos, no presente tópico, abordar as divindades mistéricas na nossa área de estudo.

Tratamos primeiramente da dupla de divindades egípcias, Ísis e Serápis, que chegam ao nosso território por intermediários, ou por via terrestre, com o processo de estabelecimento de colónias, ou por via da água, trazido por comerciantes e navegantes. A presença de cultos e práticas simbólicas de origem egípcia remonta a períodos prévios à ocupação romana – como o atestam os escaravinhos recolhidos em contextos da Idade do Ferro (Arruda, 2001, pp. 269-287; Sousa, 2020, pp. 1603-1613).

O culto teria surgido, portanto, em torno do século I a.C., datação que nós não podemos confirmar pois os materiais em estudo não permitem afirmar com assertividade o período em que foram inscritas. Contudo, verificamos que a epígrafe dedicada a Serápis se enquadra no século II d.C., como refere Sílvia Teixeira “Por outro lado, M. A. Dias sugere uma datação de 132/133 para este texto, imediatamente posterior à estada de Adriano no Egipto, com o qual se consagra oficialmente a qualidade de *Pantheus* a Serápis” (Bøgh, 2013; Teixeira, 2014, p. 184).

Ísis revela-se uma divindade protetora, gestora da vida e da morte tranquila e pacífica. Em contraste, Serápis surge como uma divindade helenístico-egípcia, criada

durante a administração de Ptolomeu I, por sincretismo entre as divindades Osíris e Átis, que se revelam ligadas à vitalidade e à vida após a morte (Sales, 2007; Teixeira, 2014).

São divindades que se manifestam um pouco por toda a região mediterrânica, considerando as suas origens egípcias. Como referido anteriormente, o culto, de modo geral, manifesta-se em zonas costeiras ou em torno de linhas de água. Transpondo para o nosso caso de estudo, registam-se três epígrafes. Duas partilham a sua localização urbana, perto de um afluente do Guadiana, em Beja. Enquanto a outra se situa dentro do estuário do Sado (Canales, 2018; Barros, 2021). Todos os exemplos referidos remontam a templos e santuários urbanos, podendo indicar que estamos perante um culto cidadão (Szabó, 2022).

Cíbele/*Magna Mater* é uma divindade que surge, teoricamente, na antiga Anatólia, e cujo culto se prolonga por todo o período clássico, com expressões por toda a Europa. Um leque de exemplos pode ser dado, sublinhando-se a grande diacronia e extensão do culto. Assim sendo, podemos referir o Santuário de *Pessinus*, na Turquia. Claramente de implantação em meio rural, demonstra partilhar características com os nossos casos de estudo que também se localizam em espaços rurais (Leach, 2007; Sánchez, 2020, pp. 144-154).

Mitra, por outro lado, tendo um culto misterioso, requeria iniciação. Tendo surgido na Ásia Menor e Mesopotâmia, onde, através das influências persas no mundo helénico, se foi infiltrando também entre as estruturas militares, e propagando de forma mais acentuada (e, mesmo apesar de não ter o estatuto de *sacra publica*) um pouco por todo o Império (Carvalho, 2009; Panagiotidou, 2012; Barata, 2016; Mourão & Barata, 2016; Szabó, 2022).

Vários são os exemplos espalhados por todo o Império que dão destaque ao carácter do culto a Mitra, um culto registado maioritariamente em criptopórticos, caves, grutas e espaços subterrâneos em geral. A *Grotta del Mitreo/Grotta del Dio Mithra* é um desses exemplos da prática do culto em grutas naturais. Ainda em Itália, na cidade etrusca e romana de Vulci, encontramos um exemplo de um templo dedicado à divindade, associado a uma *domus*, numa área central/administrativa da cidade (Murgia, 2013; Battisti, 2020; Becker & Elliott, 2022).

Em contraste, o *Mithraeum* de Londres, parcialmente subterrâneo, encontrava-se associado a outras estruturas e bem no centro do núcleo urbano em tempo romano. Um pouco mais a norte, na área de Micklegate em York, foi identificado um sítio

semelhante, também a uma profundidade considerável do solo. E nas imediações da Muralha de Adriano encontra-se outro exemplo, no sítio de Carrawburgh, uma fortificação romana que abrangia também um templo dedicado à divindade (Bowden, 2018; Johns, 2019).

Na Hispania registam-se também manifestações do culto a Mitra, principalmente em núcleos urbanos, um pouco por todas as províncias, e em distintas formas de representação. Em Mérida somam-se um total de 12 peças, entre aras, estátuas, um relevo como aquele registado na nossa área de estudo e um mosaico. No total, no território hispânico, realça-se a existência de mais de 30 peças dedicadas à divindade (Alvar, 2018, pp. 51-72)

Tendo em consideração que a peça epigráfica dedicada a Mitra está datada como sendo do século II d.C., e dedicada por um magistrado – alguém com elevado poder e influência social, económico e administrativo –, e que o baixo-relevo dedicado à mesma divindade está balizado no século III d.C., ambas em espaços urbanos, não é descabido de assumir que as movimentações históricas sucedidas no nosso território até finais do século III d.C. trouxeram esta divindade ao nosso território. Também podemos assumir que, no nosso território em estudo os sítios e contextos dos quais provêm os materiais em estudo, terão semelhanças aos suprarreferidos.

6.1.5. Outras

No grupo classificado como “Outros” integramos as peças que, dada a escassez e/ou o tipo de informação preservada, são peças votivas, mas que não apresentam dados suficientes para reflexão.

Foquemo-nos na inscrição dedicada a Runeso Césio (IRCP374). Estamos perante dois casos diferentes: a primeira epígrafe não preserva o nome da divindade a que foi dedicada; a segunda, refere uma divindade secundária e até local dentro do panteão divino, que, dado o seu número reduzido e escassa informação, decidimos integrar neste grupo.

De acordo com investigadores como J. Leite de Vasconcelos, poderia tratar-se de uma divindade de raiz celta, de natureza guerreira (como afirma o autor, “o deus armado com o dardo”). Podemos ainda referir que a única manifestação do culto se encontra em Évora, criando mais questões do que respostas em relação a esta peça (*Idem, Ibidem*, pp.51-52).

7. Povoamento e Rede Viária

O trabalho intensivo de Pedro Soutinho (disponível *online*¹³) proporciona uma leitura possível, embora que apenas hipotética, da teia de comunicações terrestres estabelecida pela administração romana. Trata-se de uma construção hipotética, a partir de vestígios encontrados e registados, de forma a tentar construir uma interpretação da rede viária no nosso território.

Vários locais nos quais registamos a presença de material epigráfico e estatuário aparentam estar associados a pequenos aglomerados populacionais, como podemos evidenciar na Figura 4. Temos casos da construção de pequenos templos domésticos ou comunitários, possivelmente como forma de agregar devotos das áreas envolventes.

Dada a intensa investigação na área e o elevado registo de sítios arqueológicos enquadráveis na cronologia romana de carácter habitacionais, necrópoles e sítios enquadráveis nalgum tipo de culto, podemos retirar algumas conclusões. A primeira é a de que no extremo Norte da nossa área de estudo, bem como na maioria da faixa Sul Alentejana, com uma maior intensidade de sítios identificados. Assistimos também a várias lacunas, como na grande maioria da faixa litoral atlântica, ou concelhos como Vendas Novas. Esta discrepância anuncia, mais uma vez, a maior intensidade de investigação em certas regiões, e o desconhecimento do território e do seu património arqueológico noutras.

A região entre a atual Serpa e Beja é intensamente ocupada em período romano. De um modo geral, os locais que assumimos poderem ser de culto encontram-se em associação direta ou nas imediações de vias ou aglomerados habitacionais.

¹³ Vias Romanas em Portugal, [Em linha] Disponível em: <https://www.viasromanas.pt/index.html> .

Verificámos também que não aparenta existir um grande foco de culto no extremo Sul da nossa área em estudo. Apesar de, como já referido, ser uma região com grande



Figura 4: Mapa das redes viária e de povoamento da área em estudo.

intensidade de densa rede de povoamento em período romano (ou, pelo menos, uma área em que os estudos realizados refletem uma intensa ocupação romana), não se conhecem locais de culto. Podemos voltar a mencionar o caso de Santa Bárbara dos Padrões, com a recolha de milhares de lucernas (inteiras e fragmentadas), cuja grande maioria apresenta iconografia simbólica e relacionada com figuras divinas. Também em Mértola encontramos material estatuário que indica a existência de templo, mas nenhuma epígrafe nos revela divindades cultuadas na *urbs*.

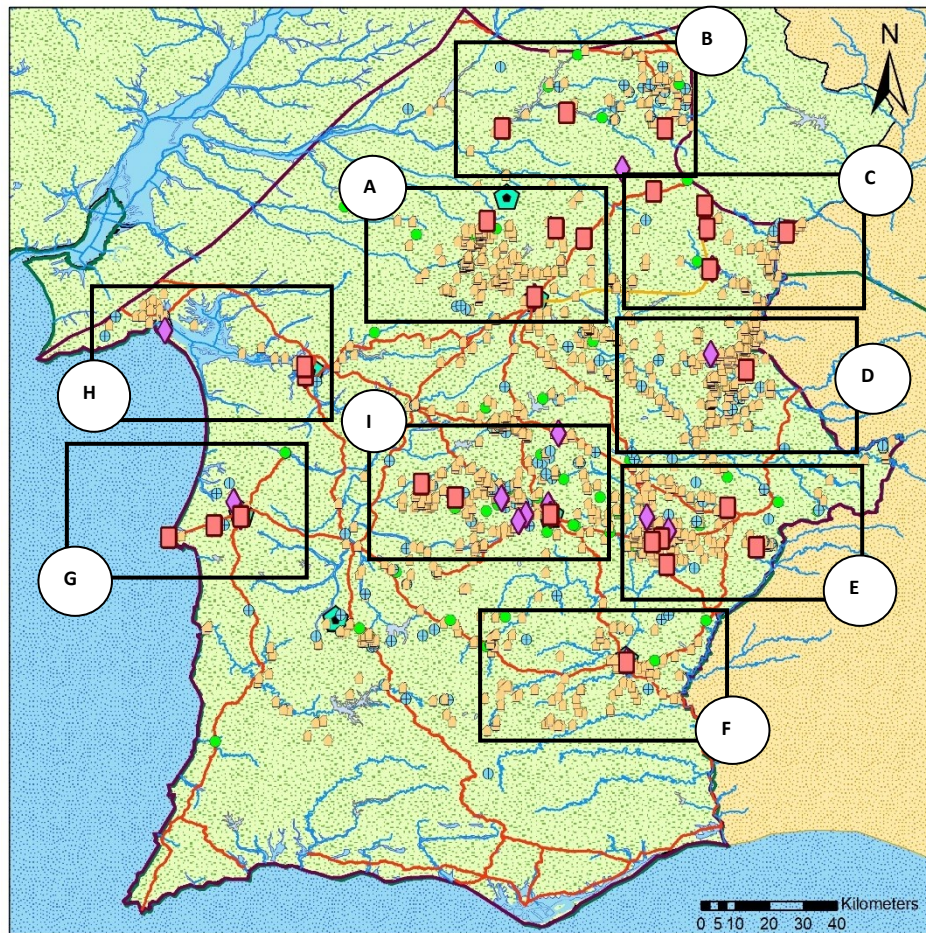
Contudo há sítios que poderíamos considerar atendendo à informação facultada por vários investigadores e pelo Portal do Arqueólogo, como o sítio do Cerro de São Pedro das Cabeças, o do Convento de Corte da Azinha ou vários topónimos que marcam a paisagem e remontam a uma realidade romana ou pré-romana, como Senhora de

Aracelis, todos no extremo Sul do território em análise. No primeiro caso, estamos perante um santuário enquadrável no I milénio a.C. (Vasconcellos, 1993); por último, Senhora de Aracelis é um dos casos cujo topónimo pode acusar algum tipo de estrutura religiosa, visto subentender “altar dos céus”. No entanto, convém referir que o uso de topónimos latinos em igrejas, capelas ou outros espaços cristãos torna-se prática recorrente a partir do século XVIII. Referimos aqui por se tratarem de locais que, quer pela existência de material romano, quer pelos topónimos, nos podem indicar uma ocupação religiosa dos espaços no mundo Antigo. No entanto, são sítios que tiveram poucas intervenções arqueológicas, o que não permite assumir tratar-se de locais de culto. Em adição a estes fatores, há que sublinhar ainda a teoria de Leite Vasconcellos, que propõe a existência de um local de culto a Ataegina, dada a representação da espiga nas moedas cunhadas provenientes da *civitas* (Figura 5) (Vasconcellos, 1913, pp. 174-175).



Figura 5: Mapa da Intensidade do material em estudo do *Conventus Pacensis*.

Para uma análise mais pormenorizada do território e das diversas formas de ocupação, bem como dos aspetos físicos e como estes se comportam em relação aos sítios em observação, procedemos à segmentação da área de estudo em nove secções diferentes. Estas foram estabelecidas considerando os maiores focos de concentração de material epigráfico e estatuário. Para mais pormenor aquando da individualização das secções, optou-se pela divisão em 9 partes, de forma a excluir a menor informação possível (Figura 6).



Legenda:

— Linhas de Água

Tipos de Sítio:

- Tabela do Material Epigráfico
- ◆ Lista do Material Estatuário
- ⬠ Civitas - Pontos
- Espaços Habitacionais
- ⊕ Espaços de Necrópole
- Possíveis Locais de Culto

Divisão Administrativa em Período Romano:

- Conventus Pacencis
- Lusitânia

Trajeto das Vias em Portugal:

- Vias em Período Romano
- Via que liga Eborac a São Miguel da Mota (hipotética)

Figura 6: Mapa do *Conventus Pacencis*, com a dispersão do material epigráfico e estatuário, incluindo também outros sítios arqueológicos de acordo com o Portal do Arqueólogo e com a base de dados *online* Vias Romanas de Portugal. Está dividido em 9 secções (de A até I).

7.1 Secção A:

Focando-nos ao pormenor em cada um dos exemplos apresentados, começamos pela Secção A do mapa (Figura 7). Verificamos que o “núcleo religioso” de Santana do Campo, para além da sua proximidade à Ribeira do Divor (a pouco menos de 2 km desta), tem também a influência de outras linhas de água, como a Ribeira de Arraiolos também a 2 km e a Ribeira da Fanica a 5,6 km. Em torno deste foco encontramos uma grande concentração de espaços habitacionais com ocupação ou de fundação romana, bem como evidências de algumas necrópoles do mesmo período (Rivara, 1983; Rocha, Santos & Branco, 2013).

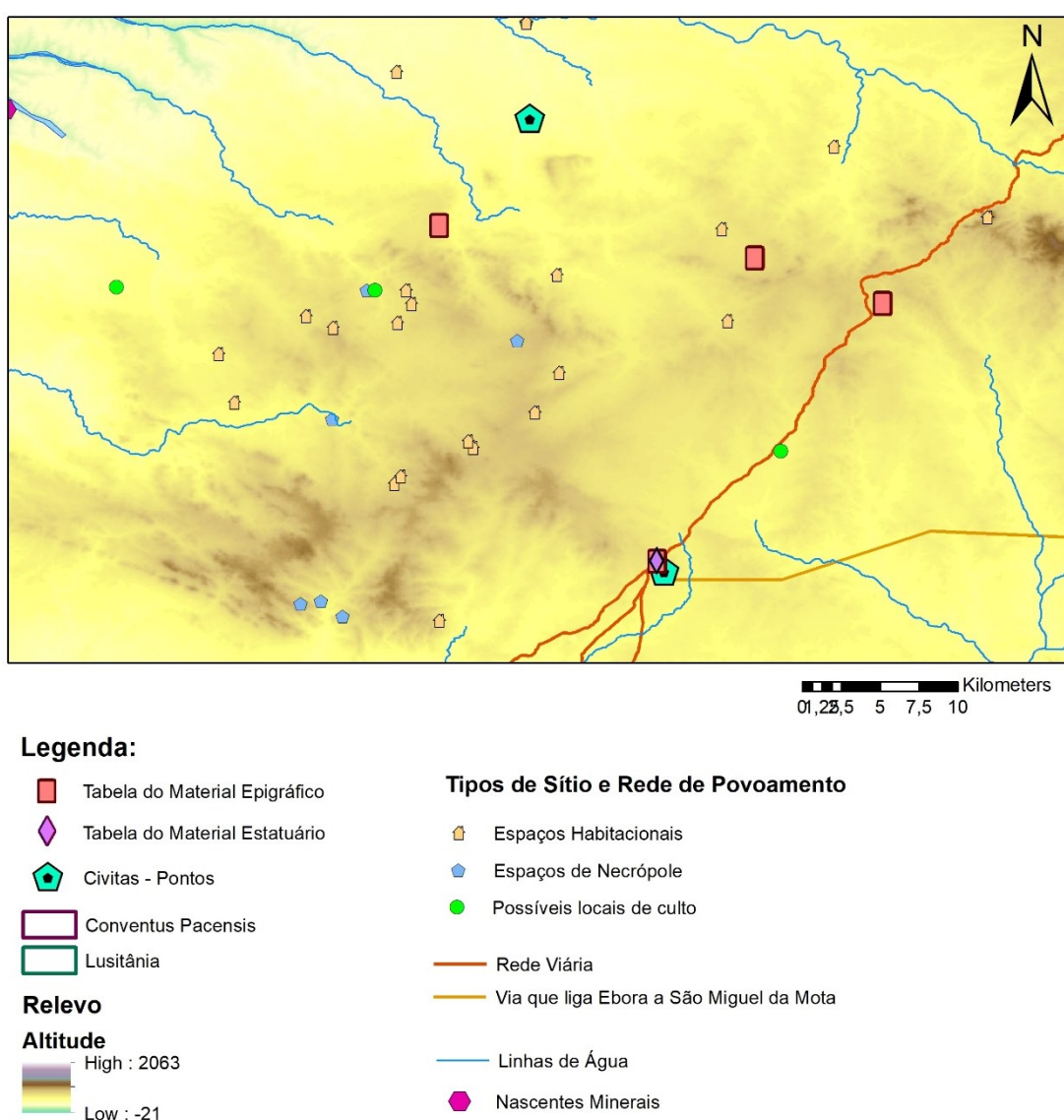


Figura 7: Mapa da Secção A, com o relevo, rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

Assim sendo, podemos observar através da secção A que as áreas envolventes às linhas de água registadas na região são de pequena capacidade. Evidenciamos também

pequenos nichos de solos de boa qualidade, onde predomina a grande maioria dos espaços habitacionais de ocupação romana (Figura 8).

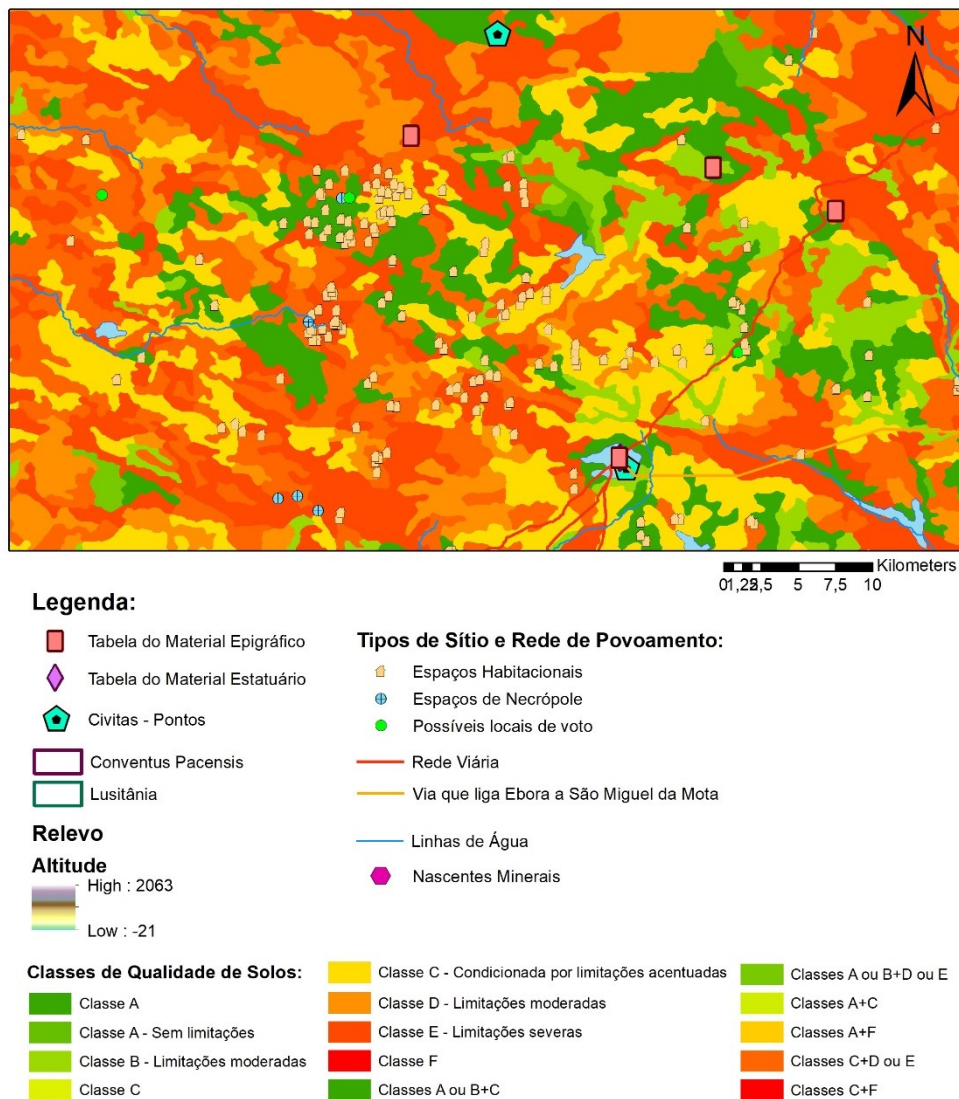


Figura 8: Mapa da Secção A, com a qualidade dos solos, rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

Até ao momento e de acordo com a bibliografia consultada, não se identificaram ainda vias que liguem a rede viária romana já identificada com o *vicus* possivelmente existente em Arraiolos, nem com o templo registado em Santana do Campo (Carneiro, 2014, pp. 237-244). Esta Secção debruça-se ainda sobre a região envolvente à *urbs* de *Ebora*, que, como podemos observar, regista não só os sítios já tratados anteriormente, distando cerca de 20 km do núcleo urbano, como uma vasta rede de povoamento, principalmente a Noroeste e Sudeste.

Para além do sistema viário principal, os investigadores que recentemente estiveram a realizar trabalhos arqueológicos no Santuário de São Miguel da Mota (Schattner,

Fabião & Guerra, 2013) criam a hipótese da existência de uma via secundária que conecta a *Ebora* ao Santuário de Endovélico, o que salienta a importância do sítio para o sistema religioso da Antiguidade.

Notamos a existência de formações geomorfológicas com alguma altura, tornando o relevo um pouco acidentado, principalmente na área entre Évora e Santana do Campo/Arraiolos (Carneiro, 2013, pp. 237-244). Se observarmos o caso concreto do templo dedicado a *Carneo*, constatamos que, comparando-o com as formações que o rodeiam, se encontra numa pequena elevação, mas cuja geomorfologia do local cria uma barreira montanhosa em torno do sítio. Encontramos casos semelhantes nos restantes sítios registados dentro da Secção A, nomeadamente em Santa Justa e na Igreja de São Bento do Mato.

7.2 Secção B:

A Secção B encontra-se no extremo Norte do *Conventus Pacencis*. Há autores que estabelecem delimitações diferentes de estudo para estudo, como podemos observar na cartografia apresentada quer por Jorge de Alarcão, quer na tese de Elizabeth Richert. Recorremos então à representação apresentada por Richert por ser das mais recentes disponibilizadas. Tendo estes fatores em consideração, passamos à análise da Secção B, que, como podemos observar na Figura 9, a rede viária e dispersão de sítios arqueológicos foca-se principalmente no canto Nordeste da secção (Alarcão, 1983; Richert, 2012).

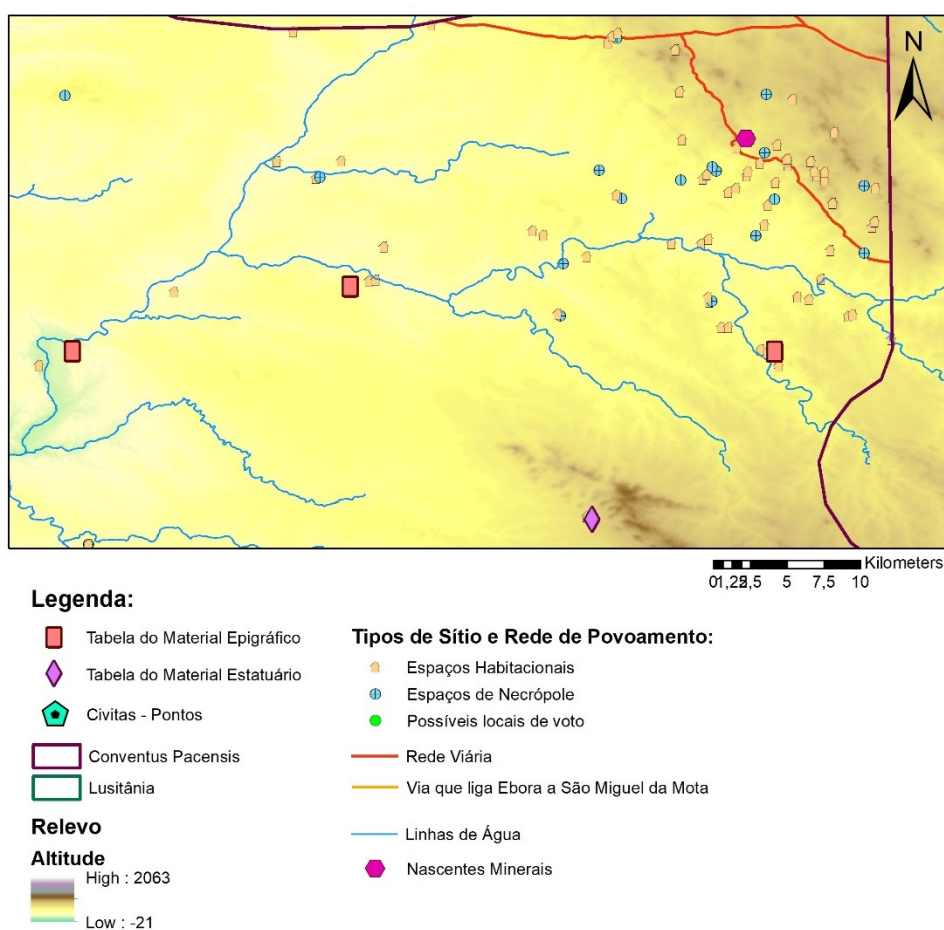


Figura 9: Mapa da Secção B, com o relevo, rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

Averiguamos que o material epigráfico se encontra associado a linhas de água, distando poucos quilómetros entre os espaços de culto e os cursos de água da região. A única nascente de água mineral identificada nesta região está distante dos locais de culto, localizando-se numa área com predominante concentração de sítios com cronologia romana. Em relação ao relevo, estão implantados em espaços relativamente planos, ou sobranceiros (caso do sítio em que se encontrou a peça de São Saturnino, um

ex-voto que não preserva dedicante ou divindade). Como acontece no caso da Secção A, também não se registam vias nas imediações dos locais de culto. Contudo, os sítios caracterizados como habitacionais ou de necrópole encontram-se principalmente na área envolvente à Serra de São Mamede, já no limite da nossa área de estudo, notando-se um número reduzido de espaços de carácter habitacional em torno dos locais identificados como de culto. As áreas com melhor capacidade agrícola não são as mais densamente ocupadas a nível habitacional. Os sítios de carácter ocupacional focam-se, portanto, em regiões de mediana capacidade agrícola (Figura 10). No entanto, evidenciamos que os locais de culto se implantam em áreas com boa qualidade de solos, como podemos ver no mapa da Secção B. Identificamos também uma peça de estatuária, de uma possível divindade reclinada, recolhida na *villa* de Santa Vitória do Ameixial, sobranceira a uma formação geomorfológica e bem posicionada em relação à qualidade dos solos e a linhas de água.

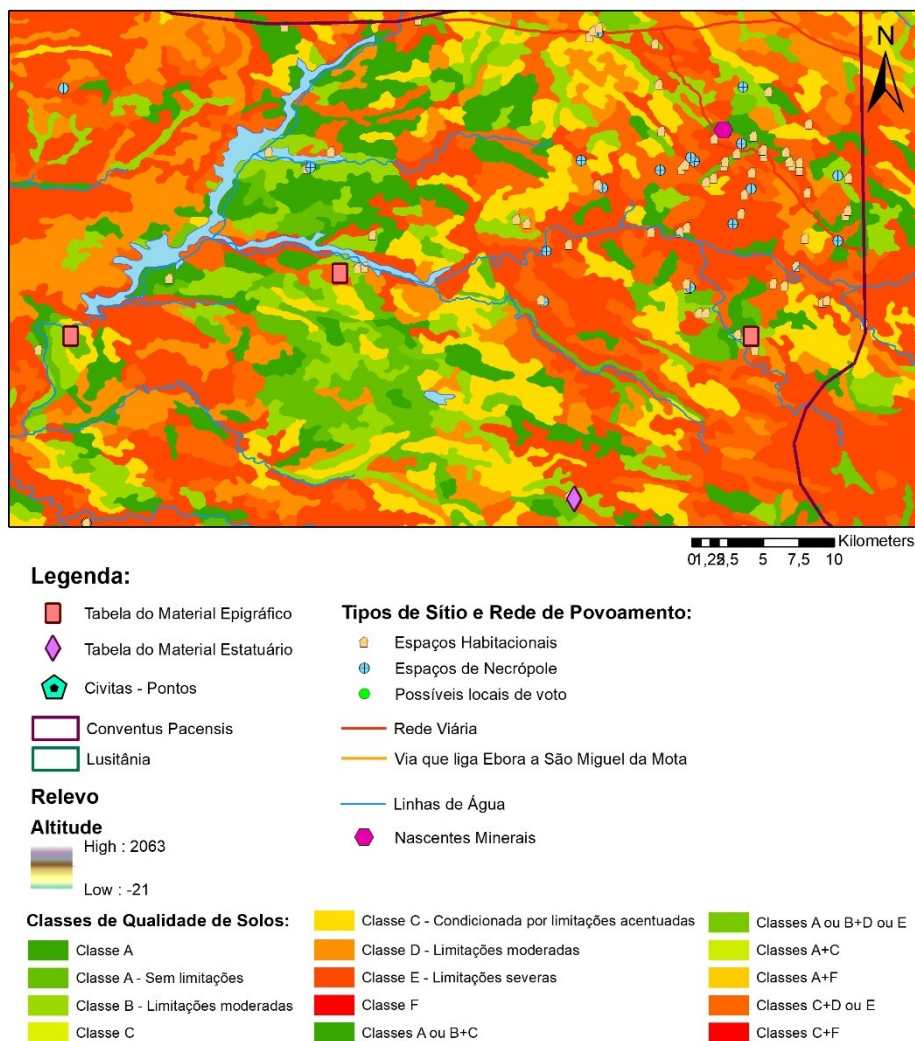


Figura 10: Mapa da Secção B, com a qualidade dos solos, rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

7.3 Secção C:

Podemos referir novamente a delimitação das fronteiras da nossa área de estudo como um dos problemas que se põem a este estudo, considerando que, enquanto a Norte enfrentamos a dúvida de saber se pertence ou não ao *Conventus Pacensis*, a Este o problema recai sobre pertencer à mesma Província. Alicia Canto levanta a questão de os limites administrativos serem muito ténues para esta região. Apesar de Plínio definir os limites de Baetis até à desembocadura do rio Anas, incluindo território atualmente português, nenhuma das cidades aí referidas se implanta (Figura 11). Canto deduz que uma má interpretação do termo *finis* terá levado à leitura do termo como “fronteira” em vez de “território”, estabelecido na região de Vila Verde de Ficalho, e a que o território de Serpa tivesse sido considerado como “betúrico” (*Idem, Ibidem*; Canto, 1997, pp. 147-148).

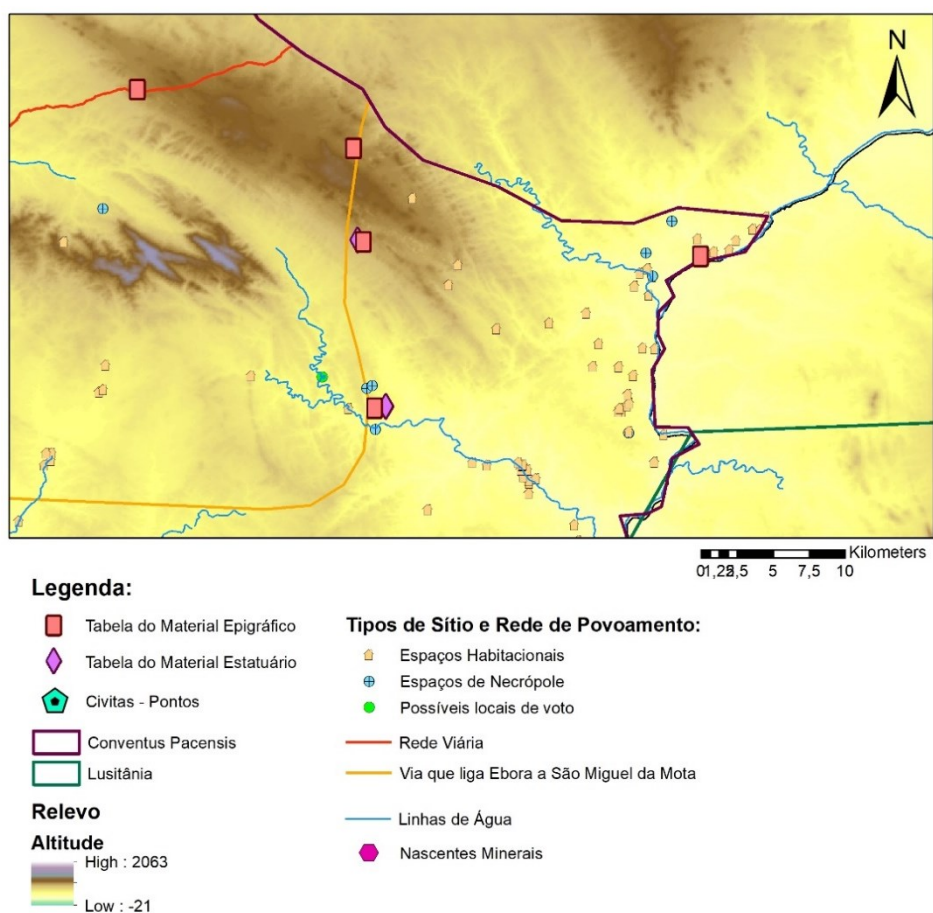


Figura 11: Mapa da Secção C, com o relevo, rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

Há uma clara ocupação nas áreas em torno do rio. Notamos também que, na maioria dos casos, os locais de culto voltam a aproveitar locais com solos de boa qualidade, excetuando o caso de São Miguel da Mota com o Santuário a Endovéllico (Figura 12).

Em relação ao relevo, mais uma vez registamos a implantação deste tipo de sítios em locais proeminentes na paisagem, ou seja, no topo ou na encosta de elevações. Leite Vasconcellos (1905) e Cardim Ribeiro (2002) fazem referência à existência de fontes de água e possíveis nascentes, potencialmente associadas ao culto a Endovélico. A implantação, como referido anteriormente, nas proximidades de linhas de água é notória (Figura 11). A existência de uma possível via, hipótese criada por Schattner, Fabião e Guerra, (2013, p. 75), coloca muitos dos sítios identificados nesta secção nas imediações de itinerários. No entanto, trata-se apenas de uma hipótese, um possível acesso que levaria do itinerário principal ao Santuário, e onde em certas zonas a sua transitabilidade seria difícil. Evidenciamos que as peças identificadas em Juromenha distam mais da dita rede viária, mas que preservam nas suas imediações a maior quantidade de núcleos habitacionais e espaços de necrópole com ocupação romana desta Secção.

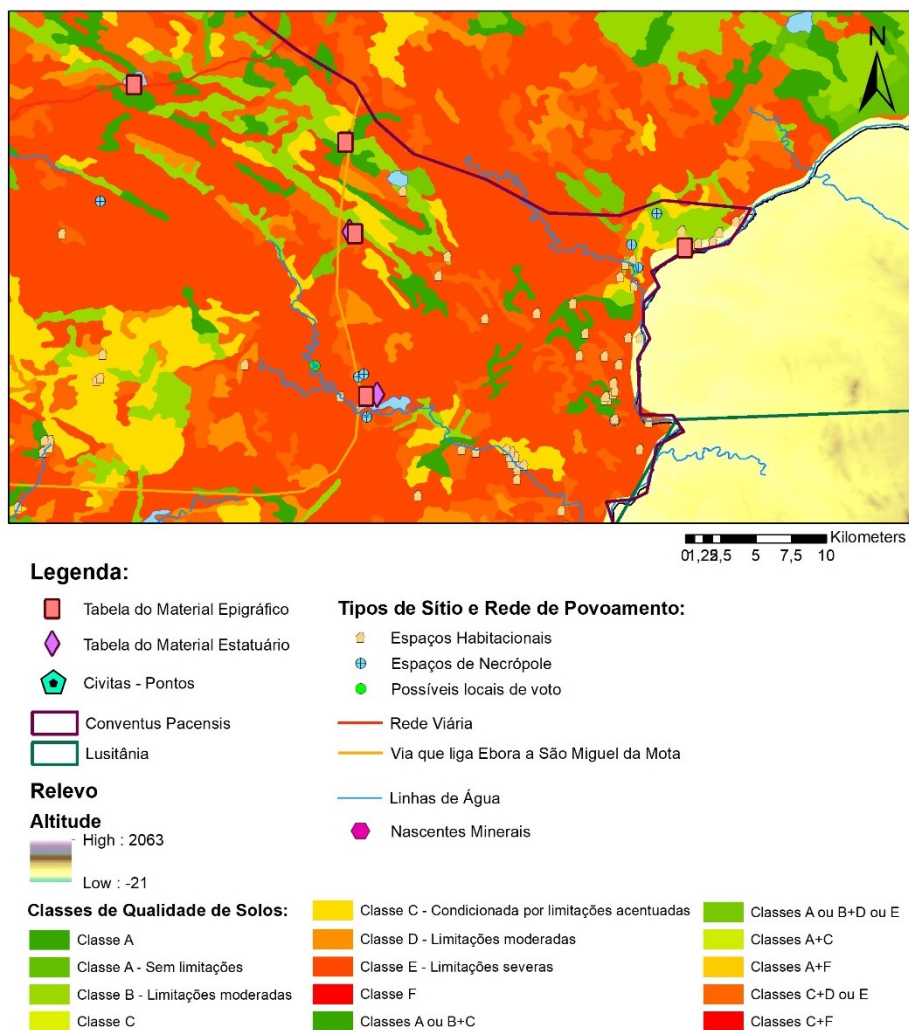


Figura 12: Mapa da Secção C, com a qualidade dos solos, rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

7.4 Secção D:

Nesta Secção, para além da já referida problemática dos espaços de fronteira, estamos perante uma área onde a ocupação romana se regista com grande intensidade. Podemos apenas supor que um dos principais fatores para esta implantação seria o Rio Guadiana, bem como de vários afluentes que correm na região (Figura 13). Contudo, como já referido, esta é uma área relativamente problemática dado o desconhecimento exato dos limites do *Conventus Pacensis*.

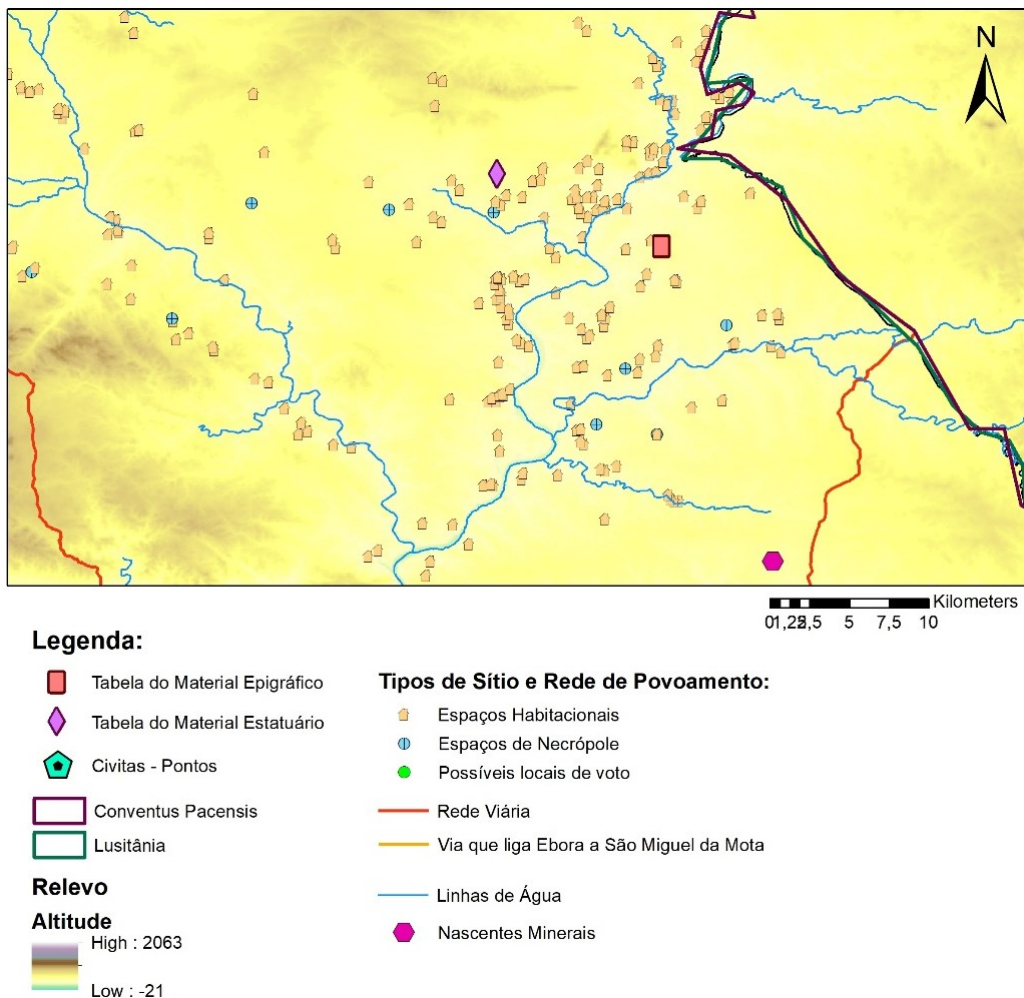


Figura 13: Mapa da Secção D, com o relevo, rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

Registamos poucos sítios da tipologia em estudo na região, apenas uma epígrafe e uma peça de estatuária, numa área onde se registam vários aglomerados populacionais e núcleos habitacionais, grande parte dos quais se situa nas margens de rios ou afluentes. Os sítios considerados de culto distam, portanto, cerca de 2 ou 3 km de linhas de água. O sítio identificado através da epígrafe a *Dea Domina Sancta*, implanta-se em solos de pouca qualidade agrícola. Já o fragmento de estatuária, está posicionado em campos

férteis, de tipo A e/ou B+C. O relevo evidenciado na presente Secção é pouco acentuado, testemunhando-se apenas na zona mais a Norte influência ainda da Serra D'Ossa (Figura 14). Contudo, a epígrafe aparenta implantar-se num pequeno topo, o Castelo de Mourão. Pouco podemos supor sobre o local: a peça pode ser originária do sítio, mas desconhece-se o contexto em que foi encontrada, como pode ter sido reutilizada de outro espaço também este desconhecido na região. Notamos também a escassez de informação referente à rede viária romana.

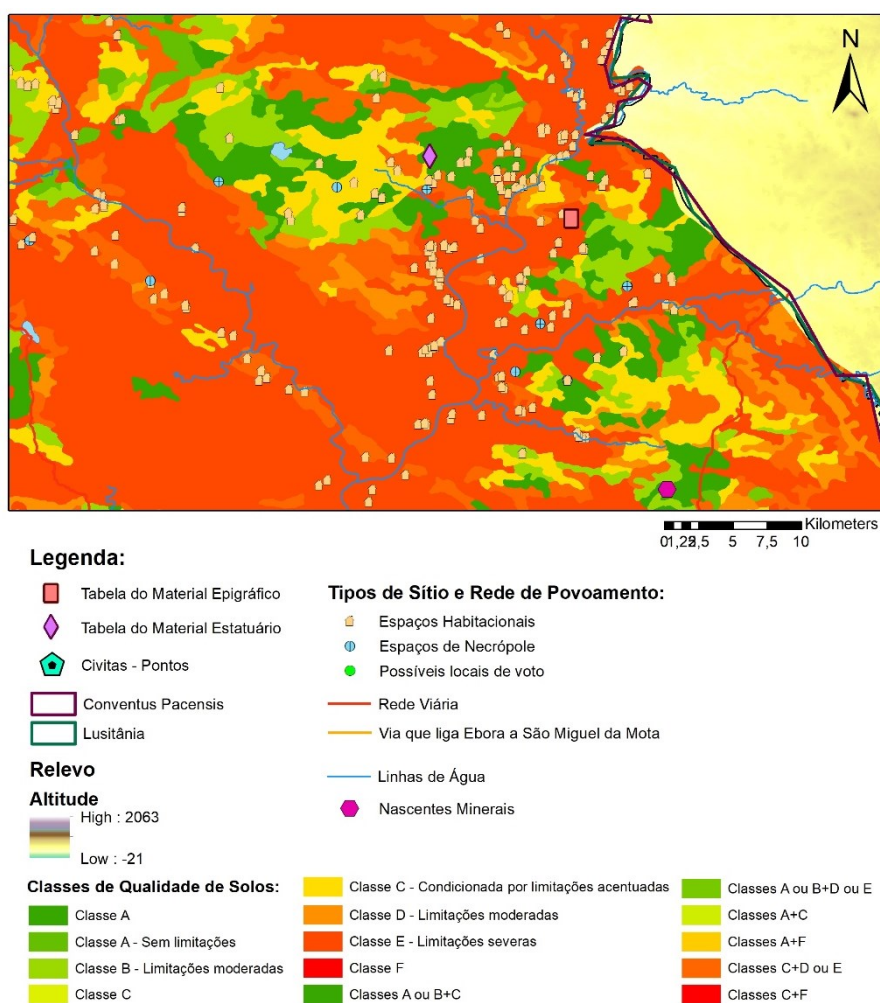


Figura 14: Mapa da Secção D, com a qualidade dos solos, rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

7.5 Secção E:

A Secção E aparenta registar uma maior quantidade de possíveis locais de culto (Figura 15). Mais uma vez, apesar de vários estudos indicarem a região de Serpa como pertencente à Província da *Baetica* (Dias & alii, 2019; Gaspar & Pascual, 2020, pp. 147-177), optou-se por incluir o material registado nesta região por um motivo principal: trata-se de parte integrante do Alentejo, área de estudo previamente delimitada.

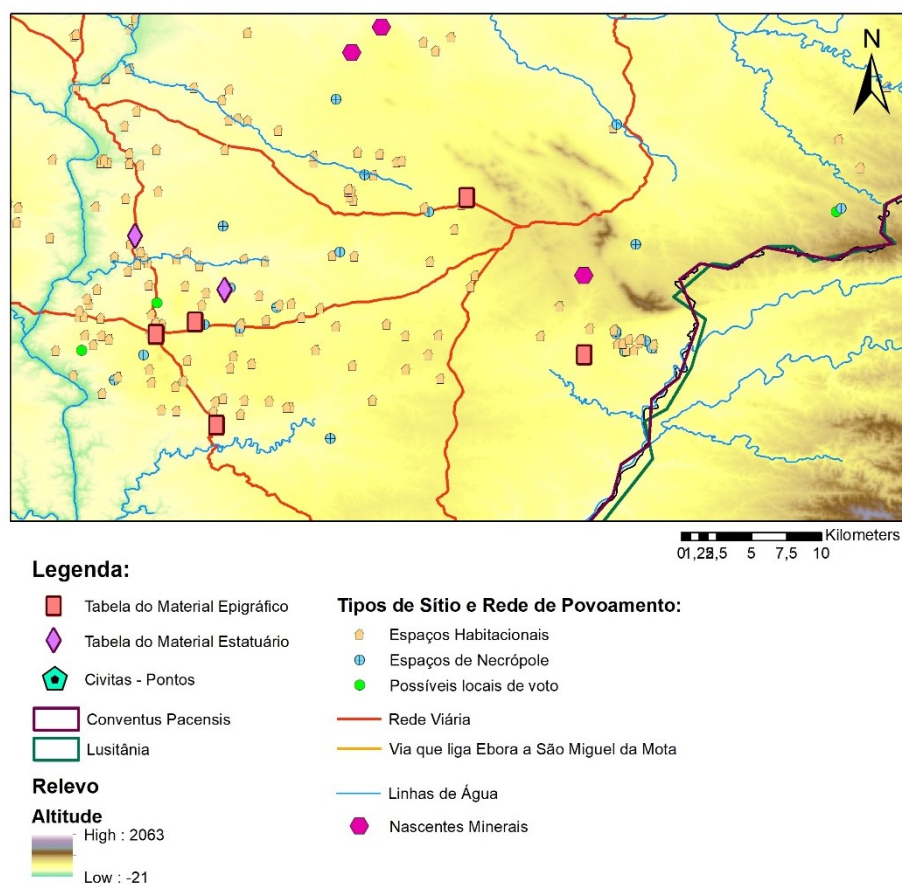


Figura 15: Mapa da Secção E, com o relevo, rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

Através da figura apresentada referente à secção E, podemos notar a existência de pequenas linhas de água, numa região com elevada escassez de água. Muitos destes aquíferos na atualidade encontram-se secos. No entanto, os locais considerados de culto distam, como já referido, poucos quilómetros das mesmas, entre 2 e 4 km. Também se trata de uma área com várias nascentes de água mineral, e, em alguns casos, com sítios de cronologia romana nas suas imediações, como a *villa* romana de Cidade das Rosas 1 (CNS-24). A área com uma rede de povoamento mais densa, sobrepõe-se à região com melhores solos, podendo estabelecer-se uma relação entre estes dois fatores e as

epígrafes dedicadas a *Liber Pater* – ligado à fertilidade e à capacidade agrícola (Figura 16). No que ao relevo diz respeito, de um modo geral, todos os sítios identificados como sendo locais de culto aparentam implantar-se em pequenas elevações. Contudo, dois dos exemplares encontram-se a poucos quilómetros de distância de elevações mais pronunciadas, nomeadamente as epígrafes a Mercúrio (Herdade de Belmeque, Moura) e a *Deae Sanctae Pia* (Vila Verde de Ficalho, Serpa).

Se olharmos para o território do ponto de vista da sua ocupação, constatamos que grande parte dos sítios identificados se aproximam de vias, excetuando um caso (o da epígrafe dedicada a *Dea Sancta Pia* em Vila Verde de Ficalho, Serpa), que dista, do troço mais próximo, cerca de 7 km. Contudo, como referido anteriormente, esta camada relativa ao sistema viário baseia-se em hipóteses, tendo em conta o conhecido. Esta via poderá tratar-se de mais uma dessas hipóteses.

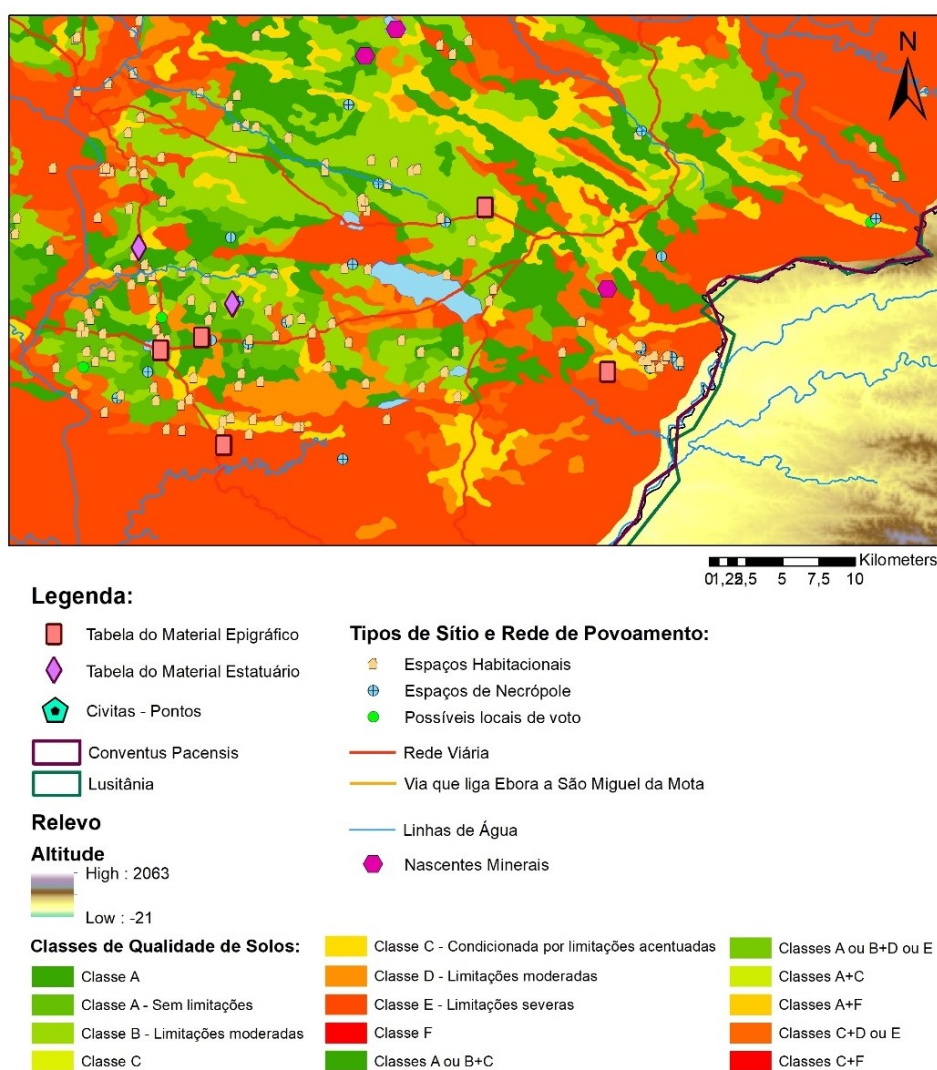


Figura 16: Mapa da Secção E, com a qualidade dos solos, rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

Notamos também a presença de possíveis sítios enquadráveis no conjunto “locais de culto”. A maioria são deduzidos a partir de inscrições de natureza desconhecida; no entanto, registam-se duas Ermidas com vestígios de ocupação romana, Santo António 1 (CNS 13344) e Santo Estevão (CNS 13093).

7.6 Secção F:

Esta Secção compreende o território de Mértola. Trata-se de uma área mais acidentada, talhada pelo curso do rio Guadiana, e marcado por uma ocupação contínua dos espaços até aos nossos dias. Esta região do *Conventus Pacencis* (e a mais a Sul dentro do nosso estudo), e que conectava as regiões do Algarve, ao restante território alentejano, fosse por via terrestre, fosse pela navegabilidade do Guadiana até este ponto. É um território que se mostra rico em vestígios de ocupação humana. Contudo, dado o foco que tem sido dado ao seu estudo centra-se no período de transição entre a ocupação romana, notamos que o processo de cristianização destas sociedades está bem registado, um pouco por todo o território do concelho (Palma & alii, 2012). No entanto, notamos que, dada a intensa reutilização do espaço urbano, existem apenas hipóteses para a localização do que seria um templo (ou uma estrutura religiosa) afeto à *civitas* de *Myrtilis* (Figura 17).

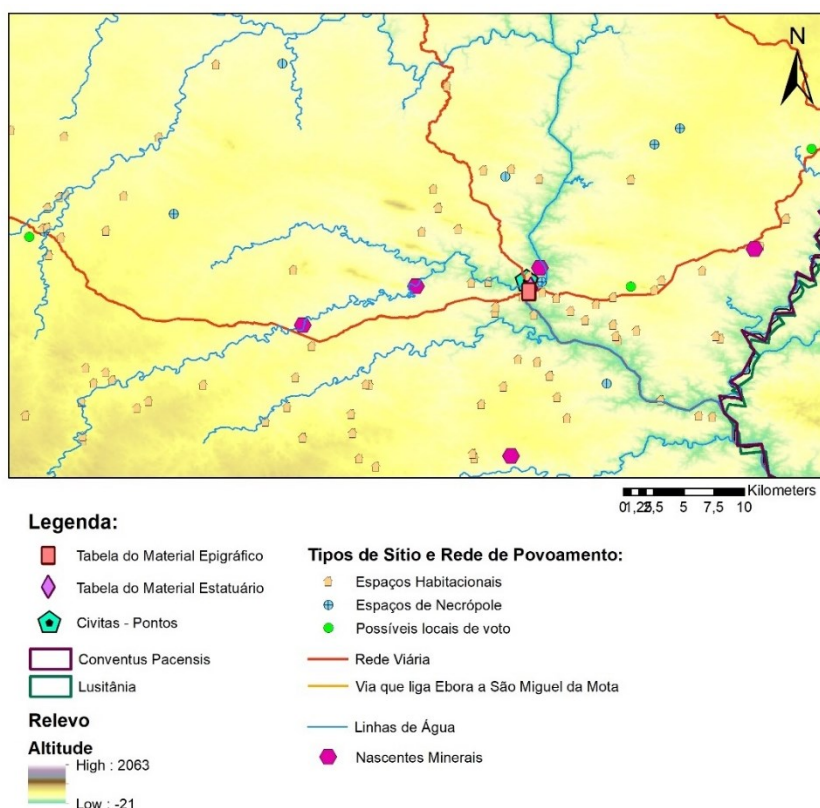


Figura 17: Mapa da Secção F, com o relevo, rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

É também uma área onde a rede viária se verifica extensa e relativamente bem identificada, com vários troços visíveis que tornam possíveis traçar uma grande extensão dos itinerários. A rede de povoamento, é também bastante dispersa. Estamos perante uma região que vivia, em período romano, principalmente do comércio (atestado através de vários contextos arqueológicos anexos à beira-rio) e da mineração/produção metalúrgica, de que o complexo da Mina de São Domingos é exemplo (Palma & alii, 2012).

Neste contexto, percebemos também que a *civitas* é o único polo onde se identificou, até ao momento, material estatuário ou epigráfico que indica práticas religiosas ou de voto. O material estatuário foi encontrado *in situ* e com traços de *damnatio memoriae*, sobre estruturas que poderão indicar e existência de um templo, mas sem culto conhecido até ao momento.

Assim sendo, podemos apenas referir que fora do núcleo urbano, registamos que certos espaços poderiam ter sido alvo de culto, mas que a falta de vestígios arqueológicos consistentes não suporta a teoria na totalidade. Em tom de exemplo temos o caso de Senhora de Aracelis, cujo topónimo nos leva à leitura de “ara dos céus”.

Semelhante a este sítio, temos outros sítios, também eles capelas ou igrejas, e cuja pouca intensidade de material romano e/ou os topónimos podem indicar possíveis fundações clássicas, como são os casos do sítio do Convento de Corte da Azinha situado num topo de boa visibilidade, ou o Cerro de São Pedro das Cabeças, este último entre dois pequenos afluentes do Guadiana, e associado à via que ligaria *Myrtilis* a *Mirobriga* (Palma & alii, 2012).

Não podemos deixar de referir o contexto territorial em que se insere. Várias são as linhas de água que passam por todo o território, nomeadamente afluentes do Rio Guadiana. No entanto, estamos perante solos bastante fracos em termos de capacidade agrícola, havendo somente pequenos focos de solos de qualidade boa ou mediana (Figura 18). No que ao relevo diz respeito, é uma região acidentada, composta principalmente por zonas de vale e de planalto. A rede de povoamento foca-se também em torno da *urbs* e associada à rede viária e linhas de água, principalmente.

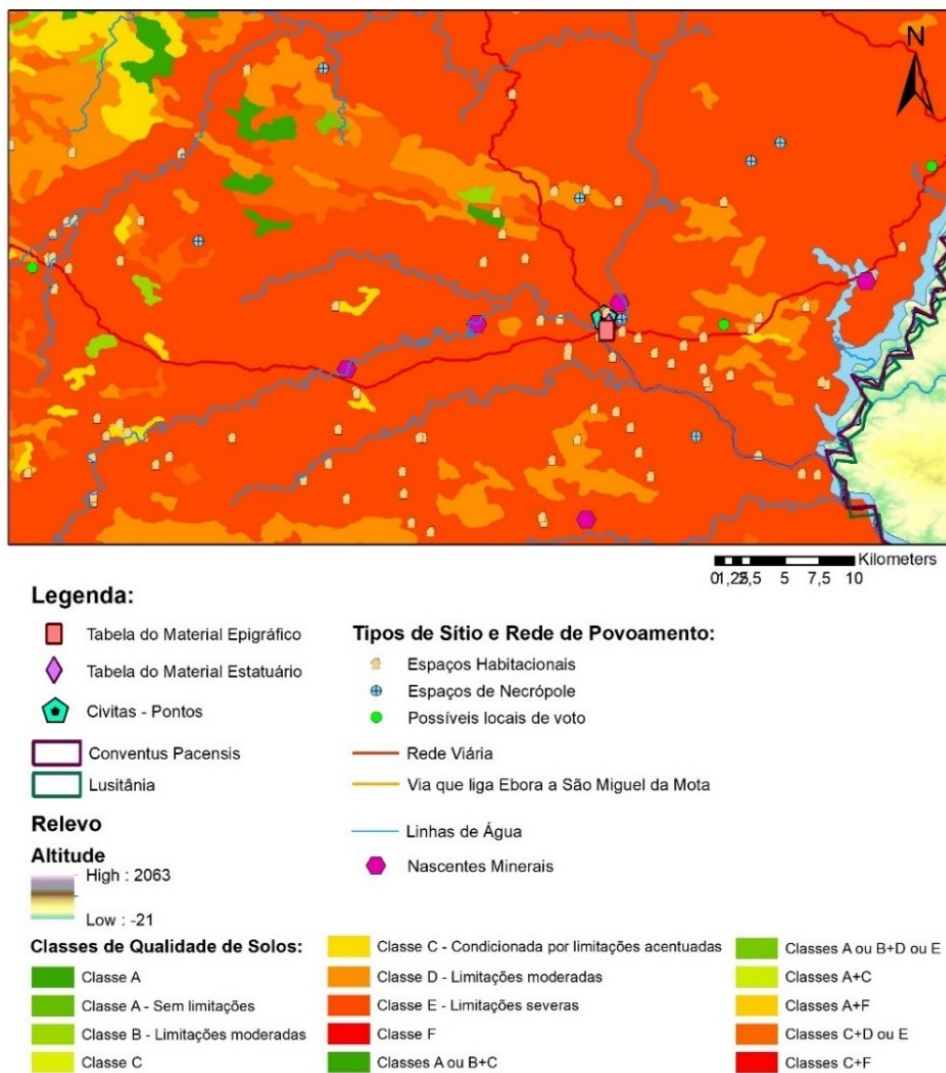


Figura 18: Mapa da Secção F, com a qualidade dos solos, rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

7.7 Secção G:

Trata-se de uma região que, dada a sua toponímia em período romano, nos indica uma densa ocupação anterior, que já viria desde a Proto-história. Teria tido uma possível fundação celta, como o parecem indicar não só a terminação céltica de *-briga* (presente no topónimo) como também os relatos de Plínio (Teixeira, 2014; Teichner, 2021, pp. 57-77). Contudo, os dados existentes não permitem comprovar que o aglomerado romano seja de facto *Mirobriga* que Plínio refere na sua obra (Figura 19).

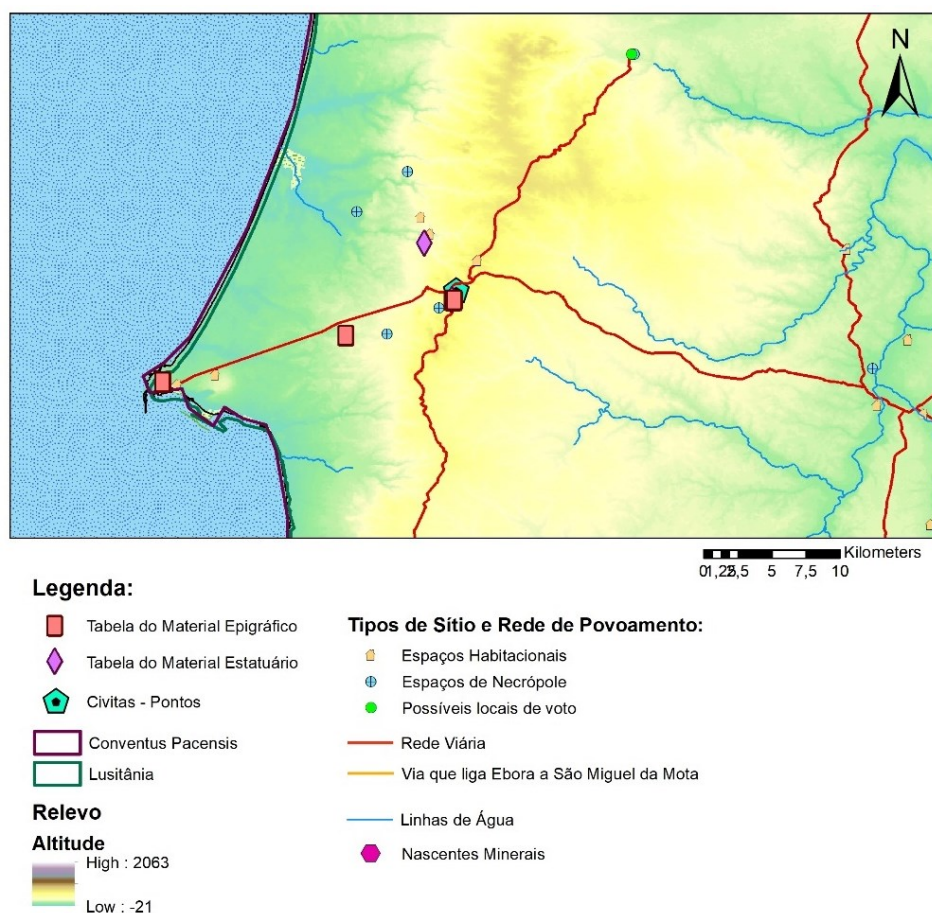


Figura 19: Mapa da Secção G, com o relevo, rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

Focando-nos nos aspetos geomorfológicos supramencionados, constatamos que se trata de uma região com uma quantidade razoável de linhas de água, principalmente afluentes do Rio Sado, mas também de pequenas ribeiras que ali nascem, apesar de não se registarem nascentes. No entanto, existem fontes na região, como a Fonte de Santa Luzia (esta que, localmente, é conhecida por ter propriedades medicinais)¹⁴, associada ao Castelo de Sines (CNS 4173), este com materiais de cronologia romana (Lobo, 2008,

¹⁴ Das termas aos “spas”: reconfigurações de uma prática terapêutica, [Em linha] Disponível em: http://www.aguas.ics.ul.pt/setubal_sluzia.html.

p. 33). Estamos perante uma área com um relevo variável, entre colinas, vales e zonas costeiras. Trata-se de uma Secção fraca a nível do aproveitamento dos solos, apenas com alguns focos de classe boa ou mediana (entre Classes A e C), mas maioritariamente entre as Classes C e F. Não se trataria, portanto, de uma região que vivesse maioritariamente da produção agrícola, mas sim do comércio e das atividades ligadas ao mar – como a produção de preparados de peixe (Pereira, 2021, p. 102-114).

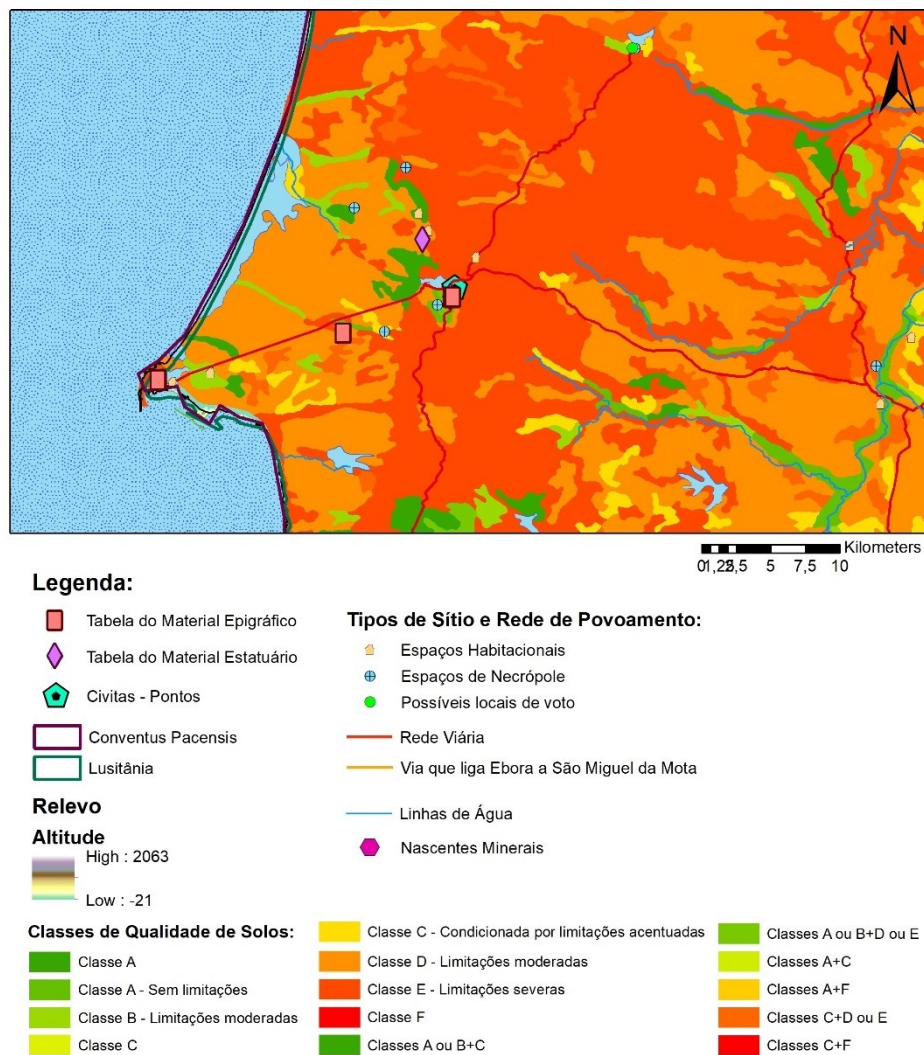


Figura 20: Mapa da Secção G, com a qualidade dos solos, rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

Relativamente aos sítios em estudo, constatamos que se manifestam em linha, quase como irradiando de Miróbriga, em direção ao mar – ou vice-versa. Registamos material epigráfico não só em Miróbriga e no centro portuário de Sines, mas também ao longo da via que liga a cidade ao seu porto. Identificou-se também uma peça de estatuária, distando cerca de 4 km quer do núcleo urbano, quer da rede viária, mas cujo contexto é um pouco dúbio – sítio identificado no Portal do Arqueólogo apenas como escultura e

associado à Herdade do Saragaçal, afirmando Leite Vasconcelos que estaria associado a meia mó (*Idem, Ibidem*, pp. 115-116).

No que toca aos possíveis sítios enquadráveis nos locais de culto, regista-se apenas um nesta Secção. Neste caso trata-se de um complexo termal, o sítio do Cerrado do Castelo, que, considerando a sua implantação nas imediações de uma linha de água e da via que segue para Norte, podemos supor ou considerar que poderá ter tido, durante o seu período de utilização – e comparando com outros casos na Europa -, um uso religioso.

No que respeita à redes viárias e de povoamento, constatamos a presença de vias que ligam o Sul ao Norte do território, como da costa para o interior, passando sempre por Miróbriga¹⁵. Os espaços habitacionais são poucos, excetuando o claro foco urbano. Isto pode dever-se a vários fatores, como a geomorfologia muito variável da costa, poucos estudos levados a cabo na região.

¹⁵ Vias Romanas em Portugal, [Em linha] Disponível em: <https://www.viasromanas.pt/index.html> .

7.8 Secção H:

Passamos agora para a área em torno do Sado, outra região densamente habitada desde momentos Proto-históricos até á atualidade e onde se registam claros traços de influências orientalizantes (Cardoso, 2000, pp. 319-327; Arruda, 2001, pp. 210-213; Arruda, 2005, pp. 285-303; Silva, Soares & Duarte, 2018, pp. 17-38; Silva & alii, 2019, pp. 215-246), podemos constatar, com base nos materiais recolhidos no interior da *civitas* de *Salacia* (Alcácer do Sal), que as influências foram profundas e vastas, trazendo os romanos não só uma cultura material nova, mas também inovações na forma de ocupar e percecionar o espaço. É desta forma uma região de elevado interesse em período romano, por ter uma linha fluvial de acesso direto ao interior do território, o Sado. Para além do fator de acessibilidade, a ligação ao mar facilita também a indústria pesqueira, importante nesta região em período romano. Em termos de administração antiga, a Secção divide-se em duas: a referente a Alcácer do Sal (*Salacia*) e a de Setúbal (*Caetobriga*) (Figura 21).

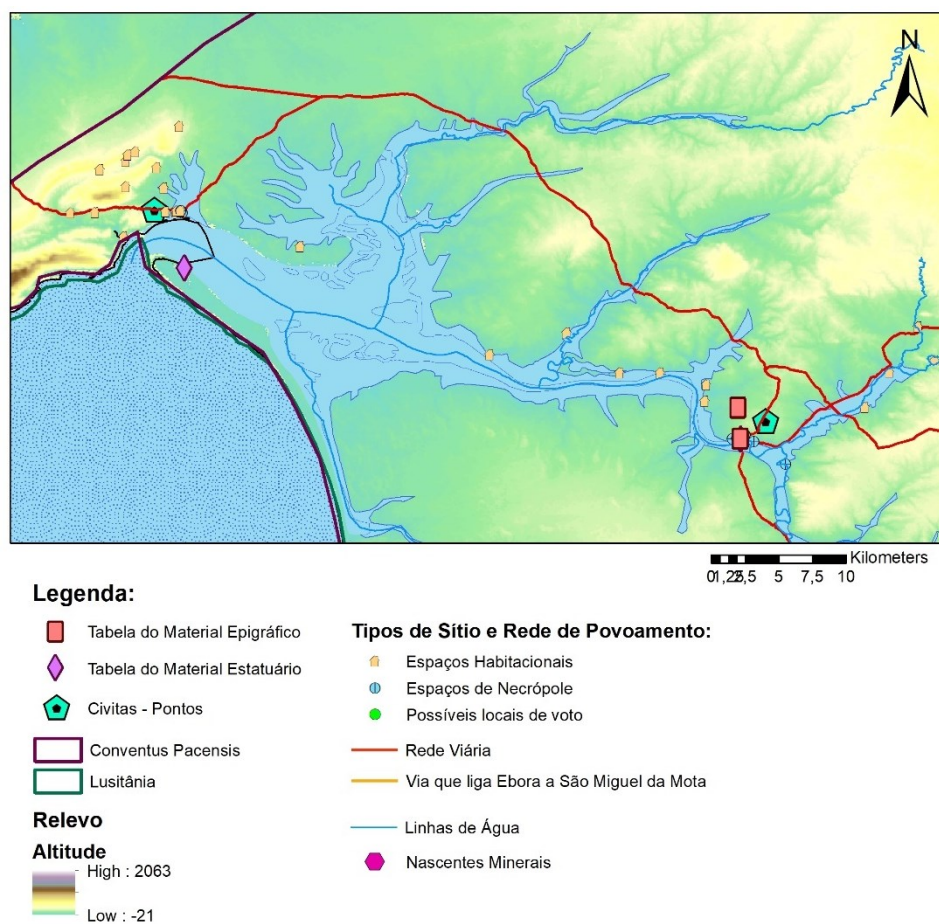


Figura 21: Mapa da Secção H, com o relevo, rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

Como nas secções anteriores, começamos por abordar a existência (ou não) de linhas de água. Como referido anteriormente, a região é irrigada pelo rio Sado e os seus afluentes diretos, sem se registar, mais uma vez, a presença de qualquer nascente. O relevo é maioritariamente marcado por zonas de dunas e zonas baixas anexas ao rio, à exceção do relevo calcário na zona de Setúbal, que se constitui como a maior elevação dentro desta Secção. A qualidade dos solos é relativamente baixa, o que nos leva a supor, mais uma vez, que estas comunidades viviam sobretudo da indústria piscatória e do comércio (Figura 22).

A rede de povoamento está focada em torno do estuário e nos principais núcleos urbanos, com evidentes atividades piscatórias e de produção de *garum*. No entanto, não se registam sítios que possam ser englobados na tipologia de possíveis locais de culto. Constatamos apenas a existência de material epigráfico e estatuário na área da *urbs* de *Salacia*, e uma peça no Complexo Industrial de Tróia.

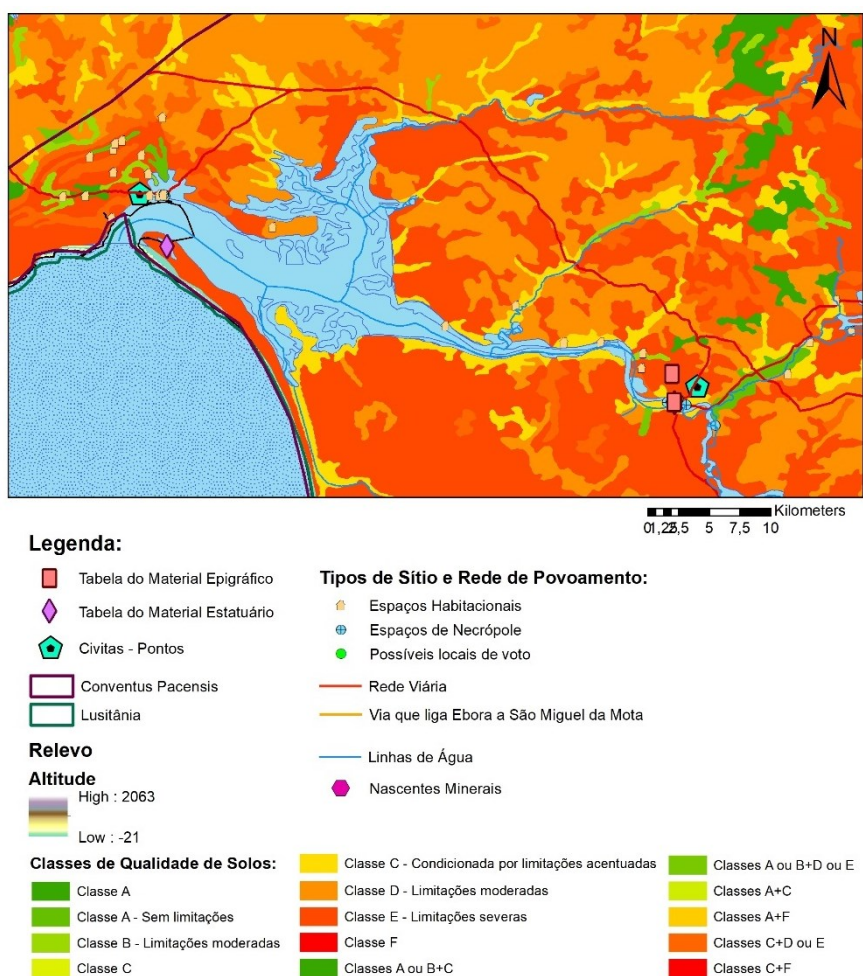


Figura 22: Mapa da Secção H, com a qualidade dos solos, rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

7.9 Secção I:

A presente divisória tem como foco a região envolvente à *civitas* de *Pax Iulia*, à semelhança da secção A que incorpora a área afeta a *Ebora*, abrangendo não só o território urbano, como a zona envolvente e a paisagem rural (Figura 23).

Trata-se também de uma região interior, com fortes traços de indigenismo. Mas encontramos também influências romanas, dando-lhe estatuto de *colonia civium romanorum* e acabando por se tornar capital de *Conventus*. Portanto, estamos perante um território fortemente romanizado. (Lopes, 2000, pp. 101-112)

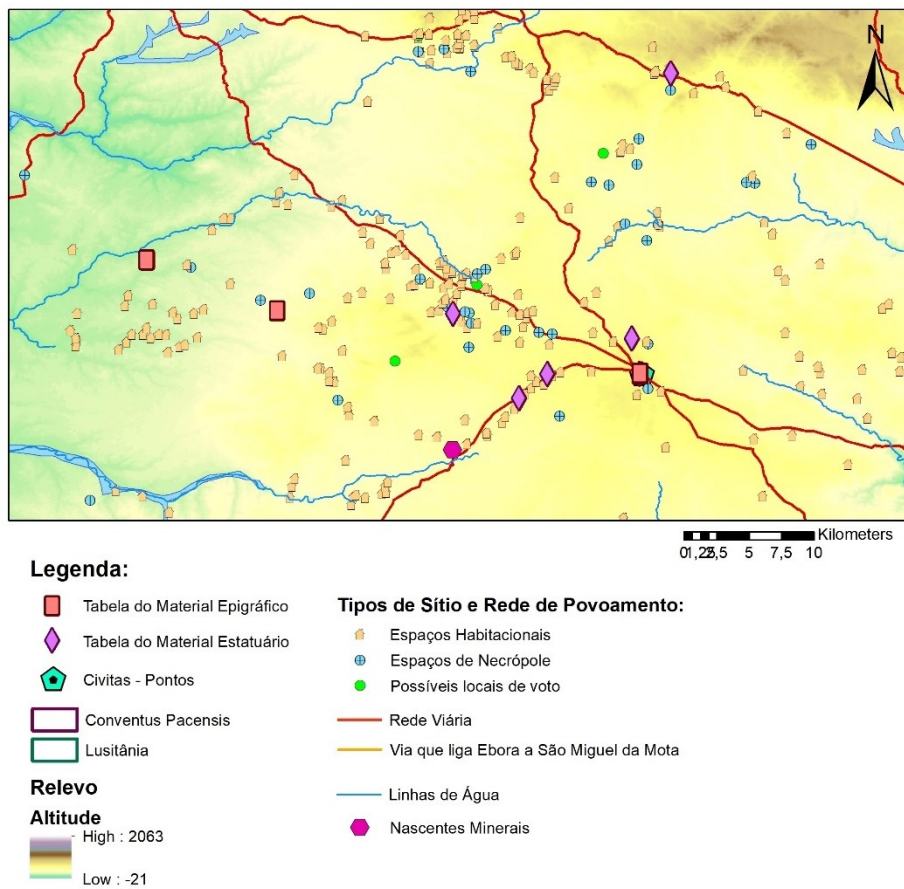


Figura 23: Mapa da Secção I com o relevo, rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

Observando o mapa referente à Secção I, do ponto de vista da geomorfologia e dos aspetos físicos da paisagem, verificamos que é, mais uma vez, uma região com grande irrigação, com vários afluentes quer do Sado, quer do Guadiana. Notamos também a existência de duas nascentes de água. O relevo é pouco acentuado, composto maioritariamente por planície e zonas de vale associadas a linhas de água, apenas com algumas elevações pouco pronunciadas, como a Serra do Mendro.

No que à qualidade de solos diz respeito, grande é a sua variedade. Contudo, a maior parte dos locais em estudo implantam-se em solos do tipo A/B, e apenas um sítio em

solos de tipo D. A rede de povoamento ocupa grande parte dos espaços cujo solo apresenta uma boa qualidade/classe (Figura 24).

A rede viária também se manifesta por todo o território, conectando a *urbs* às regiões mais a Sul (*Myrtilis* a Sudeste e possivelmente *Arandis* a Sudoeste) e a Norte (em linha direta a *Ebora*, com conexão à capital da Província), ao território costeiro (*Mirobriga* a Oeste, *Salacia* e *Caetobriga* a Noroeste) e a zonas agrícolas, como Serpa a Este.

Também são vários os sítios que teriam algum tipo de manifestação votiva, como o de Mombeja (classificado como Balneário, CNS 2236), o de Fonte da Rata 3 (Capela, CNS 30099), o de Santo Estevão (Ermida, CNS 13093), entre outros.

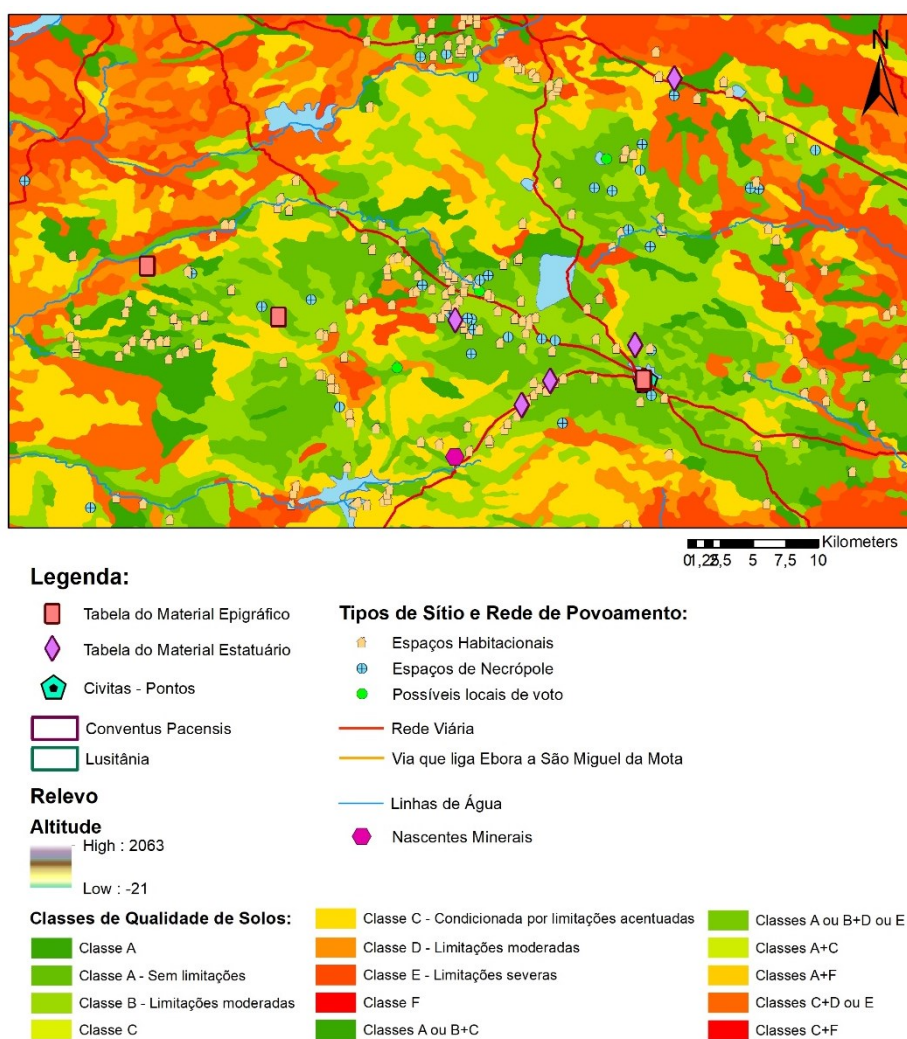


Figura 24: Mapa da Secção I, com a qualidade dos solos, rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

8. Locais de Culto e a sua Visibilidade

Considerando que muitos destes locais poderiam ser delimitadores territoriais e marcos na paisagem, poderemos colocar também a questão da visibilidade a partir dos locais que temos marcados pelo material epigráfico e estatuário.

Primeiramente, há a referir que a visibilidade é calculada através da relação entre os pontos marcados (ou seja, a sua localização) e o relevo. Registando-se a localização conhecida dos sítios ou de origem do material, podemos estabelecer padrões de visibilidade sobre a área envolvente.

Aqui temos de ter em consideração que a visibilidade é assinalada como o que se encontra à mesma cota que os sítios identificados e em análise, sendo variável de acordo com a região.

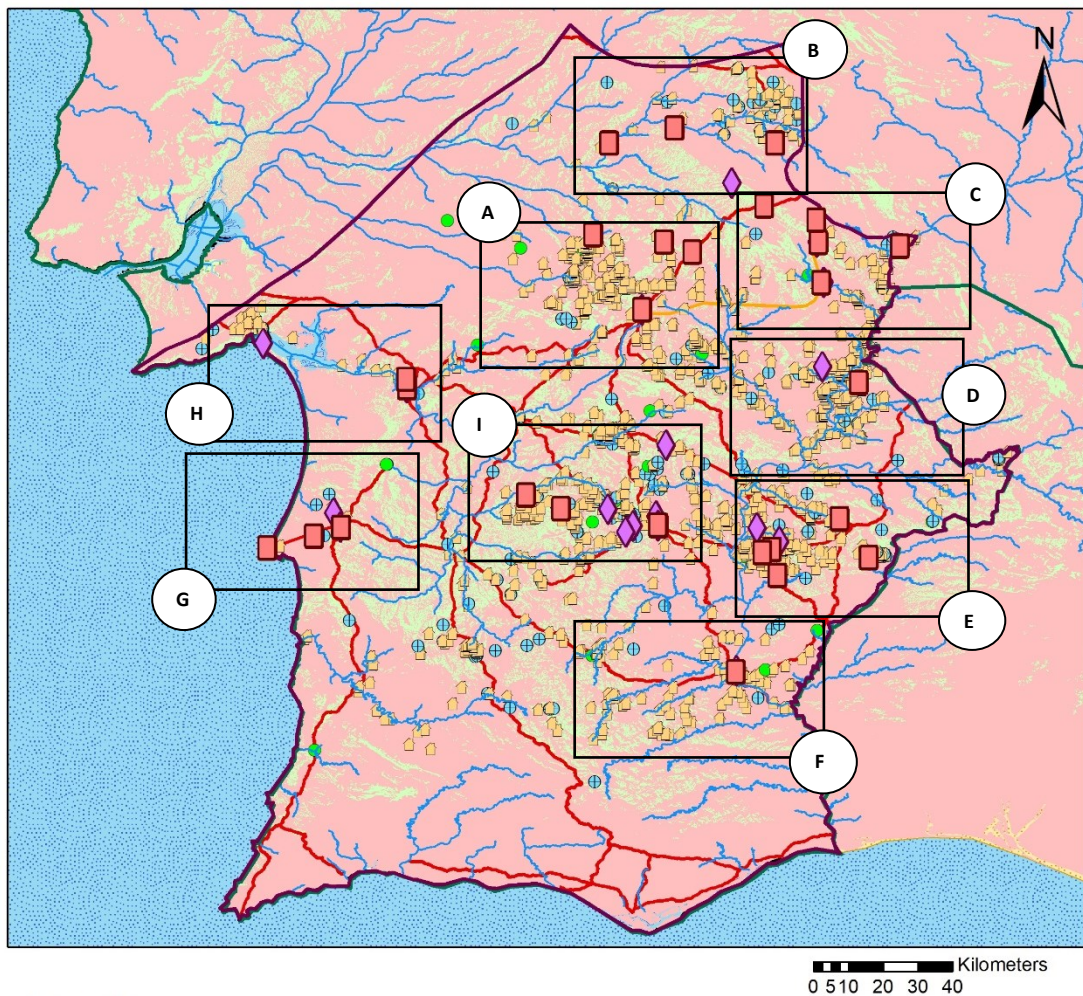
Para uma leitura mais íntegra de como os locais de culto eram percecionados na Antiguidade, aplicámos a análise de visibilidade de duas formas: uma primeira referente à própria visibilidade deste tipo de sítios, ou seja, a sua visibilidade sobre o território; uma segunda, a perceção dos locais de culto a partir da área envolvente.

Aplicando a primeira, podemos observar através da Figura 25 que as áreas assinaladas a verde marcam o que é observável a partir dos pontos referentes ao material epigráfico, enquanto o assinalado a cor-de-rosa delimita o que não é possível de observar. Tendo em consideração o que já foi mencionado, observamos, de um modo geral, que os locais se encontram em topografias mais altas e, assim sendo, excluem grande parte dos territórios baixos no espectro do visível. Aqui trabalhamos então com mais duas realidades: o que está interdito ao angulo de visão a partir dos espaços identificados como de culto; e o que se encontra a cotas mais baixas que os locais em estudo.

Realizando primeiramente uma leitura desde o ponto de vista analítico da cartografia composta, observamos que muitos dos sítios em estudo ocupam espaços estratégicos: quando não implantados em topos com controlo sobre a paisagem, encontram-se associados a locais de passagem. Dos sítios identificados através do material epigráfico notamos que se regem por uma implantação, de modo geral, em altura, aproveitando pequenos topos cuja visibilidade permite um controlo sobre a paisagem, mas que sejam visíveis para as comunidades envolventes e para quem esteja de passagem. Encontramos algumas exceções, como é o caso de Santana do Campo com o Templo a Carneio, que, apesar de se implantar num topo, a geomorfologia do local dificulta a área de

visibilidade. Contudo, temos vários exemplos deste tipo de implantação, como nos casos de São Miguel da Mota, que para além da sua topografia estratégica, estaria também em conexão a um possível itinerário secundário, ou como é o caso da peça encontrada em Mourão, num pequeno topo estratégico, envolvido por planícies.

Assim sendo, a grande maioria dos sítios em estudo tem um bom controlo visual sobre a paisagem envolvente. A partir destes pontos, vários são os locais de carácter habitacional, necrópoles, entre outros sítios, bem como vias observáveis (Figura 25). Ao aplicar a segunda perspetiva, recorreremos aos sítios selecionados a partir do Portal do Arqueólogo referentes a sítios de carácter habitacional, de necrópole, ou que possam ser considerados para estudos futuros como locais possíveis de aí se ter feito algum tipo de voto ou culto. O critério estabelecido para esta categoria de sítios teve por base casos semelhantes registados ao longo do restante território Europeu, integrando sítios como Banhos/Balneários/Termas, espaços religiosos cristãos como Igrejas, Capelas, Mosteiros e Conventos em que se registre a presença de espólio de cronologia romana, Fontes, e outros materiais isolados como os Berrões. Alterou-se o esquema de cores para verde e castanho, para melhor leitura. Observamos que as áreas marcadas a verde são as possíveis de observar em torno dos sítios arqueológicos indicados, enquanto as restantes a castanho são as que não são possíveis de vislumbrar (Figura 26).



Legenda:

- Tabela do Material Epigráfico
- ◆ Tabela do Material Estatuário
- ⬠ Civitas - Pontos
- Conventus Pacensis
- Lusitânia
- Linhas de Água

Tipos de Sítio e Rede de Povoamento:

- Espaços Habitacionais
- ⊕ Espaços de Necrópole
- Possíveis locais de voto
- Rede Viária
- Via que liga Ebora a São Miguel da Mota

Visibilidade a partir dos Locais de Culto

- Não Visível
- Visível

Figura 25: Mapa da Visibilidade no *Conventus Pacensis*, dos locais de culto para a área envolvente. Contém também a dispersão do material epigráfico e Estatuário, incluindo também outros sítios arqueológicos de acordo com o Portal do Arqueólogo e com a base de dados *online* Vias Romanas de Portugal. Está dividido em 9 secções (de A até I).

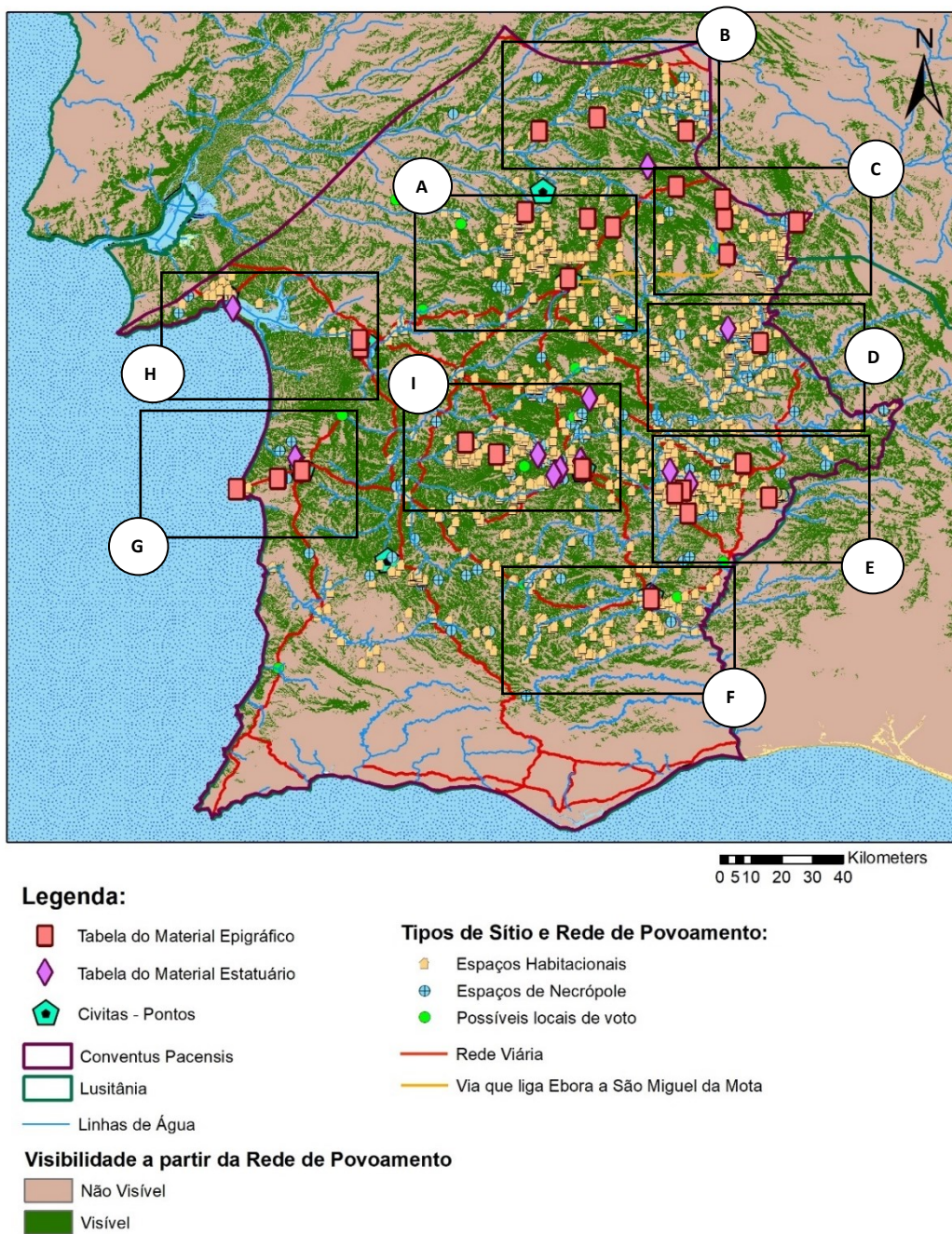


Figura 26: Mapa da Visibilidade no Conventus Pacensis, da rede de povoamento para os locais de culto. Contém também a dispersão do material epigráfico e Estatuário, incluindo também outros sítios arqueológicos de acordo com o Portal do Arqueólogo e com a base de dados online Vias Romanas de Portugal. Está dividido em 9 secções (de A até I).

Aqui, mais uma vez, optamos por dividir a área de estudo em secções, para uma análise mais focada em torno dos locais de culto. Para facilitar esta análise, estabelecemos *Multiple Buffer Rings* com diferentes distâncias, tendo por base que o limite médio de observação do ser humano são 5 km (sendo a distância limite do *buffer* externo), e os restantes dentro dessa área.

8.1 Secção A:

Verificamos que a área em torno da via que liga *Ebora* a *Emerita* está marcada com pouca visibilidade, provocada por várias formações geomorfológicas, como o começo da formação de Serra d'Ossa. Os restantes sítios apresentam uma visibilidade correspondente aos tipos de implantação e ao relevo. Contudo e de modo geral, vários são os espaços habitacionais ou de necrópole, bem como vias, possíveis de observar a partir dos locais de culto, principalmente espaços com implantação de topo.

Relativamente à visão a partir dos espaços de habitação para os locais de culto, verificamos que, como as cotas são mais variáveis, o nosso espectro de análise é mais amplo (Figura 27).

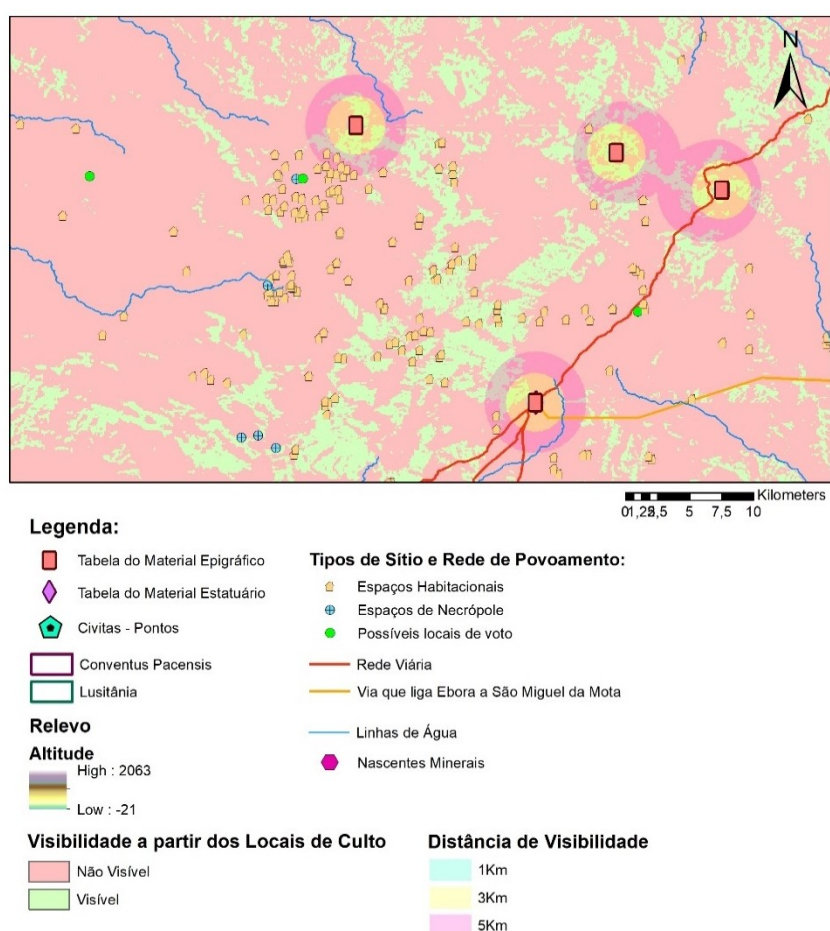


Figura 27: Mapa da Visibilidade na Secção A, dos locais de culto para a área envolvente, com rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

Comprovamos então que a área de visibilidade dos sítios de carácter habitacional ou de necrópole possuem um bom controlo da paisagem, possibilitando a observação dos locais de culto observados (Figura 28).



Kilometers
0 1,25 5 7,5 10

Legenda:

- Tabela do Material Epigráfico
- ◆ Tabela do Material Estatuário
- ⬠ Civitas - Pontos
- Conventus Pacensis
- Lusitânia

Tipos de Sítio e Rede de Povoamento:

- Espaços Habitacionais
- ⊕ Espaços de Necrópole
- Possíveis locais de voto
- Rede Viária
- Via que liga Ebora a São Miguel da Mota
- Linhas de Água
- ◆ Nascentes Minerais

Relevo

- Altitude**
- High : 2063
 - Low : -21

Visibilidade a partir da Rede de Povoamento

- Não Visível
- Visível

Distância de Visibilidade

- 1Km
- 3Km
- 5Km

Figura 28: Mapa da Visibilidade na Secção A, da rede de povoamento para os locais de culto, com rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

8.2 Secção B:

Aqui, verificamos o já referido anteriormente. Nenhum sítio aparenta estar no ângulo de visibilidade dos locais de culto. Contudo, certos sítios a cotas mais baixas poderão ser visíveis a partir dos locais em análise, dentro do raio máximo de 5 km (Figura 29).

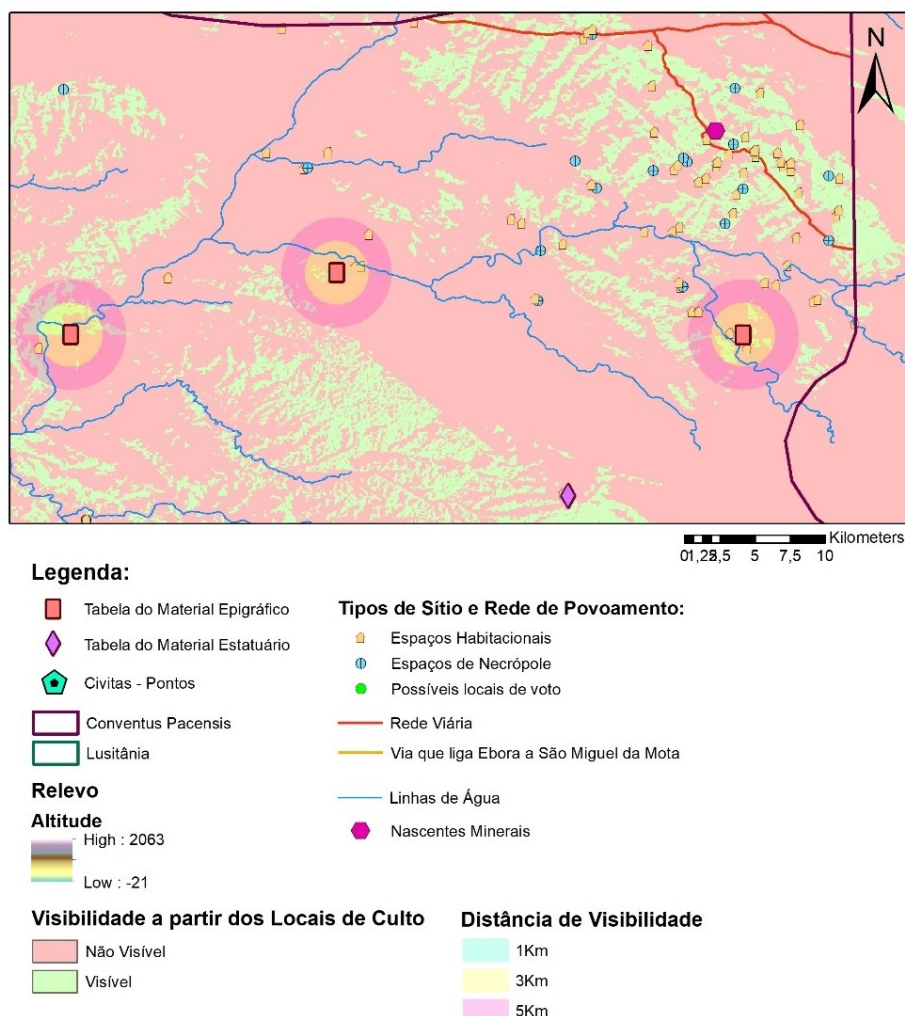


Figura 29: Mapa da Visibilidade na Secção B, dos locais de culto para a área envolvente, com rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

Em relação à visibilidade a partir dos núcleos populacionais, averiguamos que nos casos registados, a maioria dos sítios encontra-se dentro das áreas dos *buffers* referentes aos 3 e 5 km, apresentando visibilidade para os locais de culto.

Se compararmos esta informação com o relevo em torno do sítio, verificamos que se trata de uma paisagem relativamente plana, condicionado apenas por pequenas oscilações pouco acentuadas.

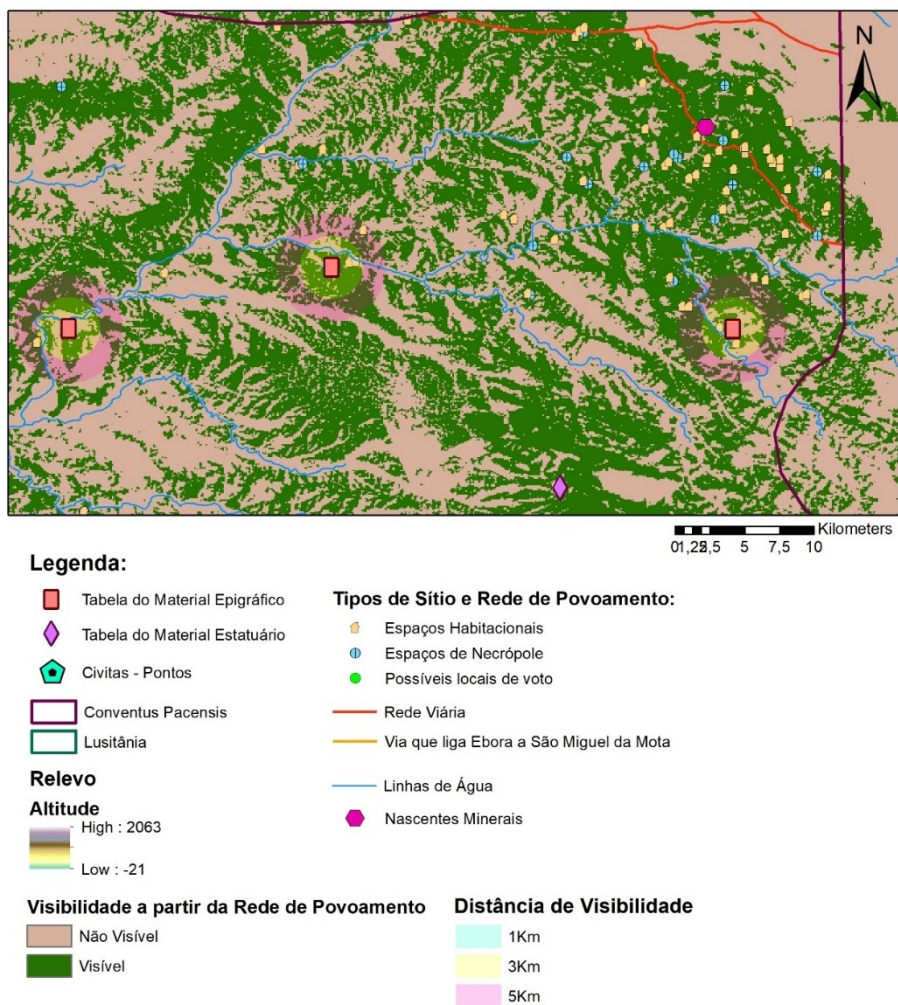


Figura 30: Mapa da Visibilidade na Secção B, da rede de povoamento para os locais de culto, com rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

8.3 Secção C:

Aqui o problema repete-se. São Miguel da Mota encontra-se implantado numa área de topo, cuja visibilidade seria relativamente boa para Sudeste, seguindo a linha da Ribeira de Lucefécit (Figura 31).

Relativamente aos restantes locais registados como de culto (ou vestígios associados aos já registados), dado o relevo sinuoso, a visibilidade é reduzida em relação a espaços de carácter habitacional ou de necrópole. Apenas no caso de Juromenha temos sítios visíveis a partir do ponto de observação, dos quais se encontram dentro da área de 1 km.

Acrescentamos ainda que nesta Secção, excetuando o caso de Juromenha, todos os sítios se encontram associados a possíveis troços de via e, como podemos confirmar, encontram-se nas áreas de visibilidade, dentro dos limites de 1 e 3 km (Figura 32).

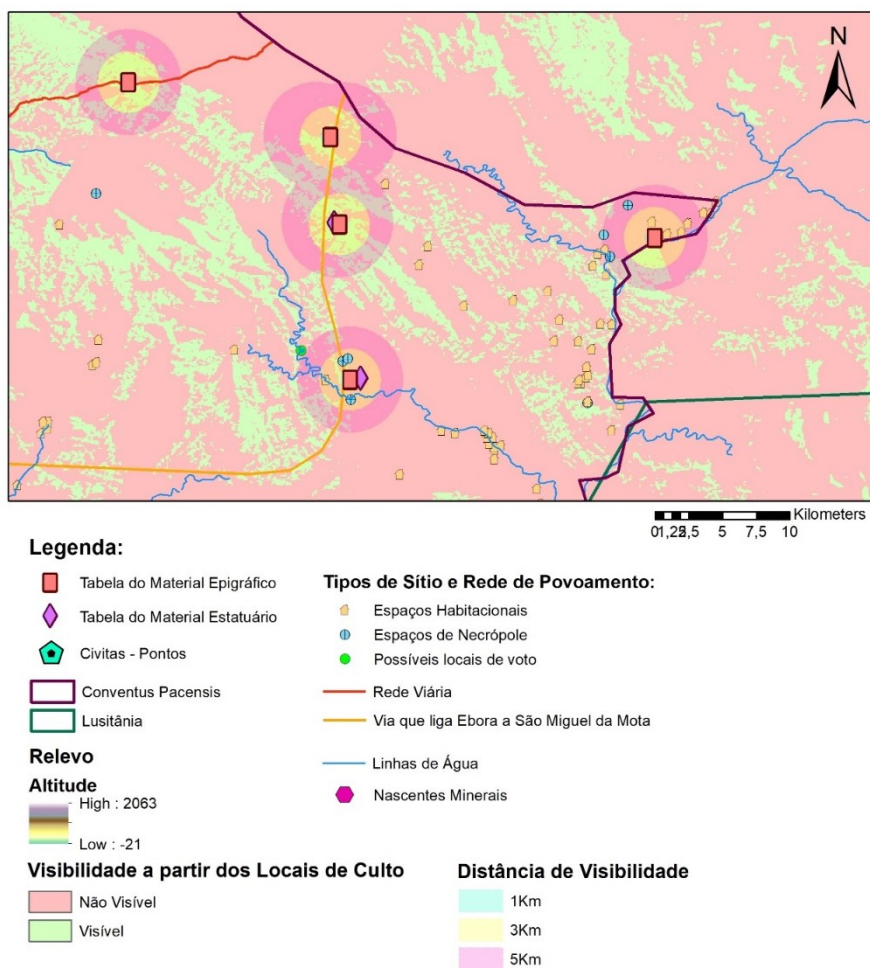


Figura 31: Mapa da Visibilidade na Secção C, dos locais de culto para a área envolvente, com rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

Na maioria dos casos, os sítios tidos como habitacionais e as necrópoles têm uma implantação favorável para a observação dos locais de culto, apesar de alguns destes não apresentarem sítios de carácter doméstico na sua área envolvente.

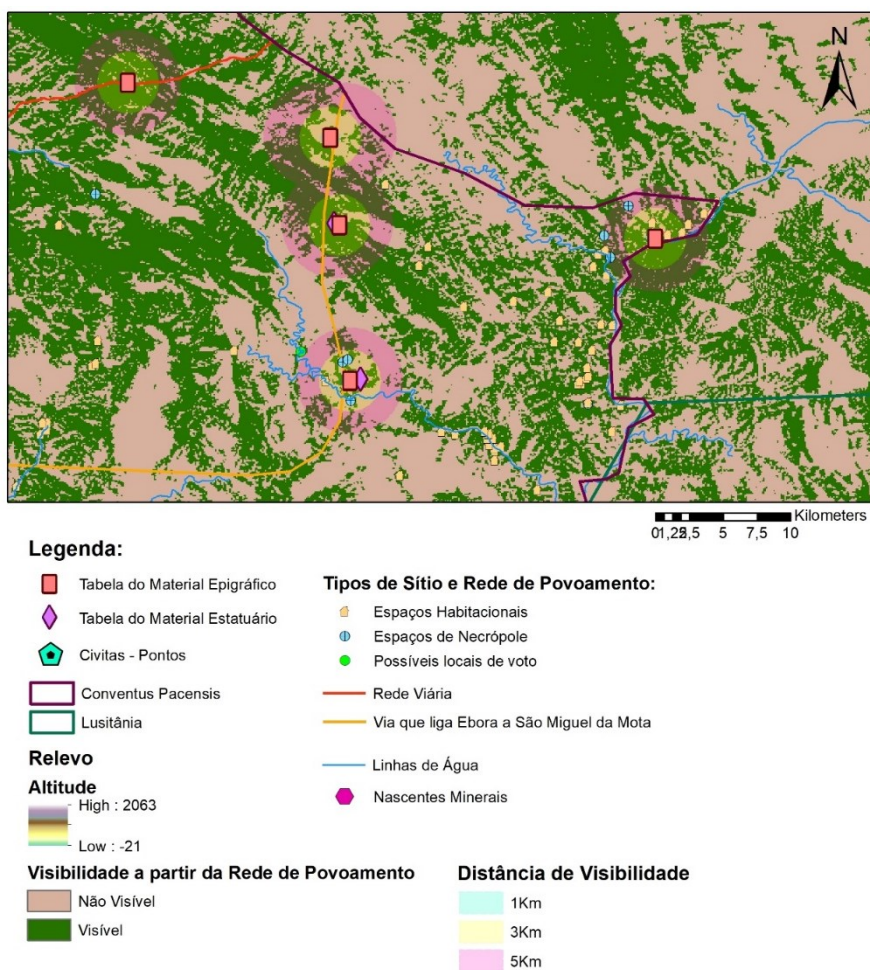


Figura 32: Mapa da Visibilidade na Secção C, da rede de povoamento para os locais de culto, com rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

8.4 Secção D:

Esta secção aparenta ser a que agrupa em si menor informação, dada a escassez de dados referentes aos sítios em estudo. Como já referido, nenhuma via se regista ou aparenta atravessar a região, por isso não se encontra nenhuma na área de visibilidade dos locais de culto. A mesma problemática enfrentada anteriormente replica-se nesta Secção onde, apesar do relevo ser propício à observação de estruturas habitacionais ou do mundo dos mortos nas áreas envolventes aos espaços de voto, como não se apresentam à mesma cota, os primeiros não aparecem como visíveis, mesmo encontrando-se nas áreas entre 1 e 5 km de distância (Figura 33).

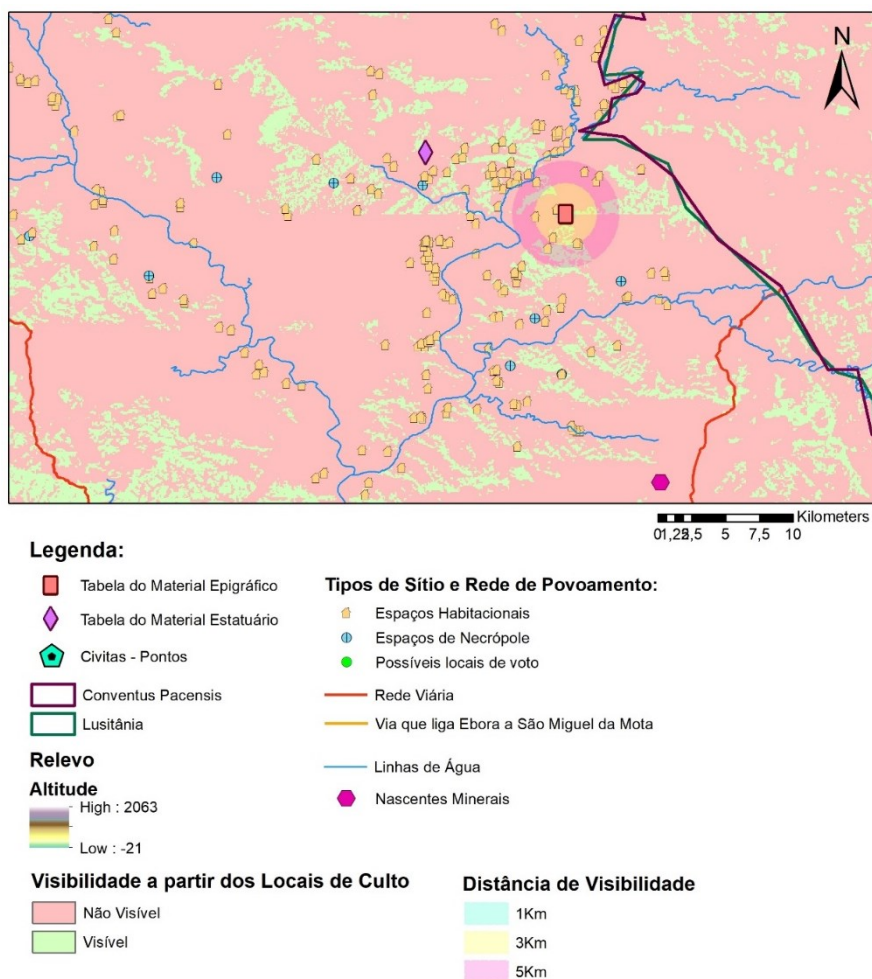


Figura 33: Mapa da Visibilidade na Secção D, dos locais de culto para a área envolvente, com rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

Já o inverso permite-nos afirmar que, a partir de certos assentamentos, poderia ser possível ver na paisagem o possível local dedicado a *Dea Domina Sancta* (em Mourão), mais uma vez entre as distâncias de 1 e 5 km (Figura 34).

Relacionando com o relevo, tratamos de um pequeno topo com boa observação da paisagem e bom domínio visual. Apesar de ser uma pequena elevação, está rodeada de peneplanície, o que lhe confere uma boa visibilidade sobre a área envolvente, e um carácter estratégico ao sítio.



Figura 34: Mapa da Visibilidade na Secção D, da rede de povoamento para os locais de culto, com rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

8.5 Secção E:

Aqui, temos uma maior intensidade do material em estudo do que, por exemplo, na Secção anterior. Com uma primeira análise, observamos que na maioria dos casos, há sítios de tipologias habitacionais possíveis de observar, grande parte dentro da área entre os 3 e os 5 km de distância. Contudo, em dois dos casos – respetivamente, o primeiro em Serpa com a epígrafe a *Dominus Deus Pater*, e o segundo em Moura, com a epígrafe a Mercúrio – os aglomerados populacionais encontram-se a menor distância, dentro do *buffer* de 1 km (Figura 35).

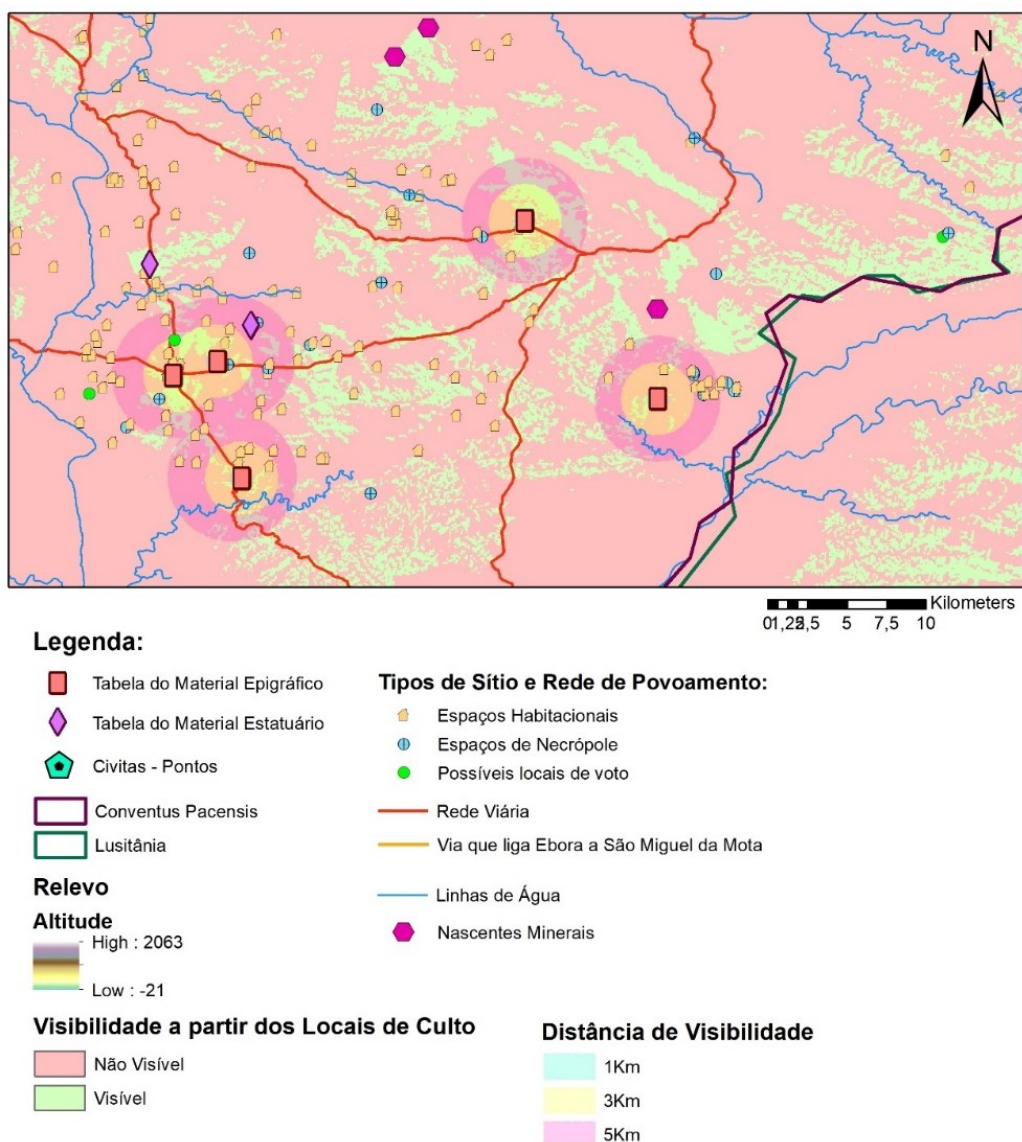


Figura 35: Mapa da Visibilidade na Secção E, dos locais de culto para a área envolvente, com rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

Relativamente à visibilidade dos espaços de vivência para os locais de voto, apenas dois aparentam ser mais difíceis de detetar na paisagem. Quanto aos sítios identificados em Moura, Herdade de D. Brites e Serpa são facilmente avistados pela rede de povoamento envolvente, e os sítios de Vila Verde de Ficalho e Santa Iria revelam-se menos visíveis. Nos três primeiros casos, os sítios são visíveis entre o *buffer* de 1 km até ao limite dos 5 km, pela maioria dos sítios registados no Portal do Arqueólogo. Já nos dois últimos casos, só entre as áreas de 3 e 5 km são possíveis de observar (Figura 36).

Mais uma vez a possível rede viária vem servir como linha que conecta os sítios e leva as pessoas entre destinos e pontos de partida. Como já apresentado, a maioria dos sítios encontra-se também associado a possíveis vias identificadas (ou possíveis trajetos

de acordo com registos arqueológicos). Apenas a peça identificada em Vila Verde de Ficalho dista cerca de 7 km do ponto mais próximo de uma via.

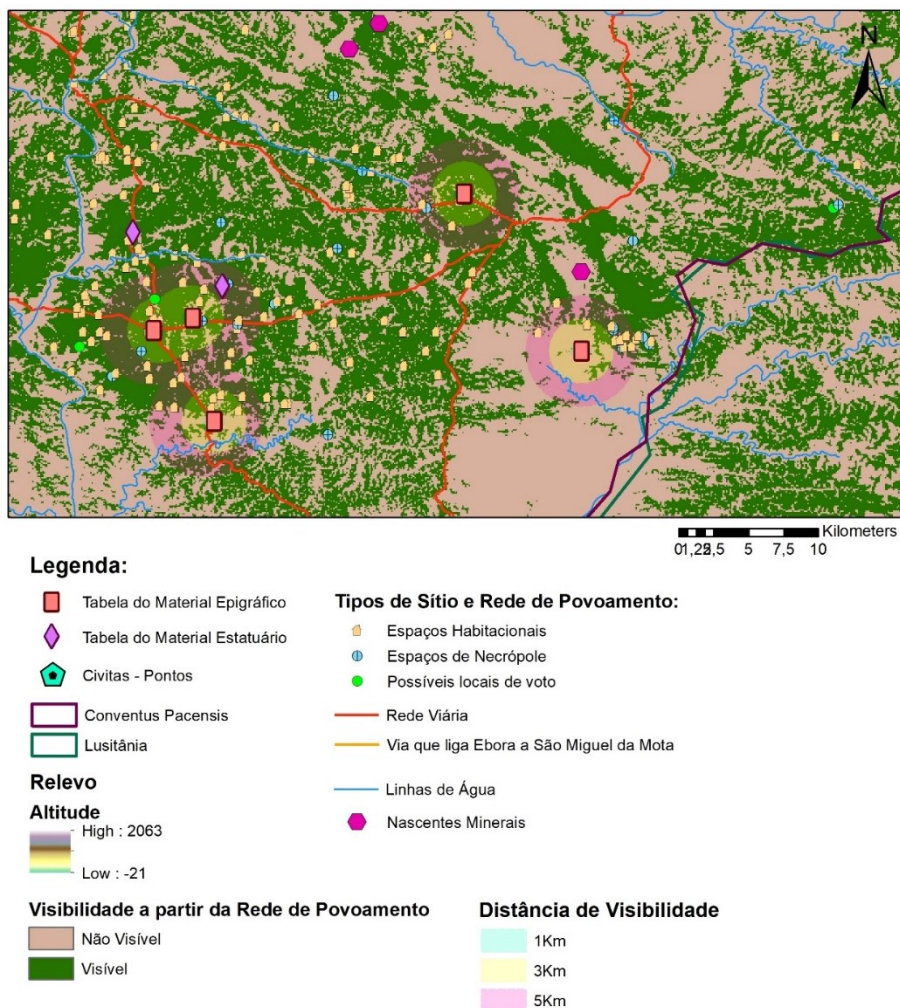


Figura 36: Mapa da Visibilidade na Secção E, da rede de povoamento para os locais de culto, com rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

8.6 Secção F:

Focando-nos na secção referente a Mértola, notamos que a visibilidade da cidade é reduzida, fator atestado pelo relevo da região, cavado pelo Guadiana e seus afluentes.

Esta secção tem também poucas manifestações de culto e regista-se apenas material epigráfico (e estatuário) dentro do núcleo urbano. Podemos apenas focar-nos na forma como a *urbs* seria percecionada. Percebemos que a *civitas* estaria resguardada por outros topos, com pouca perceção da área envolvente, mas uma boa visibilidade sobre um troço do rio. Trata-se também de um ponto alto, de grande defensibilidade e daí tratar-se de um ponto estratégico. Contudo, assemelha-se a Santana do Campo e está rodeado de formações geomorfológicas cujas altitudes são idênticas. A partir do núcleo

urbano, seria então possível observar as áreas afetadas aos topos envolventes, bem como parte dos vales e parte da extensão do Guadiana (Figura 37).

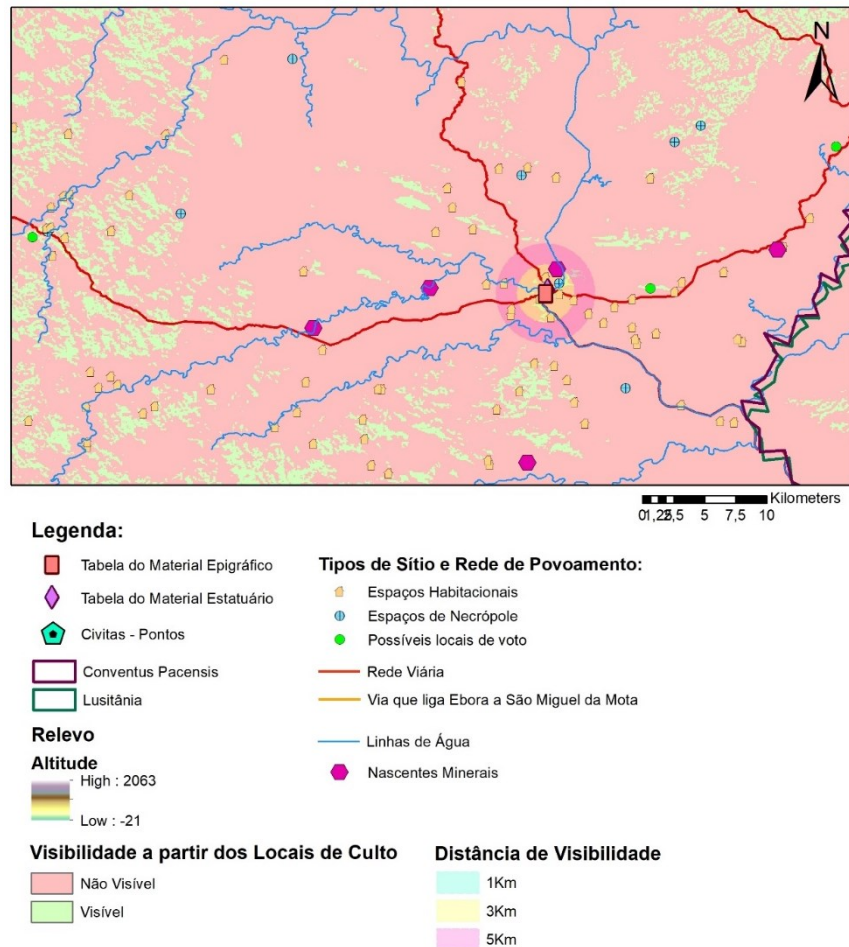


Figura 37: Mapa da Visibilidade na Secção F, dos locais de culto para a área envolvente, com rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

Da mesma forma, estando localizada numa área tão resguardada, apenas os sítios que se localizam nas zonas supramencionadas conseguem observar o núcleo urbano, ou seja, espaços habitacionais e de topo, pontos estratégicos, parte da extensão da via que conecta a cidade a *Pax Iulia* (Beja), à Mina de São Domingos e à costa, bem como sítios na extensão do rio.

Se refletirmos um pouco sobre os possíveis locais de culto, percebemos que a sua topografia permite que sejam avistados facilmente a partir da rede de povoamento envolvente, bem como observar com alguma facilidade a área envolvente. Nos três casos que registamos nesta secção, todos se aproximam da rede viária (Figura 38).

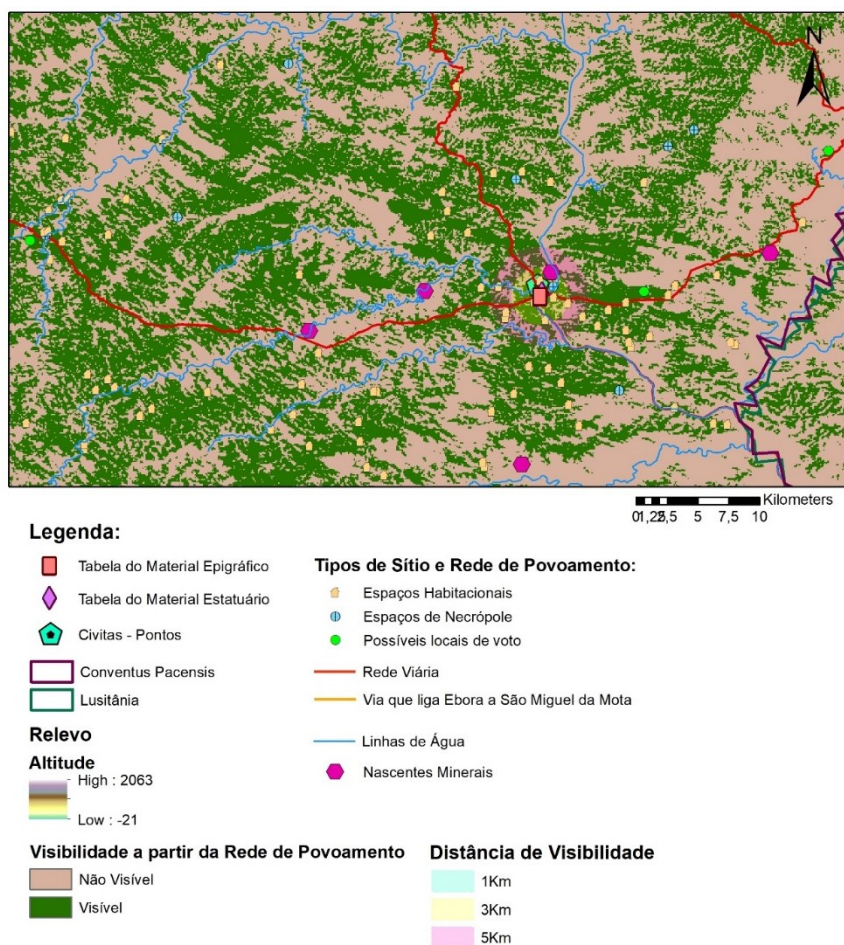


Figura 38: Mapa da Visibilidade na Secção F, da rede de povoamento para os locais de culto, com rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

8.7 Secção G:

Estamos perante uma implantação de topo, com bom controlo para a paisagem a Oeste, em direção ao mar. No entanto, verificamos que a partir da *civitas* é possível observar vários troços da via que conectam os quatro pontos cardeais à cidade. Poucos são os sítios com claros vestígios de ocupação romana identificados no Portal do Arqueólogo, mas apenas um aparenta ter visibilidade para a *urbs* dentro da área entre os 3 e os 5km.

Os restantes vestígios epigráficos encontrados aparentam também reduzida visibilidade, inclusive para a própria via (Figura 39).

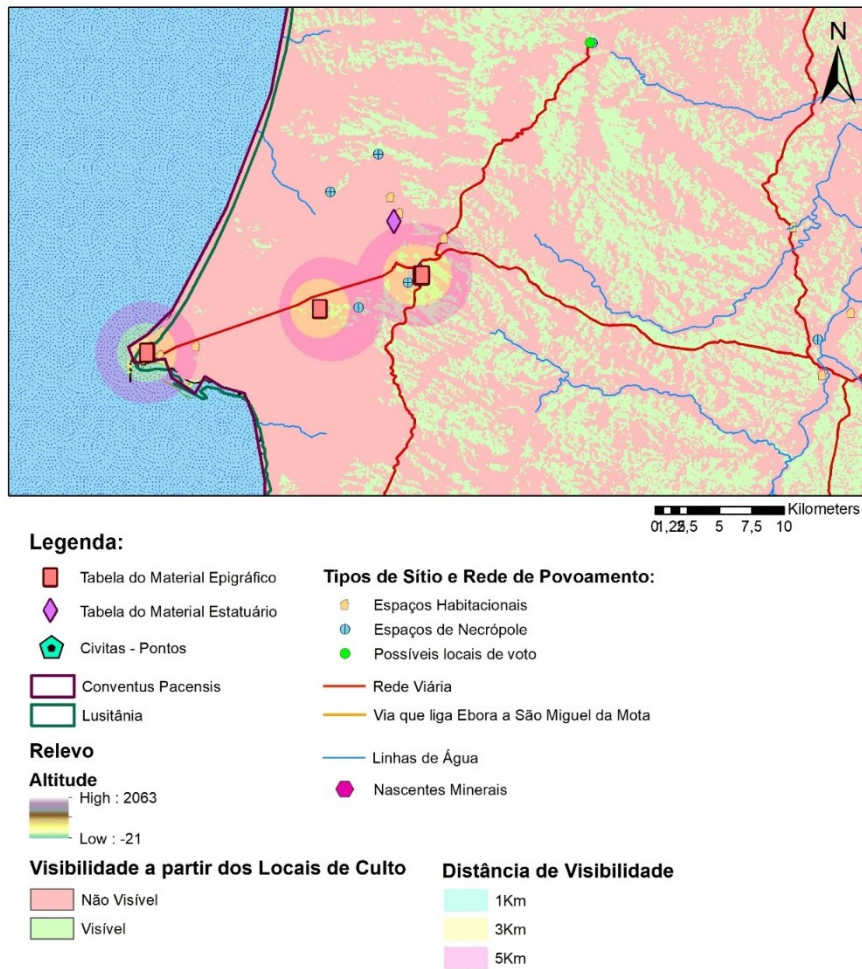


Figura 39: Mapa da Visibilidade na Secção G, dos locais de culto para a área envolvente, com rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

No entanto, em termos da perceção dos locais de culto a partir do povoamento, verificamos que grande parte dos sítios habitacionais têm visibilidade sobre os locais de culto, mas apenas entre os 3 e os 5 km de distância (Figura 40).



Figura 40: Mapa da Visibilidade na Secção G, da rede de povoamento para os locais de culto, com rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

8.8 Secção H:

Na Secção H, que corresponde à região de Alcácer do Sal e Setúbal (respetivamente, *Salacia* e *Caetobriga*), verificamos que a visibilidade, um pouco à semelhança de Mértola, está condicionada pelo relevo e a passagem do rio, neste caso o Sado. A problemática mantém-se, no que toca à exclusão de zona baixas que poderiam ser visíveis a partir dos pontos de referência (neste caso, o núcleo), excluindo também grande parte do traçado da rede viária que percorre a zona de Alcácer do Sal. Contudo, a partir destes dois focos, dois núcleos populacionais são possíveis de avistar, dentro dos *buffers* de 3 e 5 km (Figura 41).



Figura 41: Mapa da Visibilidade na Secção H, dos locais de culto para a área envolvente, com rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

Invertendo o filtro de análise, comprovamos que os sítios que previamente se podiam avistar a partir dos locais de culto conseguem também ter controlo visual sobre os mesmos, incluindo ainda sítios habitacionais e necrópoles associados diretamente ao núcleo urbano de *Salacia* e a própria rede viária (Figura 42).

Identificou-se também uma peça que pode indicar um possível local de culto nesta secção, um berrão da Idade do Ferro, no sítio da Herdade de Corte Pereiro, em que comprovamos que a sua visibilidade é reduzida, especialmente para Norte, tendo em conta o relevo. Contudo, encontra-se apenas a cerca de 2 km da via que liga *Salacia* a *Ebora*, e sobranceiro a uma linha de água.



Figura 42: Mapa da Visibilidade na Secção H, da rede de povoamento para os locais de culto, com rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

8.9 Secção I:

Por fim, refletimos um pouco sobre uma das regiões cujos registos arqueológicos indicam ser mais densamente ocupada em período romano: *Pax Iulia* (Beja).

A visibilidade a partir dos sítios identificados através do material epigráfico é, de um modo geral, muito abrangente. A problemática já referida ao longo deste capítulo volta a verificar-se, e há áreas que o relevo mostra serem de possível observação, mas que por estarem a cotas inferiores, são excluídas. No entanto, a partir dos ditos locais de culto é possível de apurar que, dentro dos *buffers* de 3 e 5 km, há sítios pertencentes à rede de povoamento (Figura 43).

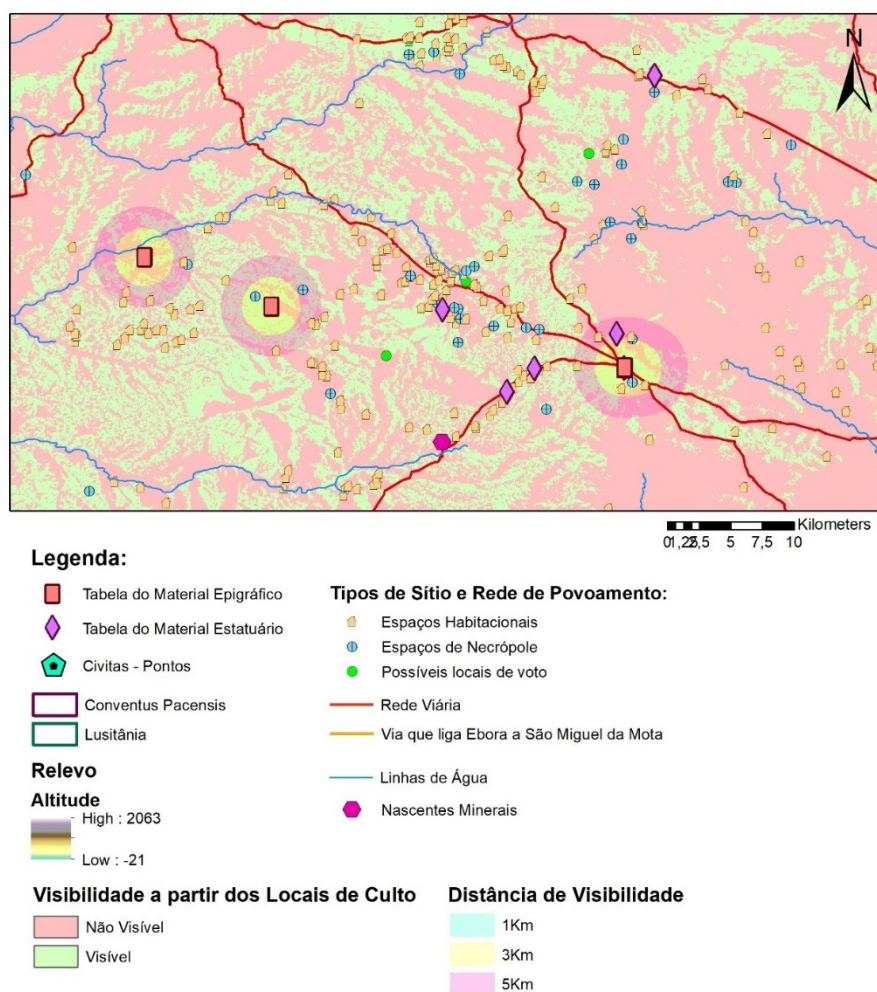
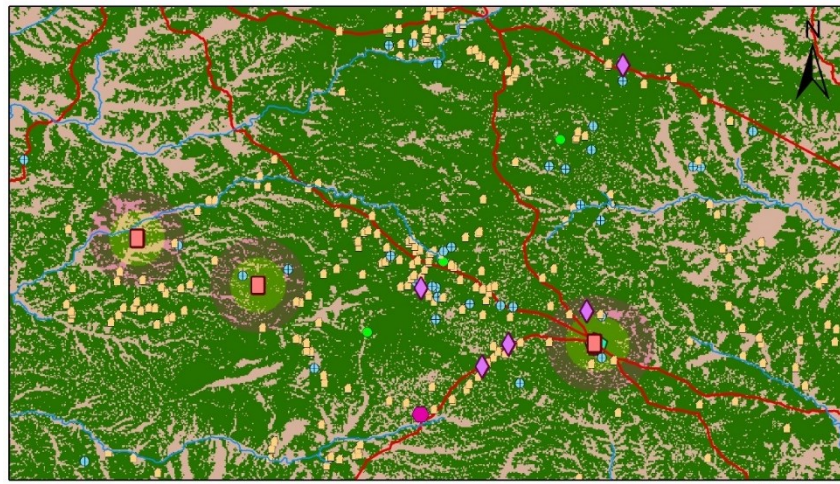


Figura 43: Mapa da Visibilidade na Secção I, dos locais de culto para a área envolvente, com rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

Quando testamos a visibilidade a partir da rede de povoamento para o território envolvente, com foco nos locais de culto, o mesmo se evidencia. Verificamos, no entanto, que os sítios com visibilidade apenas aparentam manifestar-se às já referidas distâncias de 3 e 5 km (Figura 44).

Relativamente à rede viária, há um bom controlo visual a partir dos 3 km do núcleo urbano para a via, e de 5 km da via para o núcleo urbano. Já os outros sítios identificados pelo material epigráfico não se encontram nas imediações da rede viária.



Legenda:

- | | |
|---|---|
|  Tabela do Material Epigráfico | Tipos de Sítio e Rede de Povoamento: |
|  Tabela do Material Estatuário |  Espaços Habitacionais |
|  Civitas - Pontos |  Espaços de Necrópole |
|  Conventus Pacensis |  Possíveis locais de voto |
|  Lusitânia |  Rede Viária |
| Relevo |  Via que liga Ebora a São Miguel da Mota |
| Altitude |  Linhas de Água |
| High : 2063 |  Nascentes Minerais |
| Low : -21 | |
| Visibilidade a partir da Rede de Povoamento | Distância de Visibilidade |
|  Não Visível |  1Km |
|  Visível |  3Km |
| |  5Km |

Figura 44: Mapa da Visibilidade na Secção I, da rede de povoamento para os locais de culto, com rede de povoamento, rede viária e locais de culto.

9. Dispersão de Material Epigráfico

Através dos mapas, gráficos e tabelas criados, é possível ter uma leitura do tipo de ocupação em estudo, pelo território, ao longo do tempo. Assim sendo, foi recolhido o material epigráfico espalhado pelo nosso território de estudo e disponível em bases de dados *online* e *corpora* epigráficos. Ao todo, trataram-se 127 epígrafes, entre fragmentos e peças completas.

Constatamos que o foco principal é proveniente de São Miguel da Mota, com um total de 83 epígrafes, 76 das quais são dedicadas a Endovéllico – divindade autóctone cultuada um pouco por toda a Península Ibérica, mas com especial foco na nossa área em análise –, três são dedicadas a Prosérpina, uma única dedicada a Júpiter Ótimo e Máximo (IOM) – ambas divindades de natureza greco-latina, a primeira ligada à agricultura, fertilidade e submundo, a segunda sendo a divindade tutelar romana –, e as restantes são peças que não preservam texto suficiente para nos revelar a divindade cultuada. Focando-nos primeiramente em Prosérpina, constatamos que a deusa itálica partilha uma história e matriz semelhantes à de Endovéllico: ambas são divindades relacionadas com a vida e saúde, até mesmo com a fertilidade, mas também com a morte e submundo (Gráfico 1) (Vasconcellos, 1897-1913).

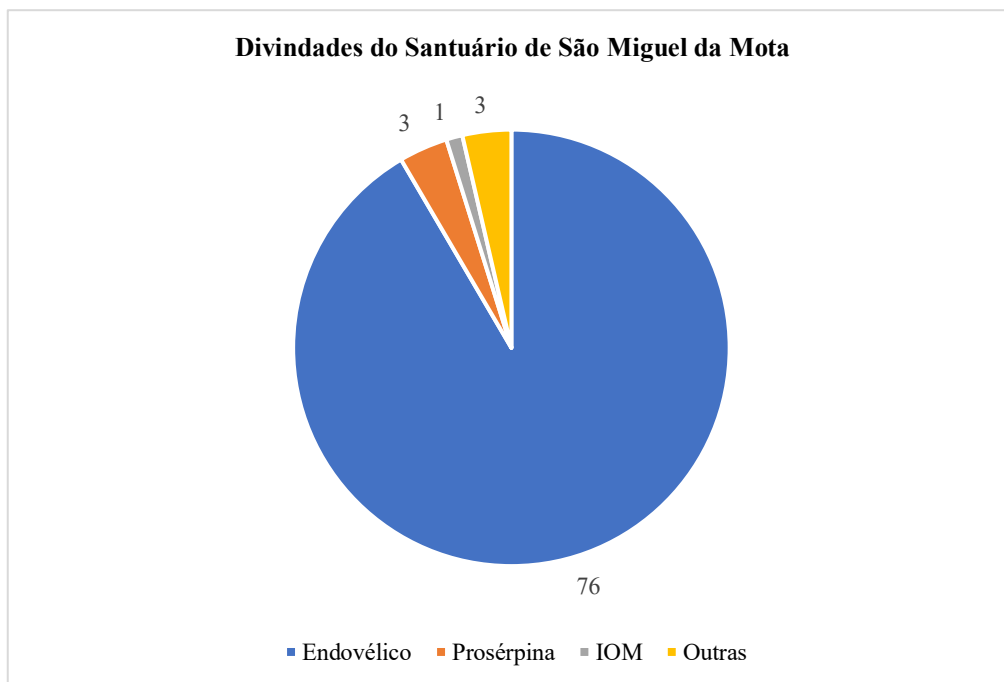


Gráfico 1: Densidade do material epigráfico recolhido no Santuário a Endovéllico, em São Miguel da Mota.

Júpiter, o pai dos deuses latinos, também se manifesta no Santuário de Endovélico. A presença de uma epígrafe à divindade tutelar do panteão romano no local de culto dedicado ao deus indígena, demonstra um bom exemplo do processo de sincretismo no mundo clássico. Ou seja, o processo de aculturação ou assimilação das comunidades através da religião, associando-as para fundir duas realidades (Vasconcellos, 1897-1913).

Também evidenciamos a presença de três epígrafes que podem revelar sincretismo com o deus dos bosques e da natureza latino, Silvano. José Cardim Ribeiro afirma que o deus se assemelha mais a esta divindade do que a qualquer outra, principalmente através da sua estatuária (2002, pp. 721-766). Contudo, Cardim Ribeiro, propõe uma leitura diferente das apresentadas por outros autores. O material escultórico encontrado será mais facilmente associado a Silvano dada as suas representações – normalmente representado com o seu corpo desnudo, com uma pele de cabra e pés calçados –, do que a outros deuses, como *Sucellus* (Scarlet Lambrino) ou *Cupido* (Frade Bernardo de Brito) (Ribeiro, 2005, pp.721-766).

Podemos assumir dois casos distintos. Um primeiro, diacrónico, que os templos, com a passagem do tempo podem alterar os seus cultos e as suas divindades, não deixando de ser locais sacralizados, passíveis de ser ponto de qualquer manifestação de devoção. Ou seja, a partir do momento em que um espaço já ligava o mundo do Homem ao mundo dos deuses, qualquer culto era possível de se prestar, mesmo se o espaço “pertencesse” a outro deus. E um segundo caso, sincrónico, em que um templo, apesar de dedicado a uma divindade, podia ser partilhado por divindades com características semelhantes (Rüpke, 2007, pp.1-9).

Para além do grande foco que assistimos no Santuário Romano a Endovélico, podemos ainda encontrar pela paisagem outros espaços de culto. Contudo, podemos sublinhar logo à partida dois elementos: primeiro, que os restantes locais que podemos assumir serem de culto preservam em si uma menor quantidade de material epigráfico; segundo, apesar de se manifestarem em menor quantidade, a sua importância não é menor. Podemos apresentar como exemplo deste contraste a quantidade de oferendas deixadas no Santuário de Endovélico, em São Miguel da Mota, Terena (como referido anteriormente), e os votos a *Carneo*, encontrados em Santana do Campo, perto de Arraiolos (apenas três). Esta discrepância quantitativa pode-se justificar de várias formas:

- ❖ As oferendas poderiam ser de outro carácter, ou seja, poderiam ser de outros materiais, mais perecíveis ou de maior valor, acabando por levar à sua degradação ou saque, como os casos a apresentar posteriormente;
- ❖ O material pode ter sido utilizado em construções de tempos posteriores, como comprovado na reutilização de uma epígrafe dedicada a Endovélico, embutida na parede interior do Santuário da Nossa Senhora da Boa Nova (Terena);
- ❖ A falta de estudo focados na área cronológica ou tipo de sítios em estudo, um pouco por todo o território, evidenciando um número reduzido de sítios deste período e tipo escavados quase na sua íntegra;
- ❖ A destruição de vários sítios arqueológicos ao longo do tempo, derivada de trabalhos agrícolas e construções ao longo de vários séculos. Estes trabalhos levaram à destruição e até aproveitamento de materiais para as próprias construções, e que ainda hoje se fazem sentir, mesmo com as políticas de acompanhamento de trabalhos arqueológicos.

Separando o material pela área dos concelhos, e não nos focando no polo de São Miguel da Mota, há uma maior intensidade de material epigráfico nas áreas envolventes aos concelhos de Évora e Beja. No litoral há uma menor intensidade do material em estudo, podendo dever-se aos fatores apresentados anteriormente. Há também uma grande variedade de material epigráfico pela área em estudo, variando principalmente entre figuras divinas indígenas, greco-latinas e orientais.

Tratando o tema por localidades, podemos ter um vislumbre da dispersão do material pelo território atual. Assistimos a uma grande área pontuada por vários pontos quase individualizados, pelo menos, através do que se conhece até ao momento (GRÁFICO 2; ver gráfico 1 no anexo I).

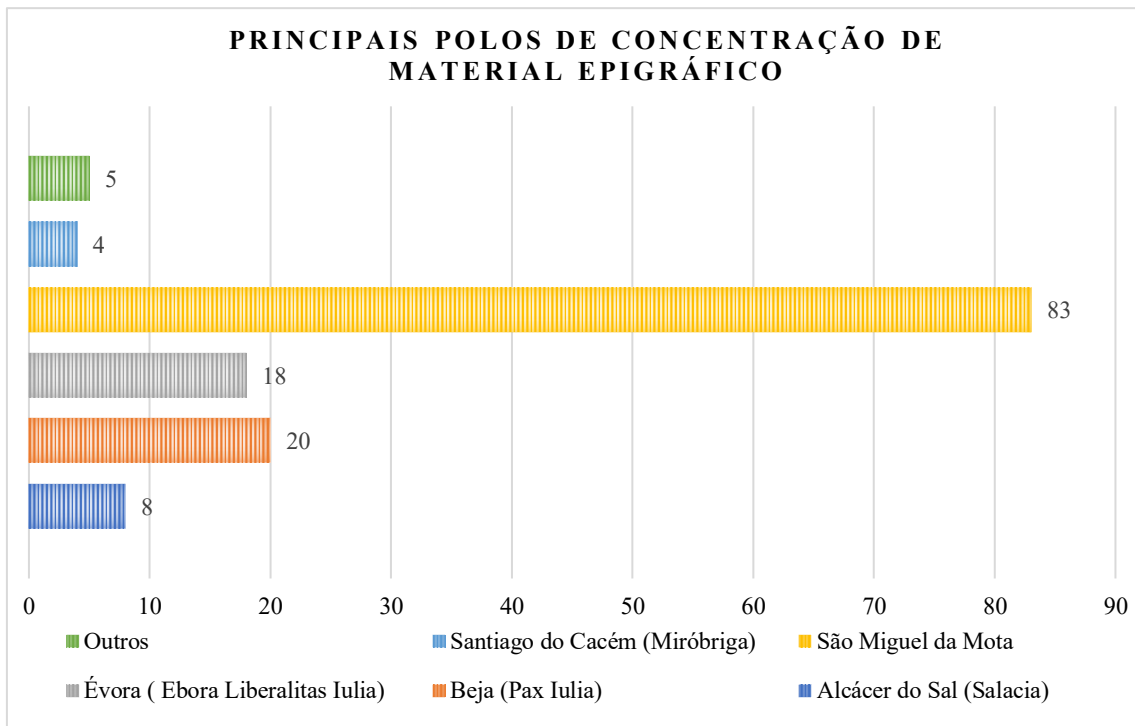


Gráfico 2: Polos de concentração do material epigráfico, dividido pelas áreas administrativas.

Há também uma grande variedade de material epigráfico pela área em estudo, variando, como já é possível confirmar, entre divindades indígenas, greco-latinas e orientais (Gráfico 3).

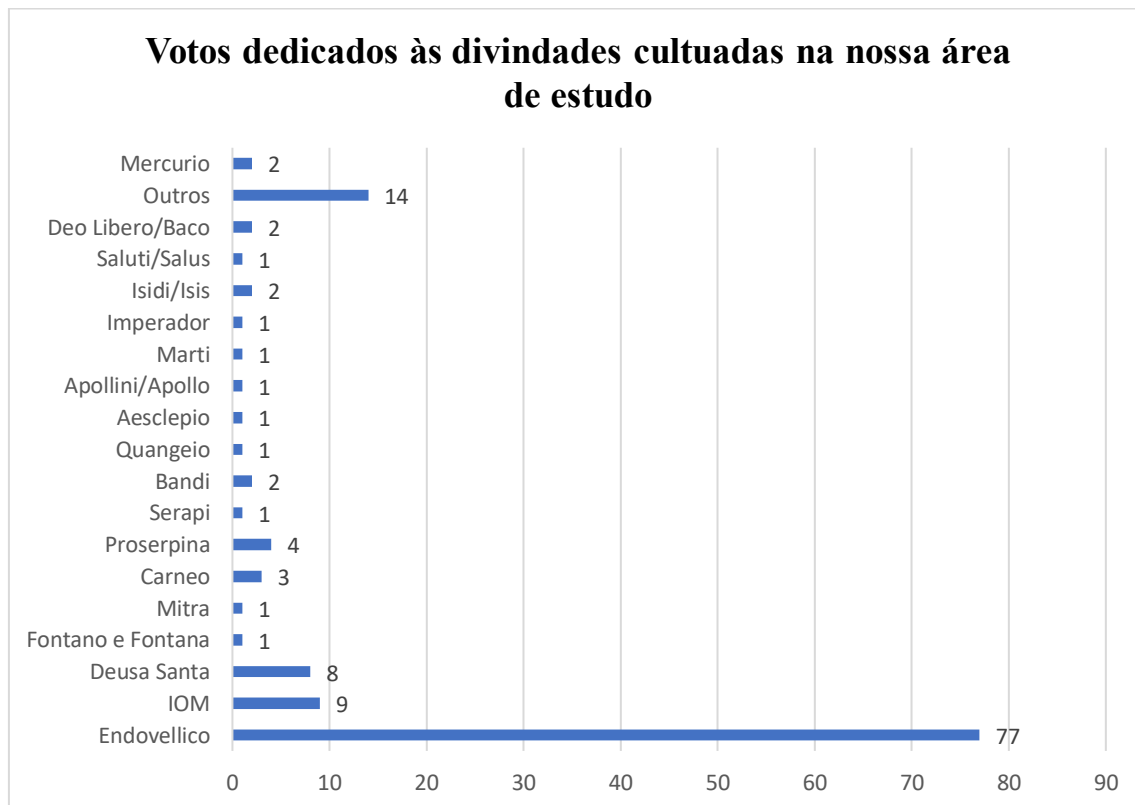


Gráfico 3: Divindades cultuadas na nossa área de estudo e respetiva densidade do material epigráfico.

Podemos então estabelecer a diferença entre os espaços rurais e os espaços urbanos. Consideramos que existem dezassete locais de culto situados em meio rural, e apenas quatro em meio urbano. Esta conclusão partiu do número de epígrafes encontrado em cada contexto, cento e duas encontradas em meio rural – incluindo o grande pólo de São Miguel da Mota – para apenas vinte cinco provenientes de meios urbanos. O único membro ao qual se atribuiu a classificação de Outros foi uma peça cuja proveniência se desconhece por estar integrada numa coleção privada (Gráficos 4A e 4B).

Estes gráficos permitem-nos ter uma leitura sobre a ocupação do território, pois podemos comprovar uma clara preferência pelo meio rural para a implantação de espaços de culto. Contudo, o número de peças em cada ponto é reduzido, como já referido, por múltiplas razões. Em oposição, os espaços urbanos revelam uma maior variedade de divindades concentradas num espaço. Podemos relacionar esta informação com dois fatores: primeiramente, os espaços citadinos são locais de interação entre pessoas, culturas e modos de vida; e em segundo lugar, no caso dos espaços rurais poderia tratar-se de centros de peregrinação, também concentrando pessoas de várias origens.

No Litoral encontramos 11 peças no total. Começamos pela epigrafia referente a *Salacia*, com um total de sete peças; cinco é possível constatar a quem os dedicantes pretendiam ofertar as peças. Duas são dedicadas a Júpiter Ótimo Máximo (IOM), uma possivelmente ao Imperador Cesar Augusto e uma a Ísis. Da área envolvente à *urbs* encontramos uma epígrafe dedicada a Bandi. Podemos evidenciar a clara natureza

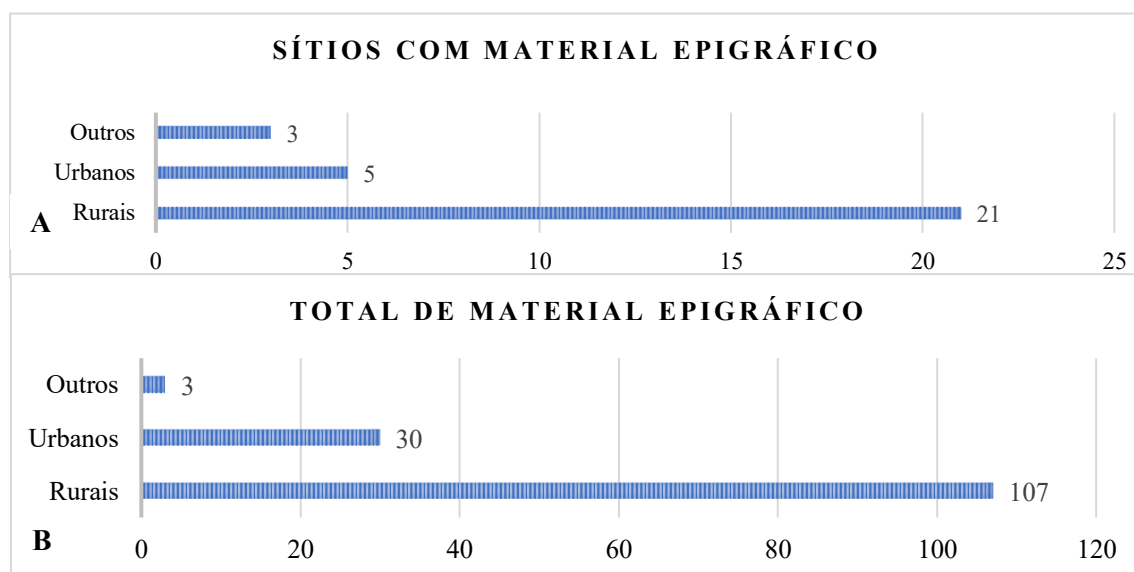


Gráfico 4A e 4B:

- A) Sítios com material epigráfico e a sua respetiva dispersão pelo meio;
- B) Material epigráfico e a sua respetiva dispersão pelo meio.

cosmopolita da cidade em questão, que concentra em si divindades de diferentes origens e naturezas, numa região com fortes influências orientalizantes, mas também com a ocupação da cidade em período romano. Por outro lado, a elevada circulação de povos registada na região levanta várias questões sobre as suas respetivas práticas religiosas. Um dos casos a mencionar que pode comprovar este tipo de ocupação, está preservado dentro do castelo, com um possível altar sacrificial da Idade do Ferro (Ribeiro, 2006, pp. 239-258; Guerra, 2007, pp. 335-339). Com a contínua ocupação do espaço e o hibridismo entre o que já existe com o que chega, assistimos a uma intensificação na rede de ocupação deste território. Há um melhor aproveitamento dos recursos naturais, como no caso da pesca para a produção de preparados de peixe, ou na própria navegabilidade do rio. Deste modo, em período romano, há uma continuação na ocupação do espaço administrativo da *civitas* de *Salacia*, com manifestações votivas principalmente dentro do aglomerado urbano, como é possível verificar através do gráfico 2 presente no Anexo I. No que toca a *Mirobriga*, documentamos apenas quatro epígrafes. Este número reduzido de peças pode dever-se aos fatores apresentados anteriormente. Contudo, apesar de poucas em quantidade, são peças com bom estado de conservação, com bastante informação possível de se retirar. São dedicadas a três divindades diferentes: uma a Marte Augusto e uma segunda a Marte; outra a Asclépio, e uma última a Proserpina. No que se refere à primeira podemos estabelecer relação com a figura do Imperador, dada a presença do *nomen* Augusto associado ao deus. É uma peça que apresenta também o dedicante, um *augustal* que mandou dedicar uma estátua ao deus (Encarnação, 2008, pp. 39-41). A segunda podemos apenas supor que tratar-se-á de uma cópia feita de uma original, pois o documento epigráfico original perdeu-se no tempo e no espaço. Contudo não deixa de ser uma peça de elevado interesse, por manter legíveis o nome da divindade ao qual a peça é dedicada, o nome do dedicante e quem pretende horar com o monumento (Encarnação, 1984). A terceira, dedicada a Asclépio, também apresenta relação entre a divindade e o dedicante. A divindade da medicina é então alvo de uma dedicatória por parte de um médico, que, por sua vez, se identifica com *tria nomina*. A última é a que tem menos informação. Contudo, podemos supor que tratar-se-ia de um dedicante indígena à divindade latina. Mais uma vez estamos perante um contexto urbano ou periurbano, com bastantes trocas de influências e culturas. Relativamente à cronologia das peças encontradas no litoral, são datáveis, na sua maioria, entre o séc. I e II d.C. (Gráfico 5).

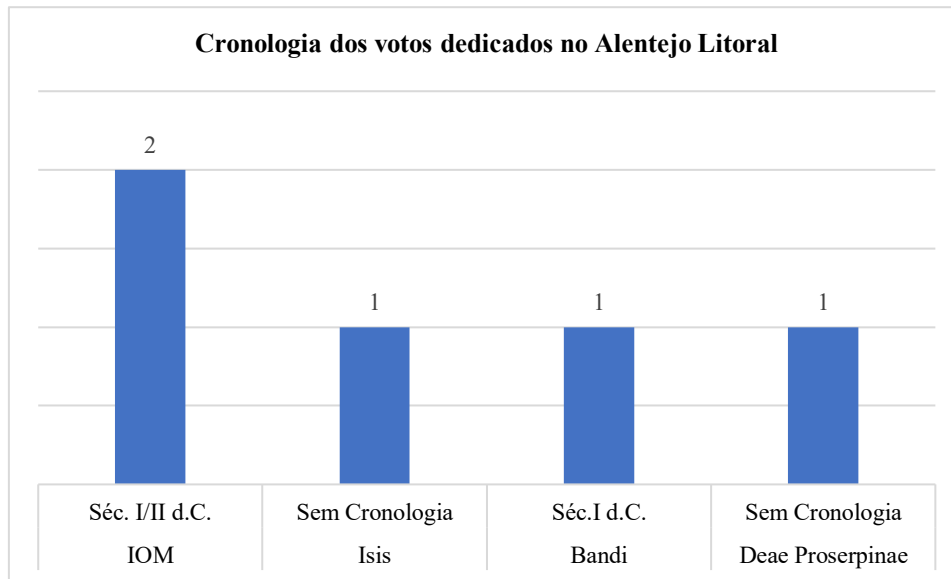


Gráfico 5: Cronologia e Divindades identificadas no Alentejo Litoral.

Na área mais Sul, das 17 peças identificadas, dez foram recolhidas na área urbana de *Pax Iulia*. Uma delas seria dedicada a Ataegina (*Dea Sancta Turubricensi*), enquanto as restantes, dedicadas a deusas santas/boas deusas/deusas mãe poderiam ser dedicadas a uma série de divindades femininas com características semelhantes, agregadas ao panteão romano e de origens distintas – *Ataegina*, Cíbele, Vénus, Fortuna, Prosérpina ou *Bellona*, apesar dos cultos a estas quatro deidades estarem relativamente bem estabelecidos e referenciados na epigrafia regional. Contudo, apenas uma das peças mencionadas é possível de balizar cronologicamente no século II d.C. (Encarnação, 2008, pp. 223-224; Teixeira, 2014, p.185). Outro deus registado neste contexto foi o deus Sol, um possível voto a Mitra, também datável do século II d.C. e de carácter orientalizante. Registamos um voto dedicado a uma divindade oriental, desta vez a Serápis, e uma dedicatória a Ísis, ambas cuja cronologia não foi possível de identificar. Adicionamos a estas epígrafes um voto dedicado ao imperador, como forma de agradecimento. Tendo em consideração a grande variedade no que toca à natureza das divindades cultuadas, podemos pressupor que tratar-se-ia de um espaço cosmopolita, capaz de relacionar várias realidades e cultos. Das peças encontradas em contexto urbano, referir ainda a disparidade nos dedicantes. Registamos um flâmine (membro de uma classe sacerdotal), uma *liberta* (um escravo que ganhou a sua liberdade) e um escravo (entre outros dedicantes que não apresentam informação suficiente). Notamos a elevada incidência de cultos orientalizantes e latinos, com pouca presença de votos

dedicados a divindades indígenas. Podemos associar esta realidade ao facto de estarmos perante uma *civitas* com estatuto de colónia. Sem ser as possíveis dedicatórias a *Ataegina* – que também, como já mencionado, podiam ser dedicadas a *Cibele* –, presenciamos também Mitra e Serápio. O culto a estas divindades poderá ter ascendido pelo Guadiana. Por outro lado, encontramos um forte culto imperial, numa cidade com estatuto de *colonia*, com uma estrutura religiosa que se foi adaptando gradualmente (Lopes, 2003). Na restante região, foram identificadas 7 peças: quatro delas provenientes do atual território de Serpa; duas de Ferreira do Alentejo; e uma de Moura. A variedade das divindades também é notória, evidenciando-se duas epígrafes

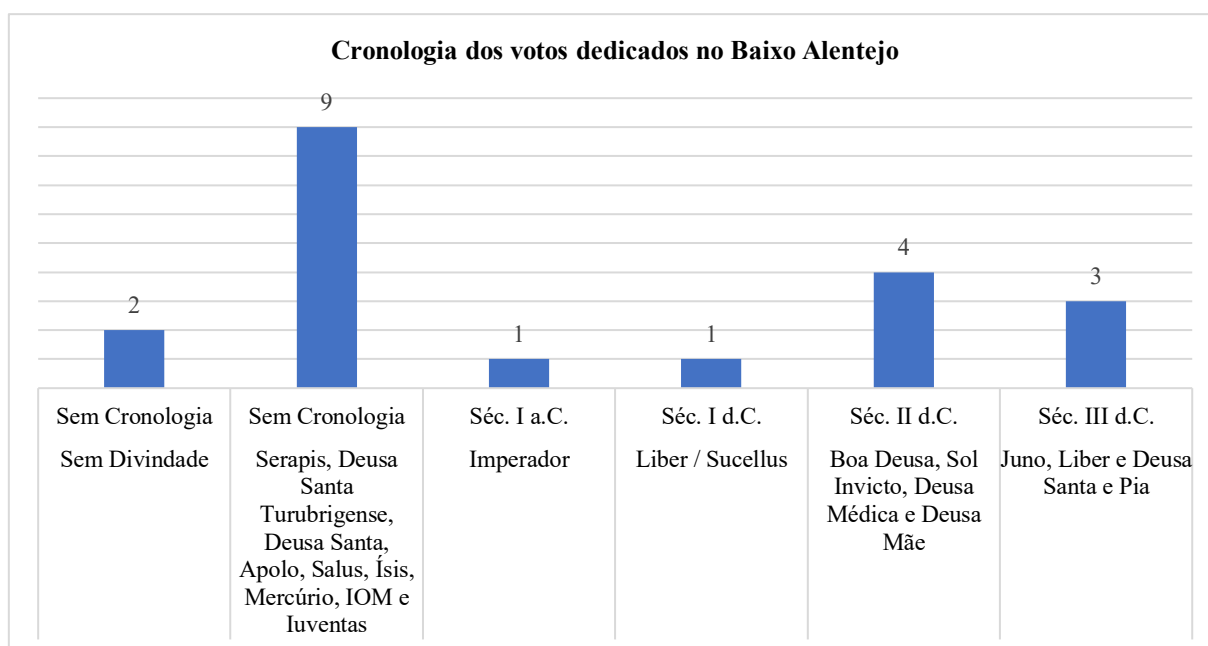


Gráfico 6: Cronologia e Divindades identificadas no Baixo Alentejo.

dedicadas a Liber, uma a IOM e outra a Mercúrio; uma a Deusa Médica (*Ataegina* ou Minerva) e outra a Deusa Santa e Pia; e uma cuja divindade se desconhece. Das peças identificadas em toda a região, apenas uma aponta para o século I a.C., e outra para o século I d.C.; três para o século II d.C.; e mais duas para o século III d.C.. A cronologia das restantes epígrafes recolhidas não foi possível de identificar (Gráfico 6; ver Gráfico 3 no Anexo I) (Encarnação, 1984; Teixeira, 2014).

Na região mais Norte, encontramos uma realidade muito rica no que toca à multitudine de material epigráfico registado. Das 16 peças registadas em toda a região, cinco delas são provenientes do meio urbano – da *civitas* de *Ebora Liberalitas Iulia* –, as restantes de ambiente periurbano ou rural. Das epígrafes recolhidas na área da *urbs*, apenas uma pode apresentar a divindade ao qual o voto é dedicado: *Sanctus Runesus Caesius*

(Gráfico 7). Contudo, pouco se sabe sobre a sua natureza ou origem, especulando-se tratar-se de uma divindade indígena de menor destaque. Registamos mais uma, que, apesar de estar registada como sendo de Évora, não se conhece a sua proveniência exata. O restante termo de Évora revela mais informação. Para além do grande foco de

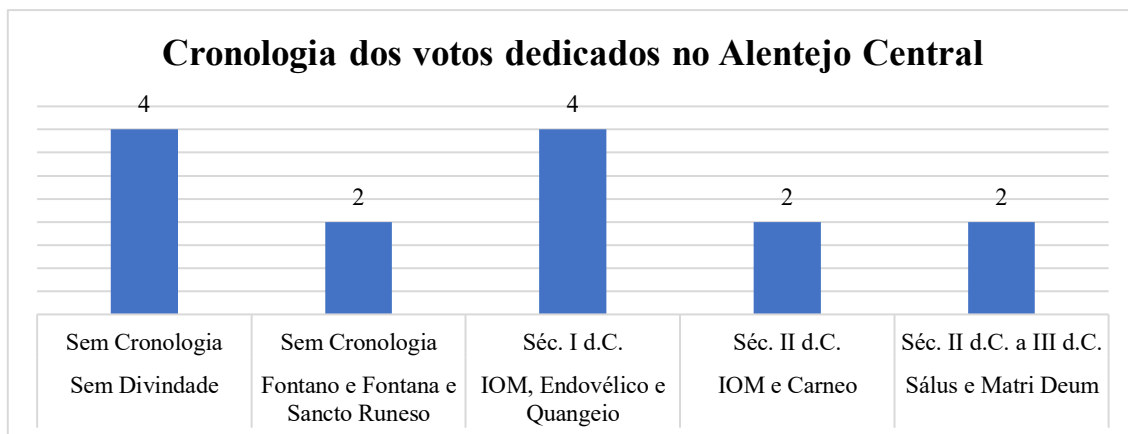


Gráfico 7: Cronologia e Divindades identificadas no Alentejo Central.

São Miguel da Mota, já tratado anteriormente, encontramos o que podemos considerar outro pequeno núcleo, em Santana do Campo, com a divindade *Carneo*. Evidenciamos três epígrafes claramente dedicadas ao deus, que podem até fazer menção a um povo ou comunidade, *Calanta/Calanticensis*. Contudo, enfrentamos várias problemáticas em relação a esta divindade. Primeiramente, as peças encontram-se embutidas nas paredes da atual igreja matriz, não havendo possibilidade de “revisitar” as inscrições. Em seguida, a própria identidade que a divindade assume. Desconhece-se a possível realidade indígena que seria *Calantica*, bem como a natureza do/dos locais de culto que esta divindade teria. Encontramos vários registos e vestígios quase em disposição linear que fazem referência quer a *Carneo*, quer a *Calantica*, podendo ser analisado de várias perspetivas: podemos estar perante uma comunidade pré-romana transumante (considerando a natureza da divindade cultuada – e cujas manifestações simbólicas/religiosas poderiam dar-se em vários locais de importância para essa mesma comunidade, sendo o templo romano uma fixação dessa mesma movimentação; podemos estar também perante a área de influência do próprio local de culto, que leva à fixação de vários aglomerados populacionais e espaços de circulação nas áreas envolventes ao templo. Através da cartografia realizada podemos constatar uma elevada fixação de espaços habitacionais de período romano nas imediações de Santana do Campo (Carneiro, 2013, pp. 237-244). Para além destes dois importantes pólos, evidenciamos também várias manifestações, também de grande interesse, mas que se revelam, até ao momento, mais pontuais (algo que apenas investigações futuras nos

respetivos sítios poderão alterar). Possivelmente uma epígrafe dedicada a IOM, revelando uma “tendência” mais itálica, não se conhecendo, porém, a origem concreta desta peça. Contudo podemos constatar uma carência no tipo de epígrafes registadas na área urbana de Évora. Enquanto o meio rural é bastante rico, principalmente em deidades indígenas como Endovélico e *Carneo*, o meio urbano carece de material epigráfico votivo de relevância, por assim dizer. Para além das epígrafes de IOM, destaca-se uma epígrafe dedicada aos Lares, outra a uma figura santa, uma placa zoomórfica em bronze cuja dedicatória é reduzida e pouco explícita, e outra epígrafe referente ao corpo sacerdotal dos flâmines. As restantes contêm pouca informação possível para análise (Ver Gráfico 4 no Anexo I) (Encarnação, 1984; Encarnação, 2008; Teixeira, 2014).

Em contraste, encontramos vários focos de práticas religiosas em meio rural – na sua maioria e como já referido, uma maior tendência para divindades indígenas. Encontramos pela paisagem cultos domésticos. A par destes, temos locais que, possivelmente, seriam dedicados puramente a práticas religiosas, como são os casos de São Miguel da Mota e Santana do Campo.

No que diz respeito aos dedicantes, apenas 24 epígrafes não apresentam ofertante, ou este encontra-se ilegível. Apuramos que 43 apresentavam três nomes ou o que restava deles, enquanto 36 apresentavam um ou dois nomes. Apenas nove seriam libertos, oito escravos e seis indígenas (Gráfico 8).

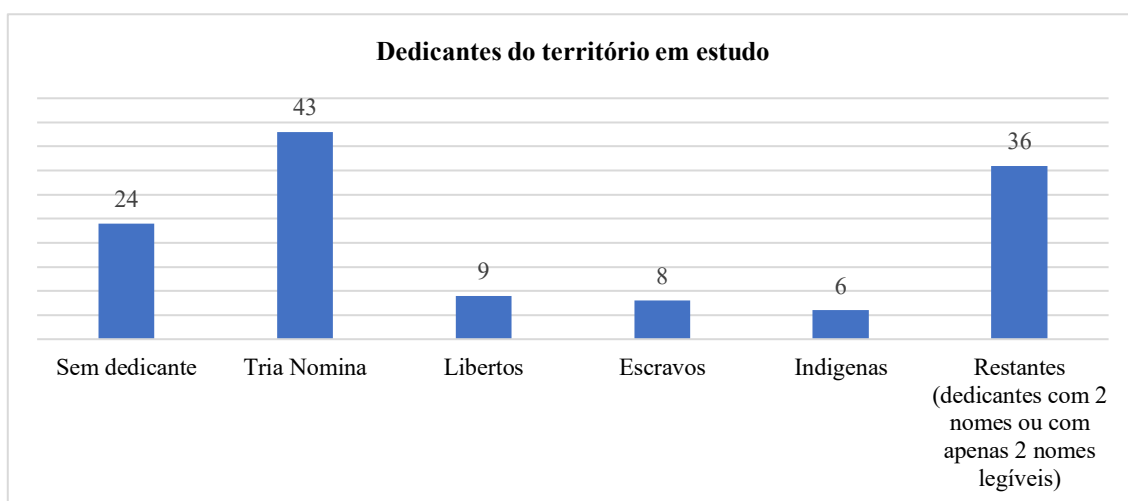


Gráfico 8: Diferentes tipos de dedicantes e respetiva quantidade de peças identificadas.

Há uma grande diversidade de divindades cultuadas no nosso território. Tendo em conta a localização das peças, constatamos que as divindades de origens

orientais predominam perto das grandes linhas de água – principalmente nas áreas envolventes do Sado e do Guadiana – e da costa, como é o caso das epígrafes encontradas em Alcácer do Sal, Tróia e Beja. Em contraste, o meio rural é predominantemente indígena, com algum ponteadado itálico, apresentando como exemplo o caso de Fontano e Fontana, e em contraste *Carneo* e Endovélico. Já o meio urbano configura-se maioritariamente itálico.

Muitas são as peças cuja datação é difícil ou impossível de identificar, pois têm pouca informação preservada, as epígrafes encontram-se muito fragmentadas ou simplesmente não tem elementos identificadores do período cronológico em que foram escritas e trabalhadas. Das 128 peças a estudar, 95 não foram possíveis de enquadrar cronologicamente. Podemos constatar que há uma maior percentagem que se enquadra dentro do século I d.C. – devendo-se muito ao Santuário de São Miguel da Mota –, voltando a ter um aumento no século II d.C. (Gráfico 9).

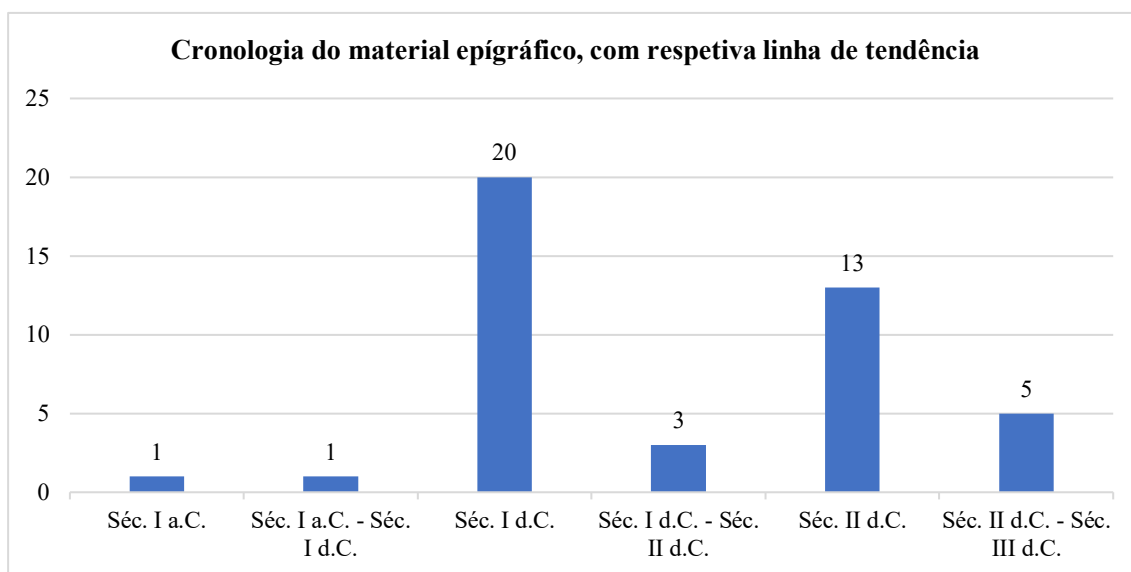


Gráfico 9: Cronologia do material epigráfico recolhido e respetiva cronologia, das peças possíveis de datar.

Contudo, podemos relacionar esta predominância de material epigráfico a partir do século I d.C., com a proliferação desta tendência entre os séculos I e III d.C. Comparando gráficos, também podemos assumir que esta tendência se espalhou facilmente, não se focando somente nos núcleos urbanos.

A respeito das bases no qual as epígrafes se encontram gravadas, há uma clara preferência pelo suporte lítico, sendo possível de observar uma grande variedade de pedras trabalhadas, nomeadamente: mármore – de vários tipos e cores –, granito – igualmente com diversas colorações – e calcários. Em minoria, também registamos

a presença de epígrafes numa cerâmica estampada (*Opus figlina*) e numa placa de Bronze (Gráfico 10).

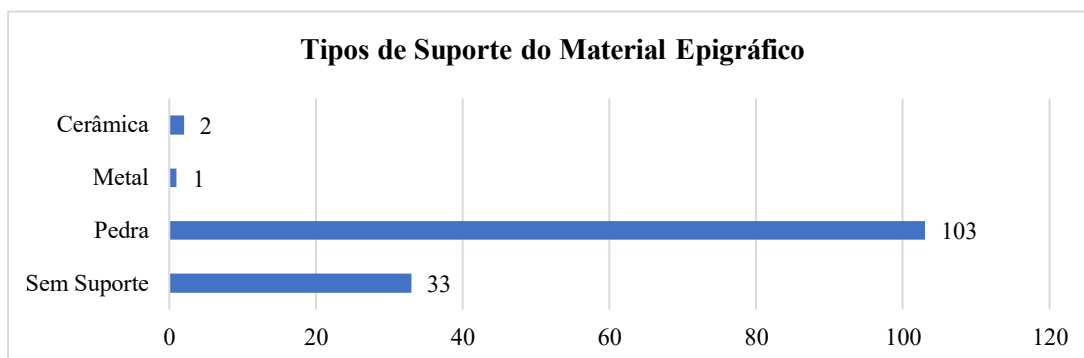


Gráfico 10: Tipos de material de suporte para as epígrafes recolhidas na nossa área de estudo.

Relativamente aos tipos de pedra usados em concreto, abunda claramente o Mármore Branco, com manifestações em menor número dos restantes tipos de mármore, como o Ruivina Clara, o Cinzento, o Branco-amarelado e o Róseo.

10. Dispersão de Estatuária

Em adição ao material epigráfico estudado, trataram-se também 100 peças de estatuária no total, fossem estátuas completas, fossem fragmentos cuja tipologia e contexto se podiam enquadrar no estudo.

Em termos quantitativos, temos uma grande dispersão de materiais pelo nosso território. Na administração atual, uma grande percentagem dos materiais encontrados pertence a Évora (76%), e em percentagens menores Beja (14%), Mértola (3%), Santiago do Cacém (3%) e Alcácer do Sal (1%), e ainda outros (3%) que não se conhece a localização ou fazem parte de coleções privadas (Gráfico 11).

Estatuária na Administração Atual

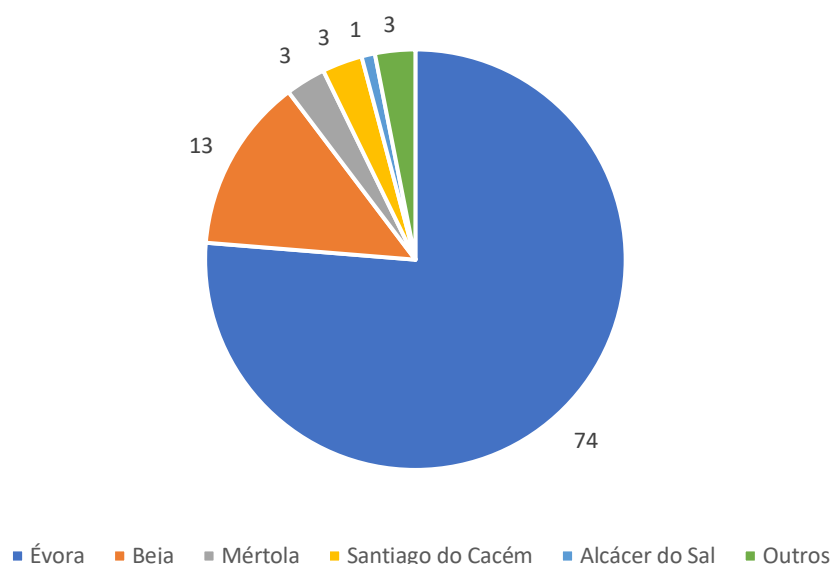


Gráfico 11: Dispersão do material estatuário pela administração atual.

No tocante à administração antiga, dividiu-se entre as áreas de *civitas* e o seu respetivo mundo rural (quando tivemos esse tipo de dados) (Gráfico 12):

Évora ou *Ebora Liberalitas Iulia*, 10% das peças provêm somente da cidade, 5% de *villae*, e 61% do santuário de Endovéllico de São Miguel da Mota;

No caso de Beja, há uma paridade na percentagem na dispersão de peças, onde 7% provêm da cidade de *Pax Iulia*, e outros 7% provêm de *villae*;

Por fim, com menos expressão na área em estudo, *Myrtilis* e Miróbriga apresentam apenas 3% cada, e *Salacia* 1%. Os restantes 3% pertencem a peças cuja proveniência se desconhece ou que provêm de coleções privadas.

Estatuária na Administração Antiga

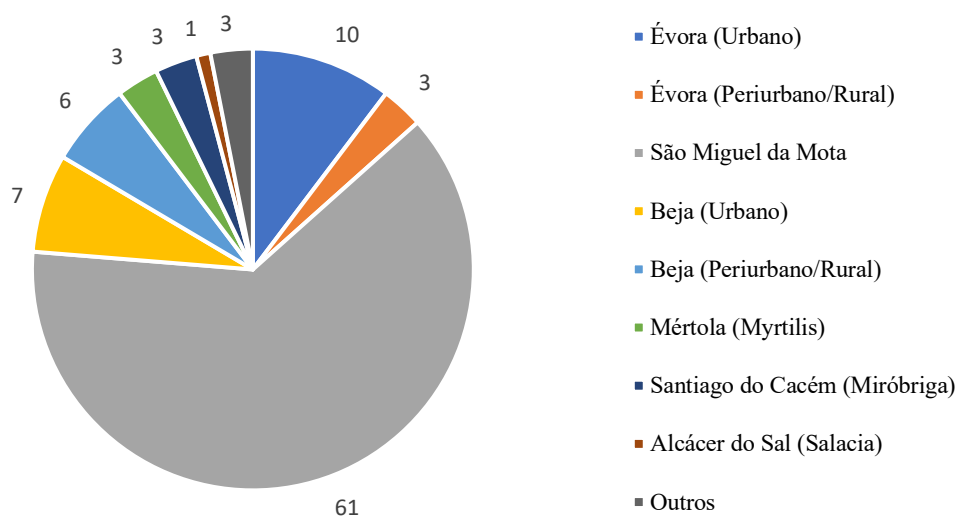


Gráfico 12: Dispersão do material estatutário pela administração antiga.

Assim sendo, é seguro constatar que, no que toca aos contextos, temos 13 sítios ou espaços rurais, para apenas 5 urbanos. Em número de peças, isso traduz-se em 73 peças em meio rural, para 24 encontradas em meio urbano. Relativamente à cronologia das peças, apenas 20 não possibilitaram a atribuição de um período em concreto (Gráfico 13A e 13B).

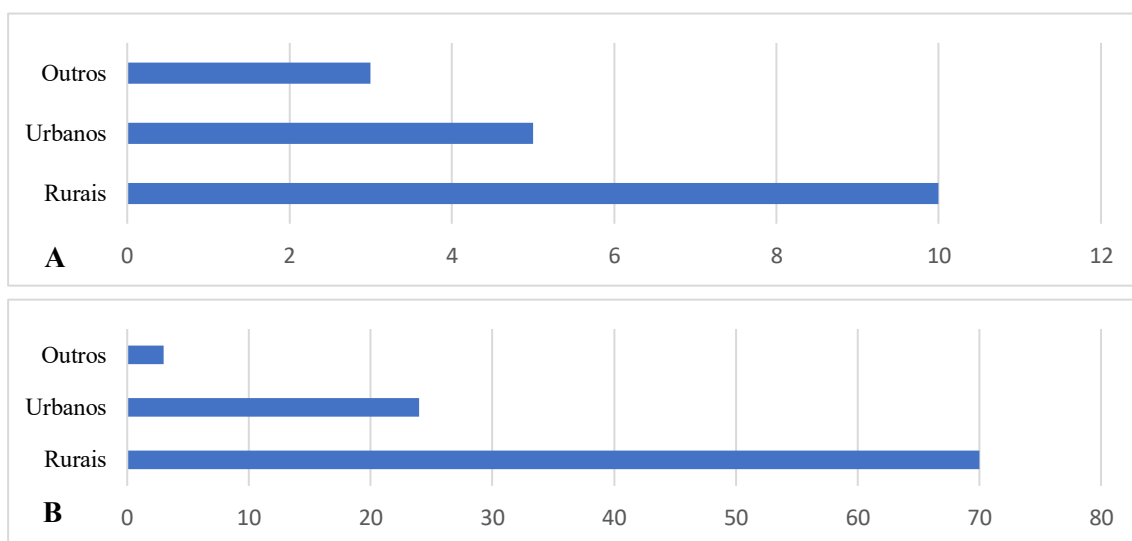


Gráfico 13A e 13 B:

- A) Sítios com estatua e a sua respetiva dispersão pelo meio;
- B) Estatua e a sua respetiva dispersão pelo meio.

Por fim, várias são as divindades, símbolos e imagens representadas na estatuária romana, no nosso território. Como é possível observar no gráfico, muitas são as que não apresentam um divindade em concreto (70), mas cujo contexto nos levou a incluí-las no estudo. Assim sendo, em maior número temos as representações de *Endovellicus* (9), e variando entre 1 ou 2 elementos/peças o resto das representações distribuiu-se do seguinte modo: Asclépio (2/3), Vénus (2/3), Afrodite (2/3), Baco (2/3), Dioniso (2/3), Eros (2), Ménadas (1), Sátiros (1), Fontano e Fontana (1), Ísis (1), Mitra (1), Hércules (1), *Tyche*/Fortuna/Cíbele/Magna Mater (1), Esfinge (1) e Harpocrate (1) (Gráfico 14).

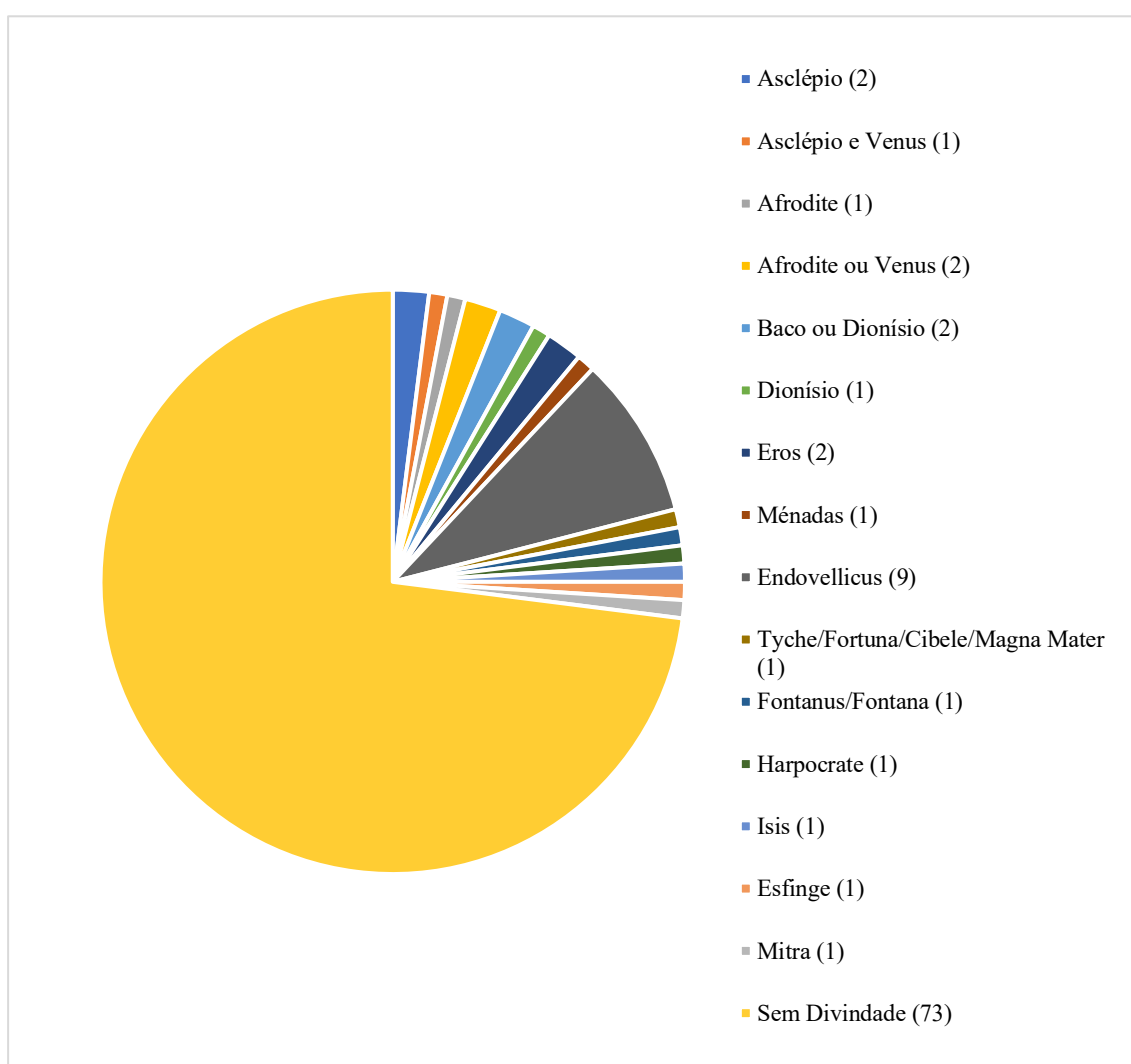


Gráfico 14: Divindades representadas na estatuária recolhida na nossa área de estudo.

11. Outros sítios

Incluimos neste capítulo alguns sítios que, apesar de considerarmos de carácter religioso ou ritual, não incorporam na sua materialidade os nossos objetos de estudo. Contudo, são sítios dignos de serem mencionados, pois a religiosidade em período romano não se resumia à doação ou dedicação de epígrafes. Como podemos comprovar com a análise dos materiais já apresentada, vários são os suportes das epígrafes, mostrando que muitos poderiam ser os objetos ofertados às divindades no mundo antigo.

Primeiramente é necessário sublinhar mais uma vez a importância dos materiais dedicados aos deuses e deusas. Estas “oferendas” são o registo material de uma transação entre o deus e o indivíduo, entre o mundano e o sagrado, entre o nosso mundo, e o mundo dos sentidos, dos deuses. São então o vestígio material de uma transação simbólica.

Quer na duração do Período Romano, quer noutros períodos, comunidades e povos, conhecem-se múltiplos materiais dedicados a divindades. Este tipo de informação chega até aos nossos dias através de textos antigos, congelados no tempo em alguns sítios e contextos arqueológicos, ou até mesmo possíveis de identificar através de análises mais específicas, em casos em que seja possível de recuperar ou identificar esse tipo de vestígios.

A comida, a bebida, incensos, plantas, cheiros e ceras seriam alguns dos materiais mais perecíveis, difíceis de perdurarem até aos nossos dias, mas que o registo escrito preservou. Muita da cerâmica encontrada em sítios de contexto votivo ou religioso poderia ser dedicada juntamente com comida aos deuses ou até mesmo aos antepassados. Podemos mencionar o Depósito Votivo de Garvão ou o conjunto de Neves-Corvo, apesar de se focar num espectro cronológico anterior aquele em estudo. Contudo, as tipologias de cerâmica indicam uma enorme variação de funcionalidades, desde queimadores (para os ditos incensos), pratos e taças. Alguns destes ainda apresentam resíduos possíveis de analisar (Richert, 2012).

Ainda relativo às cerâmicas, para além das tipologias já referidas, podemos refletir também noutras, como, nomeadamente, as lucernas ou os copos. Grandes são as coleções encontradas em contextos tidos como religiosos, quer no nosso território no caso das lucernas, quer pela Europa, no caso dos copos (Calado, 2012; Santos, 2019).

No nosso território, Santa Bárbara dos Padrões é um dos melhores exemplos da presença acentuada de um tipo de material cerâmico num só sítio, classificado como espaço votivo. Dos milhares de lucernas recolhidas, várias apresentam a iconografia simbólica ou religiosa, com representações de vários deuses, ou que indiretamente lhes fazem referência, através de figuras, imagens ou símbolos relacionados. De Taránis (deus Celta) a Júpiter (deus latino); de Cíbele, Ísis, Serápis, até referências a Anúbis e Harpócrates (divindades claramente orientais), a Vitória, Diana, Luna e Dionísio, até ao Deus Sol (seja Sol Invicto ou Mitra) vasto é o leque de votos e oferendas a várias divindades, dependendo do culto de cada um, ou do objetivo de cada oferenda (Calado, 2012).

De acordo com Calado (2012, pp.132-135), o espaço seria “(...) dedicado aos deuses alexandrinos (...). Tratar-se-ia de uma Santuário dentro do que seria o espaço citadino de *Arandis*, e cujo espectro religioso teria como foco cultos orientais. No entanto, esta devoção aos cultos de origem egípcia “(...) não resultou, no entanto, no completo abandono pelos *Aranditani* de certas práticas rituais tipicamente celtas, como a deposição na *favissa*, junto das lucernas votivas, dos restos de banquetes rituais, ou o acto de quebrar objectos votivos, já numa época tardia.”. Segundo Calado (2012, p. 132), o santuário seria composto pelo recinto principal, um templo de planta e tipologia romana, mas com espaços afetos às práticas religiosas das diferentes divindades orientais: elementos decorativos como esfinges; iconografia referente a práticas e paisagens egípcias; capelas afetas a Harpócrates e Anúbis; entre outros elementos. Ao mesmo tempo, abarcaria, à semelhança de Garvão, um depósito votivo para armazenar o material ofertado aos deuses, neste caso em específico, as lucernas. É nesta coleção composta por centenas de lucernas que evidenciamos uma continuidade das práticas autóctones, ou como o autor refere, “celtas”, voltando a mencionar a grande variedade de divindades registada no local, através da iconografia (Calado, 2012, pp. 32-75).

Relativamente à estatuária, é uma realidade que se reflete um pouco por toda a Europa. A prática de ofertar estatuária a figuras divinas é antiga, muito anterior ao nosso caso em estudo. Contudo, para cronologias mais próximas da que presentemente tratamos, podemos apresentar, em tom de exemplo, as pequenas estatuetas em bronze e ferro da proto-história, possíveis de observar um pouco por todo o nosso território, ou até mesmo o depositar de numismas.

Por outro lado, tratamos de ofertas mais estáticas, como as que apresentamos, destinadas a decorar os espaços de culto como as grandes peças de estatuária, ou para

servir de referência direta a um culto, como os votos ofertados aos deuses, para representar os sofredores aos quais os votos se destinam, mas também representações paralelas das divindades. Aqui voltamos a referir o Santuário de Endovélico, com, novamente, uma grande coleção de peças de estatuária referentes à divindade, sejam elas reproduções do deus, ou representações de ofertantes ou ofertas.

Estes tipos de material revelam, em muitos contextos, coexistirem no mesmo espaço, tratando-se de dádivas de diferentes tamanhos, formas e características, dependendo do que o dedicante pretendia receber em troca, dos recursos que tinha para ofertar, entre outros fatores.

Por toda a Europa replicam-se casos semelhantes, como revelam as recentes escavações do santuário balnear na Toscana, Itália (Bagno Grande di San Casciano dei Bagni) (Mariotti & Tabolli, 2021; Paolucci & *alii*, 2023). Registaram-se vários votos ofertados, incluindo numismas, estatuetas completas, bustos e partes do corpo, para a cura de maleitas, dado o caráter terapêutico e medicinal daquelas águas. Exemplo que se volta a evidenciar em Inglaterra, com o complexo termal de Bath (*Aquae Sulis*), também reconhecido pelas suas características curativas. Daqui, também o material recolhido foi bastante diversificado, desde aras votivas e funerárias, a estatuária (Gerrard, 2007; Daetwyler, 2013).

Esta prática prolonga-se no tempo, existindo ainda atualmente a prática de presentear o divino (seja este um corpo uno, seja uma multitude de corpos deíficos), podendo dar como exemplos a igreja matriz de Santana do Campo (antigo tempo a Carneio) e o santuário de Nossa Senhora de Aires (também este sobre um sítio romano) (ver anexo II, figura 16) (Rivara, 1983; Galamba, 2011; Rocha & *alii*, 2013; Carneiro, 2017).

Podemos referir o caso de Rocha da Mina, santuário rupestre indígena também este afeto a Endovélico, como referido ao longo da presente dissertação, podendo tratar-se do espaço primário ao culto do deus, ainda durante a proto-história. Contudo, apesar do sítio estar a ser intervencionado de forma contínua desde 2011, pouco se conhece sobre o contexto por ausência de publicações (Calado, 1995; Mataloto & Roque, 2013). Outros santuários dispersos pelo nosso território, enquadráveis na Idade do Ferro, também podem ser aqui referidos, como os do Complexo de Neves I, Castro Marim, Espinhaço do Cão, ou até mesmo Abul A (Gomes, 2018).

12. Considerações finais

Podemos tecer algumas conclusões e pontos de reflexão sobre possíveis tendências de implantação dos locais de culto, bem como o modo como se ocupavam estes espaços, quem eram os dedicantes e que divindades cultuavam, e quanto tempo dura a prática de dedicar peças aos deuses.

Para além da informação recolhida, existem evidentemente vários constrangimentos a um estudo deste tipo, que não podemos deixar de realçar:

- 1) Localização. Como referidas múltiplas vezes ao longo do estudo, a informação compilada apresenta diferentes tipos de fiabilidade pois, nalguns casos, sabemos onde a peça foi encontrada, com localização precisa. Noutros, a informação dada é muito escassa, sendo noticiada ou referida de forma muito vaga, em levantamentos ou publicações antigas;
- 2) Contexto. A maior parte dos sítios ou teve escavações antigas (não sabemos, por isso, os contextos arqueológicos exatos de muitas das peças, nem a sua localização atual), ou teve trabalhos recentes, mas a informação pode não estar integralmente publicada, ou resulta de recolhas avulsas;
- 3) Estatística. Em termos gerais, os sítios conhecidos e/ou intervencionados enquadráveis na tipologia deste estudo são estatisticamente residuais face ao número total de sítios romanos conhecidos nesta área. Isto pode significar, em última análise, que poderemos ter inúmeros sítios com pequenos templos, altares de cariz mais familiar e doméstico, ou outras situações que não foram previamente estudadas e que podem vir, num futuro próximo, a alterar os dados aqui apresentados.

Invocamos duas realidades distintas: uma, claramente votiva, onde se apela através de um nome uma figura que assume características divinas – as epígrafes –; e outra, que apesar da estética, está dotada de simbolismo – a estatuária. Realidades distintas, que por vezes partilham os mesmos espaços: cidades e templos/santuários, por exemplo.

Constatou-se, como supramencionado, uma tendência para locais com boa visibilidade sobre a área envolvente, no topo de cerros pronunciados ou de pequenas colinas, ou até mesmo em pequenas elevações que se erguem numa paisagem plana.

A presença deste tipo de sítios perto de linhas de água também é notória, permitindo estabelecer uma relação entre práticas e cultos religiosos, e a água, ainda usada na atualidade em várias crenças, como forma de limpeza e purificação. Refletindo sobre a cartografia realizada, observamos que quase na sua totalidade os locais de culto

encontram-se associados a linhas de água, distando, como já mencionado, poucos quilómetros das mesmas. Podemos ler esta associação por motivos práticos – ou seja, a necessidade de qualquer tipo de implantação necessitar de água para qualquer tipo de prática – ou por motivos religiosos, em que a água tem uma conotação simbólica em inúmeras religiões por todo o Mediterrâneo, Europa ou até Mundo.

No que ao povoamento florestal diz respeito, registamos algumas divindades – ou sincretismos entre divindades autóctones com divindades latinas – que podem estar associados a cobertos vegetais existentes em período clássico, como é o caso de Silvano ou Cibele.

Quanto à litologia da nossa área de estudo, foi-nos possível relacionar – juntamente com a bibliografia consultada – as bases do material epigráfico com as matérias-primas. A grande maioria das peças em estudo têm como base mármore provenientes da Zona Ossa-Morena. Peças adicionais como aquelas feitas em metais podem ter a sua matéria-prima proveniente de centros de extração mineira como Aljustrel ou as Minas de São Domingos, e aquelas em cerâmica cabe visitar as peças para entender a sua proveniência (Cardoso, Guerra & Fabião, 2011; Moreira, 2022).

Abordando o material estatuário, a recolha dos dados permitiu perceber que, na sua maioria, as peças variam entre contextos urbanos, associadas a Templos como no caso de Évora; ou em contextos rurais, como *villae*, como forma de ganhar benefícios dos deuses. Apenas no caso de São Miguel da Mota se confirma a presença de estatuária associada a um espaço de culto não urbano.

Podemos também verificar que há uma certa concentração de pequenos núcleos populacionais em torno de certos locais considerados como de culto. Peças como aquela dedicada a Deusa Santa e Pia em Vila Verde de Ficalho ou mais uma vez as peças de Serpa concentram um elevado número de espaços habitacionais e de necrópole no seu redor.

Dada a intensa investigação na área e o elevado registo de sítios arqueológicos enquadráveis na cronologia romana, podemos retirar algumas conclusões de certas zonas em concreto. Evidenciamos que no extremo Norte da nossa área de estudo, bem como na maioria da faixa Central do Alentejo há uma maior intensidade de ocupação. Os sítios que consideramos ser de carácter habitacional e/ou quotidiano manifestam-se com grande intensidade em torno dos aglomerados populacionais, como podemos observar em torno de Évora ou Beja. Também aqui os sítios marcados como possíveis de algum tipo de voto ou culto são mais significativos que no restante território.

O Sul regista uma grande quantidade de sítios enquadráveis na cronologia, mais dispersa, mas no que aos locais de culto diz respeito, há que aprofundar a investigação em torno da temática, pelo menos no que toca ao período romano. Nesta faixa Sul, excetuando o caso Mértola e de Santa Bárbara dos Padrões com as lucernas, apenas sítios como Cerro de São Pedro das Cabeças (CNS 67), Convento de Corte da Azinha (CNS 29224), Senhora de *Aracelis* (CNS 25239) e Senhora do Amparo (CNS 21753) podem ser lidos como espaços possíveis de efetuar voto, apesar de abarcar uma zona cujos vestígios da Idade do Ferro apontam para uma religiosidade de grande peso, nomeadamente a região de Ourique e Castro Verde (Arruda, 2001; Calado, 2012; Palma, 2012).

Em relação aos núcleos urbanos, estes, na sua maioria, são claros centros culturais e núcleos cosmopolitas, que agregam em si vários tipos de pessoas, culturas e materiais. A divisão por secções permitiu compreender áreas culturais dentro da nossa área de estudo. Com isto, referimo-nos a áreas geográficas contínuas onde há uma matriz sociocultural e uma partilha de elementos em comum. Há uma clara transferência nas áreas culturais, nomeadamente das pré-existentes, para aquelas que espelham o mundo romano. Em período pré-romano, evidenciamos a existência de focos populacionais, e, por sua vez, culturais, de carácter orientalizante, coexistindo com aqueles de natureza indígena. Graduais influências trazem mudanças nas matrizes de ambas as comunidades, originando hibridismos e o surgimento e/ou fusão de novas áreas culturais. O mesmo acontece em período romano, a uma escala maior, em que todo o território fica sobre o controlo de uma única unidade administrativa, que se adapta às realidades territoriais que vai adquirindo.

Conseguimos vislumbrar uma gradual alteração das áreas culturais através da assimilação e fusão de traços culturais, de forma mútua, ao longo de vários séculos. Processo esse anterior à chegada da cultura romana, mas que veio transformar e até acelerar esses processos de assimilação e sincretismo, modificando as áreas culturais pré-existentes.

Nisto, podemos enquadrar certos pontos da nossa cartografia nessas áreas culturais: para além dos já referidos núcleos urbanos, que são pontes nesse processo de fusão e assimilação e de inter-relação entre comunidades e culturas, podemos assumir que o Santuário de São Miguel da Mota seria também um desses espaços. Através da análise do material em estudo, concluímos que muitos dos dedicantes tratar-se-iam de

indivíduos romanos ou indígenas já “romanizados”, dada a presença de vários *tria nomina* inscritos nas peças.

Se aplicarmos um “mapa térmico” que represente a intensidade do material em estudo, podemos constatar o já mencionado anteriormente: para além do grande foco de São Miguel da Mota, os aglomerados urbanos e periurbanos acumulam em si o maior número de expressões simbólicas. Em contraste, o território é pontuado por ocasionais manifestações votivas, sejam elas através da estatuária, como da epigrafia. Apenas Santana do Campo manifesta uma concentração significativa, destacando-se dos restantes espaços rurais.

Em suma, a cartografia criada para o propósito do presente estudo possibilitou uma leitura sobre o modo de implantação dos locais de culto em período romano. Encontramos alguns padrões – como aqueles supramencionados – aquando da escolha dos melhores locais para implantar espaços de religiosidade, para além dos já tratados núcleos urbanos. Os Sistemas de Informação Geográfica permitiram estabelecer uma relação direta entre os materiais e o território. Foi possível relacionar os sítios com os aspetos físicos do território ao qual fazem parte, e, dessa forma, compreender as possíveis tendências de implantação dos locais de culto.

No entanto, como mencionado anteriormente, encontraram-se várias problemáticas aquando da realização do presente estudo. O facto da rede viária ser pouco conhecida no nosso território foi uma das condicionantes. A sua conexão hipotética é traçada tendo em conta lógicas de implantação, apesar de faltarem dados suficientes que corroborem a sua presença. Apenas um estudo intensivo que relacione a temática das vias com a realidade no terreno, como o de Maria Almeida (2017), pode alterar esta tendência.

Além desse carecido conhecimento sobre o sistema viário, também o conhecimento sobre outros locais de culto necessita tornar-se foco de investigação. Há um grande conhecimento sobre certos sítios arqueológicos classificados como locais de culto, como São Miguel da Mota. No entanto, para uma melhor perspetiva sobre a religiosidade em período romano no nosso território, é necessário investigar mais e direccionar a investigação para o conhecimento de outros sítios com esta classificação, ou de onde tenham surgido materiais como os supramencionados.

E por fim, a sistematização no registo de sítios arqueológicos. Grande é a quantidade de tipologias possíveis de enquadrar dentro dos espaços habitacionais, dos espaços de ligados ao mundo dos mortos, ou de outros tipos de sítios arqueológico, muitas dessas denominações referentes ao mesmo à sua tipologia. Há, portanto, uma necessidade de

sistematizar e normatizar o registo dos sítios arqueológicos em Portugal, não só para a cronologia romana, como para outros períodos e áreas de estudo.

Apenas estudos futuros nos poderão confirmar algumas das possibilidades que tentámos explanar no presente estudo, que, mais do que dar resposta à questão base, “Qual o tipo de topografia dos locais de culto existentes no nosso território?”, veio oferecer algumas possíveis leituras, e criar hipóteses e pontos de vistas diferenciados. Para além de tentar entender a perspetiva que as comunidades tinham sobre as divindades, a sociologia e a teologia por trás dos ritos e das crenças, tentou-se compreender modos e tendências de implantação, para que estudos futuros possam debruçar-se e visitar o tema da religiosidade, e possam aí sim trazer algumas respostas para o tema que necessita do seu merecido foco.

13. Bibliografia

ABRANCHES, Paula Barreira; ENCARNAÇÃO, José D'; SANTOS, Heloísa Valente dos (2018) – A ara romana de Vila velha de Mourão. In *Ficheiro Epigráfico (Suplemento de “Conimbriga”)*, Coimbra: Universidade de Coimbra, nº161.

AGUIAR, Carlos; PINTO, Bruno (2007) – Paleo-história e história antiga das florestas de Portugal continental: até à Idade Média. In SILVA, Joaquim Sande (ed.) – *Árvores e florestas de Portugal: floresta e sociedade, uma história comum*. Lisboa: Jornal Público, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Liga para a Proteção da Natureza, pp. 15-53.

ALARCÃO, Jorge (2018) – *A Lusitânia e a Galécia do século II a.C. ao século VI a.C.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

ALCÁNTARA TENA, Francisco de Aís (2017) – Evergetismo y Construcciones Sacras en la Hispania Romana. *Revista anahgramas*, nº7, pp. 1-43.

ALMEIDA, Maria José (2016) – *De Augusta Emerita a Olisipo por Ebora. Uma leitura do território a partir da rede viária*. Tese de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

ALVAR EZQUERRA, Antonio; GIMENO PACUAL, Helena; BALBÍN BUENO, Ricardo de; GONZÁLEZ BLANCO, Irene (2022) – *Ad optime Hispaniae títulos edendum: Emil Hübner and the documentation of the inscriptions of Hispania preserved in Berlin*. In *XVIIe congrès international d'épigraphie grecque et latine (CIEGL)*.

ALVAR, Jaime (2018) – *El culto de Mitra en Hispania*. Madrid: Dykinson, pp. 51-72.

ANTUNES, Ana (2006) – *Rochas Granitoides da Zona de Ossa Morena: magmatismo, geodinâmica e reconstituição geo-histórica*. Dissertação de Mestrado em Ensino da Geologia e Biologia. Aveiro: Universidade de Aveiro.

ARAÚJO, António (2013) – O Varisco do sector Sul de Portugal. In DIAS, Rui, ARAÚJO, António, TERRINHA, Pedro; KULLBERG, José, eds – *Geologia de Portugal, Volume 1 – Geologia Pré-mesozóica de Portugal*. Lisboa: Escolar Editora, pp. 139-144.

ARRUDA, Ana Margarida (2001) – A Idade do Ferro pós-orientalizante no Baixo Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 4, nº2, pp. 207-291.

ARRUDA, Ana Margarida (2005) – Orientalizante e Pós-Orientalizante no Sudoeste Peninsular: Geografias e Cronologias. In *Anejos de AEspA XXXV*, pp. 277-286.

ARRUDA, Ana Margarida (2008) – Fenícios e Púnicos em Portugal: Problemas e Perspetivas. In VITA, Juan-Pablo; ZAMORA, José Ángel (eds.) – *Nuevas Perspetivas II: La arqueología fenicia y púnica en la Península Ibérica. Cuadernos de Arqueología Mediterránea*, vol. 18, Barcelona: Universidade Pompeu Fabra de Barcelona, pp. 13-23.

ARRUDA, Ana Margarida; BARBOSA, Rui; GOMES, Francisco; SOUSA, Elisa de (2016) – A necrópole da Vinha das Caliças (Beja, Portugal). In JIMÉNEZ ÁVILA, Javier (ed.) – *SIDEREUM ANA III, El río Guadiana Y Tartessos*. Mérida: Consorcio de la Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica de Mérida, pp. 187-225.

AVIAL-CHICHARRO, Lucía (2018) – La Medicina Romana en Hispania a través de la Cultura Material. In *III Jornadas de Jóvenes Investigadores en Arqueología*, livro 1, pp. 400-422.

BARROS, Cláudia (2021) – Mucho allá de as fronteras egipcias: inscripción a Isis en Bracara Augusta. *Egiptologia 2.0*, nº22, pp. 62-69.

BASSANI, Maddalena; FUSCO, Ugo (2016) – Towards na Analysis of Sacred Contexts Near Thermo-mineral Springs. In BASSANI, Maddalena; BOLDER-BOOS, Marion; FUSCO, Ugo (eds.) – *Rethinking the Concept “Healing Settlements”: Water, Cults, Constructions and Contexts in the Ancient World. Roman Archaeology Conference 2016: Proceedings of the Session of Study*, Sapienza: Sapienza University, nº27, pp. 3-7.

BATATA, Carlos António Moutoso (2017) – *A mineração no complexo de Tresminas e Jales (Trás-os-Montes, Portugal)*. Tese de Doutoramento, Évora: Universidade de Évora.

BATTISTI, Martina (2020) – *I luoghi di culto mitraico di Ostia*. Tese de Doutoramento, Venezia: Università Ca’Foscari Venezia.

BENTZEN, Jeanet Sinding (2021) – Religiosity and Development. *Oxford Research Encyclopedia of Economics and Finance*, pp. 1-26.

BÉRARD, François; GABORY, Olivier; MONTEIL, Martial; LE BOULAIRE, Christian; SAGET, Yves (2008) – Une nouvelle mention du dieu Mars Mullo: un graffite sur vase à Nostre-Dame-du-Marillais (Le Marillais, Maine-et-Loire). *Revue archéologique de l’Ouest*, nº25, pp. 261-268.

BOBER, Phylis Fray (1951) – Origin and Transformation of a Celtic Divinity. *American Journal of Archaeology*, vol. 55, nº1, pp. 13-51.

BØGH, Birgitte (2013) – The Graeco-Roman cult of Isis. In CHRISTENSEN, Lisbeth Bredholt; HAMMER, Olav; WARBURTON, David A. (eds.) – *The Handbook of Religions in Ancient Europe*, Abingdon: Routledge, pp. 228-241.

BOWDEN, Hugh (2018) – When Things Don't Fit: Looking at the London Mithraeum. *The Journal of Classics Teaching*, vol. 19, nº38, pp. 1-3.

BRILHANTE, Miguel de Carvalho (2015) – *Juromenha: A Chave do Guadiana: O Lugar, A Fortificação e o Futuro*. Tese de Dissertação de Mestrado em História da Arte. Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

BRITANNICA (2023) – Religion. Disponível em: <
<https://www.britannica.com/topic/religion>>. Acedido a: 16 de fevereiro.

BROUQUIER-REDDÉ, Véronique; GRUEL, Katherine (2004) – Le sanctuaire de Mars Mullo chez les Aulerques Cénomans (Allonnes, Sathe) Ve s. av. J.-C. – Ive s. apr. J.-C- Etat des recherches actuelles. *Gallia*, nº 61, pp. 291-386.

BURROUGH, Peter (1986) – *Principles of Geographic Information Systems for Land Resource Assessment (Monographs on Soil and Resources Survey No. 12)*. New York: Oxford Science Publications.

BYRNE, Peter (2001) – Religion: Definition and Explanation. *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*, pp. 13060-13062.

CALADO, Jaime da Encarnação (2012) – *O Santuário de Santa Bárbara de Padrões – uma Perspetiva Religiosa e Artística na Lusitânia dos Séculos I a III d.C.*. Dissertação de Mestrado em História Antiga. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

CALADO, Manuel (1995) – Endovélico e Rocha da Mina: o Contexto Arqueológico. *Ophiussa*, nº1, pp. 97-108.

CAMPBELL, Colin; COLES, Robert W. (1973) – Religiosity, religious affiliation and religious belief: The exploration of a typology. *Review of Religious Research*, vol. 14, nº3, pp. 151-158.

CANALES, Israel Santamaría (2018) – Desde el Río Nilo hasta el Océano Atlántico: el periplo más lejano de la Diosa Isis y su Culto. *Bajo Guadalquivir y Mundos Atlánticos*, nº1, pp. 173-192.

CANTO, Alicia M. (1997) – *Epigrafía Romana de la Beturia Céltica (E.R.B.C.)*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid.

CAPELO, Jorge; AGUIAR, Carlos (2021) – *A vegetação de Portugal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

CARDOSO, João Luís (2000) – Fenícios e Indígenas em Rocha Branca, Abul, Alcácer do Sal, Almaraz e Santarém. Estudo comparado dos mamíferos. In *IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Punicos*, Cádiz: Universidad de Cádiz, vol. 1, pp. 319-327.

CARNEIRO, André (2010) – A cartografia dos cultos religiosos no Alto Alentejo em Época Romana: Uma leitura de Conjunto. *HISPANIA ANTIQVA XXXIII-XXXIV*. Universidad de Valladolid, nº3, pp. 237-272.

CARNEIRO, André (2014) – *Lugares, tempos e pessoas: Povoamento rural romano no Alto Alentejo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra;

CARNEIRO, André (2017) – As casas dos Deuses. A propósito do templo romano de Santana de Campo. In *Jornadas do Património: A Arqueologia no Concelho de Arraiolos*, Arraiolos: C.M. Arraiolos, pp. 85-100.

CARNEIRO, André (2017) – Nos limites do Império: Dinâmicas de povoamento na transição para a Antiguidade Tardia no Alto Alentejo. In TEIXEIRA, Cláudia; CARNEIRO, André coord. – *Arqueologia de transição: entre o mundo romano e a Idade Média*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 39-64.

CARNEIRO, André (2019) – Em busca das “antiguidades” no Alentejo. O movimento humanista português nos alvares da modernidade (1560-1600). In BELTRÁN FORTES, José; FABIÃO, Carlos; MORA SERRANO, Bartolomé (coords.) – *SPAL Monografías Arqueología XXX. La Historia de la Arqueología Hispano-Portuguesa a Debate*, Sevilla: UMA Editorial, pp. 15-25.

CARNEIRO, André (2020) – Non uno itinere. Urban and Rural Landscapes: Connectivity across Late Antique Lusitania. In CARNEIRO, André; CHRISTIE, Neil; DIARTE BLASCO, Pilar (eds.) – *Urban Transformations in the Late Antique West. Materials, Agents, and Models*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 231-255.

CARNEIRO, André (2020) – Povoamento rural na Lusitânia. In BRANDÃO, José Luís; OLIVEIRA, Francisco (coords.) – *História de Roma*, Coimbra: Universidade de Coimbra, vol. II, pp. 453-469.

CARVALHO, António Maria Romeiro (2009) – O culto de Mitra e as sepulturas escavadas na rocha. *ACAFA Online*, nº2, pp. 2-23.

CARVALHO, Mariana (2019) – Ichonography, Orthography and Scenography as Forms of Tracing the Past: A Reconstitution of the Roman Forum of Ebora Liberalitas

Julia. In AMORUSO, Giuseppe; SALERNO, Rossella, eds. – *Cultural Landscape in Practice: Conservation vs. Emergencies*. Italy: Springer.

CASAROTTO, Anita; PELGROM, Jeremia; STEK, Tesse (2017) – A systematic GIS-based analysis of the settlement developments in the landscape of Venusia in the Hellenistic-Roman period. In *Archaeological and Antropological Sciences*, Germany: Springer Nature, pp.735-753.

CERICO, Pedro Manuel Caturras da Silva (2007) – *Cunha Rivara, um bibliotecário romântico*. Dissertação de Mestrado em Arquivos, Bibliotecas e Ciência da Informação, Évora: Universidade de Évora.

CHRISMAN, Nicholas (2002) – *Exploring Geographic Information Systems*. Nova York, John Wiley & Sons, Inc.

COITO, Livia Cristina; CARDOSO, João Luís; MARTINS, Ana Cristina (2008) – *José Leite de Vasconcelos (1858-1941): Fotobiografia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

CONOLLY, James; LAKE, Mark (2006) – *Geographical Information Systems in Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press.

CORNWALL, Marie; ALBRECHT, Stan L.; CUNNINGHAM, Perry H.; PITCHER, Brian L. (1986) – The dimensions of religiosity: A conceptual model with an empirical test. *Review of Religious Research*, vol. 27, nº3, pp. 226-244.

COUTINHO, José Pereira (2016) – Religiosity in Europe: an index, factors, and clusters of religiosity. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº81, pp. 163-188.

CRAIG, William; HARRIS, Trevor; WEINER, Daniel (2002) – *Community Participation and Geographyc Information Systems*. Londres e Nova York: Taylor & Francis.

DAETWYLER, Jhan (2013) – *As faces de Aquae Sulis: uma análise do frontão do templo de Sulis Minerva*. Pléthos, vol. 2, nº3, pp. 57-71.

DAWES, Gregory; MACLAURIN, James (2012) – What is Religion?: Identifying the Explanandum. In *A New Science of Religion*. Routedledge, pp. 11-25.

DELPLACE, Christiane (2000) – Cultes féminins dans l'Adriatique romaine: autor de Bona Dea. In DELPLACE, Christiane; TASSAUX, Francis (coords.) – *Les Cultes Polythéistes dans l'Adriatique Romaine*, Pessac: Ausonius Éditions, pp. 119-132.

DÍAZ SANCHÉZ, Carlos (2021) – La Religión como Instrumento de Manipulación Político-Militar en Roma durante la Segunda Guerra Púnica. *Stvdia Historia. Historia Antigua*, vol.39, pp. 135-162.

DOMMELEN, Peter van (2012) – *Colonialism and Migration in the Ancient Mediterranean*. Providence: Brown University.

DOMMELEN, Peter van (2014) – *World Archaeology. Mobility & Migration*. Abingdon: Routledge, Taylor & Francis Group.

DORRELL, Peter (1994) – *Photography in Archaeology and Conservation*. Cambridge, Cambridge University Press.

ELLIS, Lee; FARRINGTON, David P.; HOSKIN, Anthony W. (2019) – Institutional Factors. *Handbook of Crime Correlates* ed.2, pp.105-162.

ENCARNAÇÃO, José D' (1975) – *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional.

ENCARNAÇÃO, José D' (1984) – Epigrafia: uma leitura diferente. *Munda, Revista do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*, nº7, pp. 31-35.

ENCARNAÇÃO, José D' (1984) – *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis – Subsídios para o Estudo da Romanização vol. 2*. Coimbra: Instituto de Arqueologia.

ENCARNAÇÃO, José D' (1987) – Divindades Indígenas da Lusitânia. *Conimbriga*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, XXVI, pp. 5-37.

ENCARNAÇÃO, José d' (1995-2007) – Endovélico – 400 anos depois. In *Sintria III-IV: Actas do II Colóquio Internacional de Epigrafia «Culto e Sociedade»*. Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, pp. 149-163.

ENCARNAÇÃO, José D' (1996) – Problemas em Aberto na Epigrafia Mirobrigense. *Conimbriga*, vol. XXXV, pp. 129-146.

ENCARNAÇÃO, José D' (2001) – Teonímia da Lusitânia Romana. In *Religión, lengua y cultura prerromanas de hispania*, Salamanca: Universidad Salamanca.

ENCARNAÇÃO, José D' (2004/2005) – Reflexos, no quotidiano, da prístina epigrafia romana. *Arqueologia & História: Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vale do Côa, 10 anos*, nº56/57, pp. 95-102.

ENCARNAÇÃO, José D' (2007) – Recensão a Ribeiro (José Cardim). In RIBEIRO, José Cardim (coord.) – *Religiões da Lvsitânia, Loquuntur Saxa (Catálogo)*, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 158-159.

ENCARNAÇÃO, José D' (2010) – Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal, 35 anos depois. *Palaeohispanica*, nº10, pp. 525-535.

ENCARNAÇÃO, José D' (2010) – *Epigrafia, as Pedras que falam 2*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

ENCARNAÇÃO, José D' (2010) – Roma e Ibéria Ocidental: Duas Mundividências em Contato. In ROSA, Cláudia Beltrão da; MARQUES, Juliana Bastos; TACLA, Adriene Baron; MENDES, Norma Musco (orgs.) – *A Busca do Antigo: VII encontro Nacional do Grupo de Trabalho de História Antiga (GTHA/ANPUH)*, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, pp. 99-118.

ENCARNAÇÃO, José D' (2013) – *Introdução ao estudo da epigrafia latina 4*. Coimbra: G.C Gráfica de Coimbra Lda.

ENCARNAÇÃO, José D' (2013) – Salacia Imperatoria Urbs. *Arqueologia Iberoamericana*, vol.18, pp. 15-24.

ENCARNAÇÃO, José D' (2017) – O Testamento do medicus Pacensis. *Antrope*, Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, nº7, pp. 86-123.

ENCARNAÇÃO, José D' (2018) – 28 anos de estudos sobre religião na Lusitânia romana. In NOGALES BASARRATE, Trinidad (ed.) – *IX Mesa Redonda Internacional de Lusitania. Lvsitania Romana: Del Pasado al Presente de la Investigación*, Mérida: Museu Nacional de Arte Romano, pp. 47-58.

ENCARNAÇÃO, José D' (2018) – Acerca do culto às Divindades Salutíferas na Lusitânia Ocidental. In SOARES, Carolina Esteves; RUFINO, Carolina; ISAAC, Francisco; MAGALHÃES, José Malheiro, coord. – *Phármakon. Do combate da enfermidade à invenção da imortalidade*. Porto: Clássica, Artes Gráficas, pp. 87-98.

ENCARNAÇÃO, José d' (2020) – Notas sobre a paisagem epigráfica da Lisboa romana. *SCAENA. Revista do Museu de Lisboa – Teatro Romano*, vol. 1. pp. 98-110.

Epigraphik-Datenbank Clauss. Disponível em: <<http://manfredclauss.de/it/index.html>>
. Acedido a 18 de novembro.

ESPANCA, Túlio (1966) – *Inventário Artístico de Portugal, Concelho de Évora*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes.

EVANS, Thomas; DALY, Patrick (2006) – *Digital Archaeology – Bridging method and theory*. Londres e Nova York, Routledge Taylor & Francis Group.

FARIA, António Marques de (2001) – “Oppida Veteris Latii Eborae, Quod Item Liberalitas Iulia, et Myrtilis ac Slacia” (Plin. Nat. 4.117)”. In *Vipasca*, nº10, pp. 71-82.

FERNANDES, Lídia; CAESSA, Ana (2006-2007) – O proscenium do Teatro romano de Lisboa: aspectos arquitectónicos, escultóricos e epigráficos da renovação decorativa do espaço cénico. *Arqueologia & História*, vol. 58/59, pp. 83-102.

FERRÉ, Frederick (1970) – The Definition of Religion. *Journal of the American Academy of Religion*, vol. 38, nº1, pp. 3-6.

Ficheiro Epigráfico. Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/iarq/documentos_index/ficheiro>. Acedido a 20 de novembro.

FIGUEIRAL, Isabel; BETTERCOURT, Ana M. S. (2007) – Estratégias de exploração do espaço no Entre Douro e Minho desde os finais do IV aos meados do I milénios AC. In JORGE, Susana Oliveira; BETTERCOURT, Ana M. S.; FIGUEIRAL, Isabel (eds) – *A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica – Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, Faro: Universidade do Algarve, pp. 177-187.

ForestGIS. Disponível em: < <https://forest-gis.com/2012/01/portugal-shapefiles-gerais-do-pais.html>>. Acedido a 11 de janeiro.

FRANCONI, Tyles (2014) – Provincial Cults of Mars in the Roman Empire. In *Roman in the Provinces: Arte on the Periphery of Empire*, Chicago: University of Chicago Press, pp. 145-410.

GARCIA, José Manuel (1991) – *Religiões antigas de Portugal: aditamentos e observações às "Religiões da Lusitânia" de J. Leite de Vasconcelos: fontes epigráficas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

GARNSEY, Peter; SALLER, Richard; ELSNER, Jaś; GOODMAN, Martin; GORDON, Richard; WOOLF, Greg (2015) – *The Roman Empire. Economy, Society and Culture 2*. Oakland: University of California Press.

GASPAR, Catarina; GIMENO, Helena (2020) – Epigrafia del território Bético en Portugal: Serpa. In GASPAR, Catarina; GIMENO PASCUAL, Helena; VICENT RAMÍREZ, Noelia, coord. – *Ambientes Epigráficos y Territorio: el Guadiana entre Bética y Lusitania*. Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, pp. 147-177.

GASPARINI, Valentino (2020) – Renewing the past: Rufinus' appropriation of the sacred site of Panóias (Vila Real, Portugal). In GASPARINI, Valentino; PATZELT, Maik; RAJA, Rubina; RIEGER, Anna-Katharina; RÜPKE, Jörg; URCIUOLI, Emiliano Rubens (eds.) – *Lived Religion in the Ancient Mediterranean World: Approaching Religious Transformations from Archaeology, History and Classic*, Berlin: Walter de Gruyter GmbH, pp. 319-349.

GERRARD, James (2007) – The Temple of Sulis Minerva at Bath and the end of Roman Britain. *The Antiquaries Journal*, vol. 87, pp. 148-164.

GLOMB, Tomas (2021) – Replication data for: The spread of the cult of Asclepius in the context of the Roman army benefited from the presence of physicians: A spatial proximity analysis. *PLoS ONE*, vol. 16, nº8, pp. 1-25.

GOMES, Esmeralda Helena Pires (2008) – *Os Ex-Votos Proto-Históricos do Castelo de Alcácer do Sal*. Dissertação de Mestrado, Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

GOMES, Francisco (2018) – Equipamentos de culto nos santuários da Idade do Ferro do Sul de Portugal: os altares. *Ophiussa*, vol. 2: pp. 101-110.

GOMES, Francisco B. (2012) – Aspectos do sagrado na colonização fenícia. Contextos de culto de influência oriental na Idade do Ferro do Sul de Portugal (séculos VIII-III a.n.e.). In *Cadernos da UNIARQ, n°8*, Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

GOMES, Francisco B. (2017) – Equipamentos de Culto nos Santuários da Idade do Ferro do Sul de Portugal: os Altares. *Ophiussa*, vol. 2, pp. 101-110.

GONZÁLEZ-GARCÍA, A.César; GARCÍA QUINTELA, Marco (2014) – The 1st of Augusta t Lugdunum: Astronomy and Imperial Cult in Galia. *Mediterranean Archaeology and Archaeometry*, vol. 14, n°3, pp. 83-91.

GUERRA, Amílcar (2013) – Algumas considerações sobre divindades e espaços sagrados, de período romano, na região eborense. In OLIVEIRA, Francisco de, OLIVEIRA, Jorge de; PATRÍCIO, Manuel, eds. – *Espaços e Paisagens. Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas, Vol. III*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 107-120.

GUERRA, Amílcar (2016) – José D’Encarnação: Breve perspetiva sobre um notável percurso de investigação em epigrafia. *Conimbriga*, , vol. 55, pp. 29-49.

GUERRA, Amílcar; REIS, Sara; TEIXEIRA, Sílvia (2015) – O Sul da Lusitânia Romana: Contributo para uma Sociologia das Religiões. *Stvdia Historica. Historia Antigua*, vol. 33, pp. 195-222.

GUTIÉRREZ, Maria Rocío (2016) – Ataecina, un Análisis de la Continuidad de los Cultos Locales o Indígenas en la Hispania Romana. *Ligvstinvs: Revista Digital de Arqueología de Andalucía Occidental*, nº5, pp. 8-25.

HADDAD, Naif; JAMHAWI, Monder; AKASHEH, Talal (2003) – Relations between Ancient Theatres, Landscape and Society. *Second International Conference on Science & Technology in Archaeology & Conservation*, pp. 243-256.

HALLVIG, Ylva (2016) – *The Bona Dea Cult*. Tese de Licenciatura, Uppsala: Uppsala Universitet.

HILL, Peter C.; JR. HOOD Ralph W. (1999) – *Measures of Religiosity*. Birmighan: Religious Education Press.

Hispania Epigraphica. Disponível em: <<http://eda-bea.es/>> . Acedido a 15 de novembro.

HOLDCROFT, Barbara (2006) – What is religiosity? *Catholic Education: A Journal of Inquiry and Practice*, vol. 10, nº1, pp. 89-103.

HORTON, Robin (1960) – A Definition of Religion, and its Uses. *The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, vol. 90, nº2, pp. 201-226.

HÜBNER, Emil (1876) – *Inscriptiones Britanniae Christianae*. London: Williams et Norgate.

iGEO: Informação Geográfica. Disponível em: <<http://www.igeo.pt>>. Acedido a 7 de janeiro.

ISAENKO, Roman A. (2019) – Macrobius, Saturnalia 3.9 and the Roman Culto of Iuno Caelestis. *Philologia Classica*, vol. 14, nº2, pp. 208-215.

JIMENÉZ, Alicia (2006) – Contextos Funerarios en la Transición del Mundo Prerromano al Romano en el Sur Peninsular. In VAQUERIZO, Desiderio; GARRIGUET, José Antonio; LEÓN, Alberto, eds. – *Anales de Arqueología Cordobesa. Espacio y Usos Funerarios en la Ciudad Histórica*. Córdoba: Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Córdoba, pp.67-98.

JIMENÉZ, Alicia (2008) – A Critical Approach to the Concept of Resistance: New “Traditional” Rituals and Objects in Funerary Contexts of Roman Baetica. In FENWICK, Corisande; WIGGINS, Meredith; WYTHER, Dave, (eds.) – *TRAC 2007: Proceedings of the Seventeenth Annual Theoretical Roman Archaeology Conference*. Oxford: Oxbow Books, pp.15-30.

JIMENÉZ, Alicia (2008) – *Imágenes Híbridae. Una Aproximación Postcolonialista al Estudio de las Necrópolis de la Bética*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

JIMENÉZ, Alicia (2011) – Colonización romana y cambio social: las necrópolis de la Bética. In BLÁNQUEZ, Juan Pérez; ROLDÁN, Lourdez Gómez; BERNAL, Darío Casasola, (eds). – *Un Arqueólogo Gaditano en la Villa y Corte. El Magisterio del Profesor Manuel Bendala Galán a través de sus tesis doctorales (1986-2011)*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, pp.335-350.

JIMENÉZ, Alicia (2011) – Pure hybridism: Late Iron Age sculpture in Southern Iberia. *World Archaeology*, vol. 43, nº1, pp. 102-123.

JIMENÉZ, Alicia (2014) – Mímēsis/mimicry: teoría arqueológica, colonialismo e imitación. In GRAELLS, Raimon, KRUEGER, Michal, SARDÀ, Samuel;

SCIORTINO, Gabriella, eds. – *El problema de las imitaciones durante la protohistoria en el Mediterráneo centro-occidental: del concepto al ejemplo*. Madrid: DAI, pp. 27-40.

JIMENÉZ, Alicia (2016) – What is a Province? In ALCOCK, Susan; EGRI, Mariana; FRAKES, James, eds. – *Beyond Boundaries. Connecting Visual Cultures in the Provinces of Ancient Rome*. Los Angeles: Getty Publications, pp.16-30.

KADLETZ, Edward (1978) – The Cult of Apollo Deiradiotes. *Transactions of the American Philological Association*, vol. 108, pp. 93-101.

KAINZ, Wolfgang (2020) – Cartography and the others – aspects of a complicated relationship. *Geo-spacial Information Science*, Wuhan: Wuhan University, vol. 23, nº1, pp. 1-9.

KOBORI, Keiko (2002) – Roman Religion and its Religiosity. *宗教学年報*, vol. XIX, pp. 15-33.

KONECNY, Gottfried (2003) – *Geoinformation – Remote sensing, photogrammetry and geographic information systems*. Londres e Nova York, Taylor & Francis.

KORETZ, Jane F.; HANDELMAN, George H. (1988) – How the Human Eye Focuses. *Scientific American*, vol. 259, nº1, pp. 92-99.

KRISCIUNAS, Kevin; CARONA, Don (2015) – At What Distance Can the Human Eye Detect a Candle Flame? *Seattle AAS meeting*, pp. 1-9.

LAMBRINO, Scarlat (1954) – *Les divinités orientales en Lusitanie et le Sanctuaire de Panóias*. Coimbra: Coimbra Editora.

LEASCH, Eleanor Winsor (2007) – Claudia Quinta (Pro Caelio 34) and an altar to Magna Mater. *Dictynna: Revue de poésie latine*, nº4, pp. 1-12.

LEISSER, Catherine R. K. (2015) – *The Cult of Jupiter Dolichenus on the Outer Limits of the Roman Empire: A Comparison Study of Dolichena*. Dissertação de Mestrado, Montreal: Concordia University.

LNEG. Disponível em: <<https://www.lneg.pt>>. Acedido a 23 de fevereiro.

LOBO, Manuel da Costa (2008) – *Plano de Urbanização da Zona Industrial e Logística de Sines*. Proposta de Plano: Relatório Análise.

LOCK, Gary (2003) – *Using Computers in Archaeology – Towards virtual pasts*. Londres e Nova York: Routledge Taylor & Francis Group.

LOPES, António (2017) – Povoamento Rural Romano no Concelho de Arronches: um território com diferentes estratégias de ocupação. *Scientia Antiquitatis. Actas do III Congresso Internacional de Arqueologia de Transição – Estratégias de Povoamento: do Período Romano ao Mundo Contemporâneo*, vol. 1, nº2, pp. 103-110.

LOPES, Cristina G. (2014) – Ataegina uma divindade Paleohispânica. *Revista Santuários, Cultura, Arte, Romarias, Peregrinações, Paisagens e Pessoas*, Lisboa: Faculdade de Belas Artes, vol.1, nº1, pp. 97-103.

LOPES, Cristina G. (2017) – Ataegina uma Divindade Peninsular. In *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1185-1191.

LOPES, Maria da Conceição (2000) – *A cidade romana de Beja: percursos e debates acerca da “civitas” de Pax Ivlia*. Tese de Doutoramento. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Secção de Arqueologia.

LOPES, Virgílio (2018) – O complexo religioso e os baptistérios de Mértola na Antiguidade Tardia. *Medievalista*, nº23, pp. 1-25.

LYONNET, Bernard (2018) – Pour une sémantique interprétative de l'archive celtique. XXIV: 3. Disponível em: <<http://www.revuetexto.net/index.php?id=4112>>.

MANTAS, Vasco Gil (2013) – Império, Cultura e Romanidade. In CORRÊA-CARDOSO, João; FIALHO, Maria do Céu (coords.) – *Romanística – UM*, Coimbra: CECH/UC (Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra), pp. 9-38.

MANTAS, Vasco Gil (2019) – Eruditos, Falsificações e Miliários. In *Biblos*, nº5, 3ª série, pp. 197-231.

MARLASCA, Ricard (2004) – Tanit en las estrellas. In GONZÁLEZ BLANCO, Antonino; MATILLA SÉIQUER, Gonzalo; EGEA VIVANCOS, Alejandro (eds.) – *El Mundo Púnico: Religión, Antropología y Cultura Material. Actas II Congreso Internacional del Mundo Púnico*, Murcia: Universidad de Murcia, pp.119-132.

MARQUES, João António Ferreira (2017) – Paisagem e Estratégias do Povoamento Rural Romano e Medieval no Troço Médio do Vale do Guadiana. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea (coords.) – *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1359-1377.

MARQUES, Pedro Miguel Correia (2016) – *A Epigrafia da Hispania na Correspondência Epistolar entre Emilio Hübner e José Leite de Vasconcelos*. Tese de Doutoramento, Lisboa: Faculdade de Letras.

MARTINS, Pedro Vasco de Melo (2013) – *A Persistência das Fornos Urbanas: Leituras das pré-existências romanas na morfologia da cidade portuguesa*. Dissertação de Mestrado, Lisboa: Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa.

MATALOTO, Rui; ROQUE, Conceição (2013) – Gentes de Endovélico: um primeiro balanço sobre a Arqueologia da Rocha da Mina. In *Cadernos do Endovélico*, Lisboa: Edições Colibri/Centro de Estudos do Endovélico, nº1, pp. 125-141.

Matriz Net. Disponível em: <<http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/home.aspx>> .
Acedido a 17 de novembro.

MAYORAL, Vitorino Herrera, PARCERO-OUBIÑA, César; FÁBREGA-ÁLVAREZ, Pastor (2006-2015) – *Archaeology & Geomatics – Harvesting the Benefits of 10 Yers of Training in the Iberian Peninsula*. Leiden: Sidestone Press.

MIHAILESCU-BÎRLIBA, Lucrețiu (2019) – The Culto f Jupiter ando f Juno Regina in the Rural Areas of Moesia Inferior. *Journal of Ancient History and Archaeology*, nº6.2, pp. 42-51;

MIRAGLIA, Marina; FLORES, Pamela; RIVOLA, Marcela B.; DELIBERIS, Marcela; GÁLVAN, Luciana; NATALE, Daniela; RODRÍGUEZ, Mónica (2010) – *Manual de Cartografía, Teleobservación y Sistemas de Información Geográfica*. Buenos Aires, Universidad Nacional de General Sarmiento.

MORENO BENITO, Artur (2022) – Cartas de Emil Hübner conservadas en la Biblioteca Nacional de España. In *Revista de Historiografía*, nº38, pp. 371-400.

MURGIA, Emanuela (2013) – Del buon uso delle fonti nell’archeologia del sacro: il caso di Mithra ad Aquileia. In *Sacrum facere: Atti del I Seminario di Archeologia del Sacro*, Trieste: Università di Trieste, pp. 235-259.

NORTH, John (2017) – The Religious History of the Roman Empire. *Oxford Research Encyclopedia of Religion*, pp. 1-27.

O'TOOLE, Roger (2001) – Religion, Sociology of. *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*, pp. 13106-13112.

OED – Oxford University Press (2023) – Religion. Disponível em: <
https://www.oed.com/dictionary/religion_n?tab=factsheet&tl=true#25989748>.

Acedido a: 16 de fevereiro.

PADULA, William V.; CAPO-APONTE, Jose E.; PADULA, William V.; SINGMAN, Eric L.; JENESS, Jonathan (2017) – The consequence of spatial visual processing dysfunction caused by traumatic brain injury (TBI). *Brain Injury*, pp. 1-12.

PANAGIOTIDOU, Olympia (2012) – From Body to Space and Time: Perceiving space and time in the Mithras Cult. *Sacra*, vol.10, nº1, pp. 33-47.

PAPADOPOULOS, John K. (2014) – The Motya Youth: Apollo Karneios, Art, and Tyranny in the Greek West. *The Art Bulletin*, vol. 96, nº4, pp. 395-423.

PASCUAL, Pepa Castillo (2000) – Las propiedades de los dioses: los “loca sacra”. *Lo sagrado en el processo de municipalización del occidente latino*, vol. 3, pp. 83-109.

PEDRO, Jorge (2004) – Estudo Geológico e Geoquímico das Sequências Ofiolíticas Internas da Zona de Ossa-Morena (Portugal). Tese de Doutoramento. Évora: Universidade de Évora.

PEREIRA, Gabriel (1947) – *Estudos eborenses: Antiguidades romanas em Évora e seus Arredores*. Évora: Edições Nazareth.

PEREIRA, Paula Cristina Cardoso Barradas Alves (2021) – *Sines em Época Romana: Uma Conciliação de Produções*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

PETROPOULOS, Elias K. (2010) – Apollo’s Cult in the Black Sea Area and the Greek Colonists: Some Remarks. In PETROPOULOS, Elias K.; MASLENNIKOV, Alexander A. (eds.) – *Ancient Sacral Monuments in the Black Sea*, Thessaloniki: Kyriakidis Brothers, pp. 1-12.

PINHO, João; SANTOS, Cristina; SAMPAIO, Goreti (2020) – *Árvores Indígenas em Portugal Continental: Guia de utilização*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

PLATNER, Samuel Ball (1929) – *A Topographical Dictionary of Ancient Rome*. London: Oxford University Press.

PORTO, Vagner Carvalheira (2018) – O Culto Imperial e as Moedas do Império Romano. *Phoînix*, vol. 24, nº1, pp. 138-154.

REBELO, Fernando (1992) – O Relevo de Portugal: uma introdução. *Inforgeo*, nº4, pp. 17-35.

REDENTOR, Armando (2021) – Paisicaicoi. Uma deidade na bruma caramulana. *Revista Mátia*, vol. XXI, pp.229-253.

REIS, Paulo César (2019) – Sines: Metamorfose de uma cidade Portuária. Relação entre o Porto e a cidade. In *Estudo Prévio*, vol. 16. Lisboa: CEACTION/UAL (Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa).

REIS, Sara Henriques dos (2014) – *Religião e Sociedade no Municipium Olisiponense*. Dissertação de Mestrado, Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

RENBURG, Gil H. (2006/2007) – Public and Private Places of Worship in the Culto of Asclepius at Rome. In *Memoirs of the American Academy in Rome*, Michigan: The University of Michigan Press, vol. 51/52, pp. 87-172.

RESENDE, André (1996) – *As Antiguidades da Lusitânia*. Tradução de FERNANDES, R. M. Rosado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

REVELL, Louise (2013) – Gods, Worshippers and Temples in the Roman West. In KAIZER, Ted; LEONE, Anna; THOMAS, Edmund; WITCHER, Robert (eds.) – *Cities and Gods: Religious Space in Transition*, Leuven: Peeters Publishers, pp. 21-30.

RIBEIRO, José Cardim (2002) – Endovellicvs. In RIBEIRO, José Cardim (coord.) – *Religiões da Lusitânia, Loquuntur Saxa (Catálogo)*, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 79-90.

RIBEIRO, José Cardim (2005) – O Deus Sanctus Endovellicus Durante a Romanidade ¿Uma Interpretatio Local de Faunus/Silvanus?. In *Acta Palaeohispanica IX. Palaeohispania*, vol. 5, pp. 721-766.

RIBEIRO, Orlando (1945) – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. *Biblioteca Nacional Digital* [Em linha] Coimbra. [Consult. 29 de novembro de 2021]. Disponível em: <<https://purl.pt/421>>.

RIBEIRO, Orlando (1945) – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: estudo geográfico*, *Universitas*, n^o5. Coimbra: Coimbra Editora.

RIBEIRO, Orlando (1987) – *A Formação de Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

RICHERT, Elizabeth (2012) – *Sacred Places: Contextualizing Non-Urban Cult Sites and Sacred Monuments in the Landscape of Lusitania from the 1st to 4th c. AD*. Tese de Doutoramento. Edinburgh: The University of Edinburgh.

RIVARA, Joaquim (1983) – *Memórias da Villa de Arrayollos- parte 12*. Beja: Associação de Municípios do Distrito de Beja.

ROBERTSON, Elizabeth; SEIBERT, Jeffrey; FERNANDEZ, Deepika; ZENDER, Marc (2006) – *Space and Spatial Analysis in Archaeology*. Calgary: University of Calgary Press.

ROCHA, Leonor (2022) – A reutilização simbólica de menires no Alentejo Central: o caso do Menir da Caeira (Arraiolos, Portugal). In SANCHES, Maria de Jesus; BARBOSA, Maria Helena; TEIXEIRA, Joana de Castro (coords.) – *Romper Fronteiras, Atravessar Territórios. Identidades e Intercâmbios da Pré-História Recente no Interior Norte da Península Ibérica*, Porto: CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória), pp. 411-426.

ROGERS, Dylan Kelby (2010) – *Water-Display and Meaning in the High Roman Empire*. Tese de Doutoramento, Virginia: University of Virginia.

RÜPKE, Jörg (2007) – *A Companion to Roman Religion*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., Oxford.

RÜPKE, Jörg (2016) – *On Roman Religion. Lived Religion and the individual in Ancient Rome*. Ithaca e Londres: Cornell University Press.

RÜPKE, Jörg (2018) – *Pantheon. A new History of Roman Religion*, Princeton University Press, Princeton & Oxford.

RÜPKE, Jörg; RAJA, Rubina (2015) – *A Companion to the Archaeology of Religion in the Ancient World*. Chichester: John Wiley & Sons, Inc.

SALER, Benson (1987) – Religio and the Definition of Religion. *Cultural Anthropology*, vol., nº3, pp. 395-399.

SALES, José das Candeias (2007) – O culto a Serápis e a coexistência helénico-egípcia na Alexandria ptolomaica. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, vol. VI, nº12, pp. 309-322.

SANTOS, Guilherme (2019) – *Defining the Sacred. Religion, Culte, and Ritual in Early Iron Age Isthmia*. Tese de Mestrado. Aarhus: Aarhus University.

SANTOS, Maria João Correia ((2013) – A Rocha da Mina e as Terras de Endovélico: Conceito ou Preconceito de Paisagem Sagrada? In *Cadernos do Endovélico*, Lisboa: Edições Colibri/Centro de Estudos do Endovélico, nº1, pp. 143-148.

ŠAŠEL KOS, Marjeta (2010) – Cernunnos in Slovenia? *Arheološki vestnik*, vol. 61, pp. 175-186.

SCHATTNER, Thomas (1995/1997) – A igreja de Sant’Ana do Campo – observações num templo romano invulgar. *Arqueólogo Português*, série IV, vol. 13/15, pp. 485-558.

SCHATTNER, Thomas; FABIÃO, Carlos; GUERRA, Amílcar (2013) – A investigação em torno do Santuário de S. Miguel da Mota: o ponto de situação. In *Cadernos do Endovélico: revista do Centro de Estudos do Endovélico*, Lisboa: Colibri, vol. 1, pp. 65-98.

SCHATTNER, Thomas; FABIÃO, Carlos; GUERRA, Amílcar (2013) – A investigação em torno do Santuário de S. Miguel de Mota: o ponto de situação”. In *Cadernos do Endovéllico*, vol.1, pp.65-98.

SEABRA, Luís Carlos Neto (2015) – *Estudos Paleoetnobotânicos do Povoado da Idade do Ferro do Crastoeiro (Noroeste de Portugal)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Minho: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.

SILVA, Carlos Tavares da; SOARES, Joaquina; DUARTE, Susana; PEREIRA, Teresa Rita; COELHO-SOARES, Antónia; SORÌA, Vincenzo (2019) – Castro de Chibanes (Palmela) Trabalhos arqueológicos de 2012 a 2017. In SOARES, Joaquina; PINTO, Inês Vaz; SILVA, Carlos Tavares da (coords.) – *Do Paleolítico ao Período Romano Republicano. Actas do IX Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular. Setúbal Arqueológica*, vol. 18, pp. 215-246.

SILVA, Carlos Tavares; COELHO-SOARES, Antónia; DUARTE, Susana (2018) – Preexistência de Setúbal. Intervenção arqueológica na Rua Arronches Junqueiro, 32-34. In SOARES, Joaquina (coord.) – *MUSA 5: Museus, Arqueologia & outros Patrimónios. Arqueologia Urbana e História Local: Actas do Encontro de Homenagem a Almeida Carvalho*, Setúbal: MAEDS (Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal), pp. 17-38.

SNIG: *Sistema Nacional de Informação Geográfica*. Disponível em: < <https://snig.dgterritorio.gov.pt> > . Acedido a 3 de março.

SOUSA, Elisa de (2016) – From Greek to Roman Pottery in the Far West. In JAPP, Sarah; KÖGLER, Patricia (eds.) – *IARPotHP (International Association for Research on Pottery of the Hellenistic Period e.V. Traditions and Innovations: Tracking the Development of Pottery from Late Classical to Early Imperial Periods*, vol. 1, Berlin: German Archaeological Institute, pp.17-28.

SOUSA, Elisa de (2020) – O Impacto da Colonização Fenícia no Estuário do Tejo: o caso de Lisboa/Almaraz. In CELESTINO PÉREZ, Sebastián; RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, Esther (eds.) – *Un viaje entre el Oriente y el Occidente del Mediterráneo*, Mérida: Instituto de Arqueología, vol. IV, nº5, pp. 1603-1613.

SOUSA, Elisa de; ARRUDA, Ana Margarida; PEREIRA, Carlos (2020) – O final da Idade do Ferro, romanização e romanidade da foz do Guadiana. In GASPAR, Catarina; GIMENO PASCUAL, Helena; VICENT RAMÍREZ, Noelia, coord. – *Ambientes Epigráficos y Territorio: el Guadiana entre Bética y Lusitania*. Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, pp. 9-30.

STAMPER, John W. (2005) – *The Architecture of Roman Temples: The Republic to the Middle Empire*. Cambridge: Cambridge University Press.

STEK, Tesse (2015) – The Importance of Rural Sanctuaries in Structuring Non-Urban Society in Ancient Samnium: Approaches from Architecture and Landscape. *Oxford Journal of Archaeology*, vol. 34, nº4, pp. 397-40.

STEK, Tesse; BURGERS, Gert-Jan (2015) – *Cult, conquest and religious Romanization. The impact of Rome on cult places and religious practices in Italy*. Institute of Classical Studies: University of London.

STEK, Tesse; BURGERS, Gert-Jan (2015) – *The impact of Rome on cult places and religious practices in ancient Italy*. Institute of Classical Studies: University of London.

SZABÓ, Csaba (2022) – *Roman religion in the Danubian provinces. Space sacralisation and religious communication during the Principate 1st-3rd century AD*, Oxford: Pxbow Books. Disponível em: <<https://danubianreligion.com/atlas-of-roman-sanctuaries-in-the-danubian-provinces/>>. Acedido a 7 de dezembro.

TABOLLI, Jacopo (2021) – Lost and Found: The Discovery of the Sanctuary at the Bagno Grande in San Casciano dei Bagni. In MARIOTTI, Emanuele; TABOLLI, Jacobo (eds.) – *Il Santuario Ritrovato: Nuovo Scavi e Ricerche al Bagno Grande di San Casciano dei Bagni*, Livorno: Sillabe, pp. 13-21.

TABOLLI, Jacopo; MAGGIANI, Adriano; GREGORI, Gian Luca; BISCHERI, Mattia; PACIFICI, Marco; VANNI, Edoardo; ROSSELLI, Lisa; BASILISSI, Vilma (2023) – *Dentro il Sacro – Multiculturalismo e plurilinguismo nelle scavo del Bagno Grande a San Casciano dei Bagni*.

TEICHNER, Felix (2021) – Mirobriga (Santiago do Cacém, Alentejo, Portugal) como caso paradigmático das “Pequenas Cidades” da Hispania Romana: algumas reflexões. *Anas*, nº34, pp. 55-86.

TEIXEIRA, Sílvia Monteiro (2014) – *Cultos e cultuantes no Sul do território actualmente português em época romana (sécs. I a. C. – III d. C.) Uma aproximação à sociologia das religiões*. Tese de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

TEMIN, Peter (2004) – Financial Intermediation in the Early Roman Empire. *The Journal of Economic History*, Cambridge: Cambridge University Press, vol. 64, nº3, pp. 705-733.

TENREIRO BERMÚDEZ, Marcial (2009) – Pasados bárbaros, presentes romanos. Sincretismo e identidade religiosa. *Espacio, Tiempo y Forma, Historia Antigua*, série II, nº2, pp. 261-274.

TERRENATO, Nicola (2009) – The cultural implications of the Roman conquest. In BISPHAM, Edward (ed.) – *Roman Europe: 1000 BC – AD 400 (Short Oxford History of Europe)*, Oxford: Oxford University Press, pp. 234-264.

TOMAS, Agnieszka (2015) – Liber Pater or Dionysus? The Evidence of the Bacchic Cult at Novae (castra et canabae legionis) and in its Hinterland. In *Ad Fines Imperii Romani: Studia Thaddaeo Sanowski septuagenário ab amicis, collegis discipulisque dedicata*, Warsaw: University of Warsaw, pp. 257-276.

VALS, Marilou de; GASTINEAU, Renaldo; PERRIER, Amélie; RUBI, Romain; MORETTI, Isabelle (2020) – The stones of the Sanctuary of Delphi – Northern shore of the Corinth Gulf – Greece. *Bulletin de la Société Géologique de France*, vol. 191, nº11, pp. 1-16.

VASCONCELLOS, José Leite de (1897-1913) – *Religiões da Lusitania, Vols. 1-3*. Lisboa: Imprensa Nacional.

VENTURA VILLANUEVA, Angel (2014) – El Foro. In MÁRQUEZ, Carlos; ANTONIO MORENA, José; CÓRDOBA, Ricardo; VENTURA, Ángel (eds.) - *Torreparedones: investigaciones arqueológicas – Baena, Córdoba – (2006-2012)*, Córdoba: Universidad de Córdoba, pp. 68-85.

WHEATLEY, David; GILLINGS, Mark (2002) – *Spatial Technology and Archaeology – The Archaeology Applications of GIS*. Londres e Nova York: Taylor & Francis.

WOLFRAM, Mélanie (2011) – *Uma síntese sobre a cristianização do mundo rural no sul da Lusitania: Arqueologia – Arquitetura – Epigrafia*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Departamento de História.

WOOLF, Greg (2011) – *Tales of the Barbarians. Ethnography and Empire in the Roman West*. Chichester: John Wiley & Sons, Inc..

WOOLF, Greg; KÖNIG, Jason (2013) – *Encyclopaedism from Antiquity to the Renaissance*. Cambridge: Cambridge University Press.

WORDENWEBER, Burkard; WALLASCHEK, Jorg; BOYCE, Peter; HOFFMAN, Donald D. (2007) – *Automotive Lighting and Human Vision*. Nova Iorque: Springer.